

CEDI - P.I.B.
DATA _____
COD. KOD 00107

PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO

SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

Programa Piloto para Proteção das Florestas

Tropicais do Brasil

Governo do Brasil / BIRD / CEE

Outubro - 1993

**PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SUBPROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS
PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO**

SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIACÕES	3
APRESENTAÇÃO	6
1. JUSTIFICATIVA	7
1.1 As Reservas Extrativistas	8
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO	11
3. Componente A: EFETIVAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTA	13
3.2 A Situação Atual das Reservas Extrativistas Quanto à Efetivação	18
3.2.1 A Reserva Extrativista do Alto Juruá	18
3.2.2 A Reserva Extrativista Chico Mendes	19
3.2.3 A Reserva Extrativista do Rio Cajari	20
3.2.4 A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	20
3.3 Metas do Componente A	21
4. Componente B: ORGANIZAÇÃO GERENCIAL E COMUNITÁRIA	22
4.1 Organização comunitária e gestão do processo produtivo	22
4.1.1 Estrutura e Organização do CNPT	23
4.1.2 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX do Alto Juruá	26
4.1.3 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX Chico Mendes	27
4.1.5 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX Rio Ouro Preto	31
4.2 Sistema de Informações	31
4.2.1 A Estrutura do Sistema de Informações Básicas	32
4.2.2 Definição dos equipamentos e software necessários	34
4.2.3 Divulgação e Documentação	35
4.3 Metas do Componente B	36
5. Componente C: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	38
5.1 Tecnologias de Subsistência	40
5.1.1 Manejo e diversificação de roçados e capoeiras	40
5.1.2 Ampliação e diversificação de quintais	41
5.1.3 Piscicultura de quintal	43
5.3 Beneficiamento de Produtos Tradicionais	44
5.3.1 Castanha do Pará	45
5.3.2 Borracha	45
5.4 Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Alternativos	46
5.4.1 Espécies não-madeireiras usadas nas reservas	47

5.4.2	Desenvolvimento de sistemas agroflorestais	49
5.4.3	Desenvolvimento da piscicultura de média escala	61
5.4.4	Desenvolvimento da apicultura	62
5.4.5	Resgate e fomento de outras atividades tradicionais como o artesanato e a produção caseira de farinhas e sabão.	53
5.5	Inserção no Mercado	54
5.6	Metas do Componente C	55
6.	Componente D: MANUTENÇÃO DOS ESTOQUES DE RECURSOS NATURAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	56
6.1	Levantamento do Potencial Produtivo das Reservas Extrativistas	56
6.2	Estudo de impacto Ambiental das Atividades Produtivas sobre os Recursos Naturais	57
6.3	Ordenamento	58
6.4	Plano de Monitoramento Ambiental	59
6.5	Metas do Componente D	61
7.	Componente E: Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica e Social	62
7.1	Transporte e Armazenagem	62
7.1.1	Situação Atual de Transporte e Armazenagem nas Reservas Extrativistas	62
7.1.1.1	Reserva Extrativista do Alto Juruá	63
7.1.1.2	Reserva Extrativista Chico Mendes	63
7.1.1.3	Reserva Extrativista do Rio Cajari	64
7.1.1.4	Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	65
7.1.2	Concepção dos Sistemas de Transportes	65
7.1.3	Necessidades de Investimento nas RESEX	67
7.1.3.1	Reserva Extrativista do Alto Juruá	67
7.1.3.2	Reserva Extrativista Chico Mendes	67
7.1.3.3	Reserva Extrativista do Rio Cajari	68
7.1.3.4	Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	68
7.1.4	Necessidades a Curto Prazo	69
7.2	Comunicação	70
7.3	Educação	72
7.4	Saúde	75
7.5	Metas do Componente E	79
7.5.1	Transporte e Armazenagem	79
7.5.2	Educação	79
7.5.3	Saúde	80
8.	Componente F: POLÍTICAS PÚBLICAS	82
8.1	Metas do Componente F	84
9.	GERENCIAMENTO DO PROJETO RESEX	85
9.1	Sistema de Monitoramento do Projeto	87
10.	CUSTOS	90
11.	ANEXOS	92

SIGLAS E ABREVIações

ASAREAJ	Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva do Alto Juruá
ASGM	Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim
ASTEX-CA	Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Vale do Rio Cajari
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEX	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri
CBAA	Coordenação de Biologia Aquática e de Aquicultura
CDCMAM	Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEMA-AP	Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente - Amapá
CHSRA	Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CNIA	Centro Nacional de Informação Ambiental
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNS-AJ	Conselho Nacional dos Seringueiros Regional Alto Juruá
CNS-AP	Conselho Nacional dos Seringueiros - Regional Amapá
CNS-VAP	Conselho Nacional dos Seringueiros - Regional Vale do Acre-Purus
CPATU	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
CPI-AC	Comissão Pró Índio - Acre
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CVP	Cernambi Virgem Prensado
EDF	Environmental Defense Fund

ECOTEC	Sociedade Desenvolvimento Tecno-Ecológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz
FCM	Fundação Chico Mendes
FG	Fundação Gaia
FNS	Fundação Nacional da Saúde
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Acre
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
HU	Health Unlimited (Saúde sem Limite)
IAF	Interamerican Foundation
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
IEA-AP	Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais- Amapá
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
ITERON	Instituto de Terras e Colonização de Rondônia
MINTER	Ministério do Interior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
ONG	Organização Não Governamental
PBD	Placa Bruta Defumada
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PMACI	Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
PRO-RESEX	Programa de Implantação das Reservas Extrativistas
REBRAF	Rede Brasileira Agroflorestal
RECA	Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX/AJ	Reserva Extrativista do Alto Juruá
RESEX/CM	Reserva Extrativista Chico Mendes
RESEX/CR	Reserva Extrativista Ciriaco
RESEX/ENET	Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado de Tocantins
RESEX/MP	Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé
RESEX/MT	Reserva Extrativista Mata Grande
RESEX/OP	Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto
RESEX/QF	Reserva Extrativista Quilombo Flexal
RESEX/RC	Reserva Extrativista do Rio Cajari
SIRE	Sistema de Informações das Reservas Extrativistas
SPEA	Secretaria do Planejamento do Estado do Acre
STR-ASSIS BRASIL	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil
STR-BRASILÉIA	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia
STR-XAPURI	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UNI	União Nacional Indígena
UNICAMP	Universidade do Estadual de Campinas.
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

APRESENTAÇÃO

1. O presente documento visa definir ações, cronogramas e orçamentos do Subprojeto Reservas Extrativistas (RESEX), de acordo com as recomendações dos componentes das diversas instâncias do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, e o Banco Mundial, na qualidade de instância gestora dos recursos financeiros daquele Programa. Foi elaborado tendo por base a versão apresentada ao Banco Mundial em dezembro de 1992 e incorpora os resultados parciais dos estudos de pré-investimento em execução por vários consultores.
2. É parte integrante do Projeto de Unidades de Conservação de Uso Direto, do componente Conservação e Proteção de Ecossistemas Relevantes e foi desenvolvido pela equipe técnica do IBAMA, com apoio de consultoria externa, com recursos provenientes da fase de pré-investimento do Programa Piloto.
3. Seu desenvolvimento foi em parte comprometido na medida em que, por diversos motivos, não se encontravam disponíveis muitos dos subsídios esperados na fase de pré-investimento. Não obstante, um grande número de documentos a nível de diagnóstico foi levantado e considerado. Tais subsídios, embora tenham sido de grande importância para a conceituação e contextualização do histórico do tema, pouco contribuíram para a elaboração dos aspectos propositivos do atual documento.
4. As ações propostas no presente documento representam um esforço de consolidação e ajuste entre os técnicos envolvidos diretamente no projeto, especialistas de reconhecida competência e representantes das comunidades extrativistas, com a supervisão sistemática da Secretaria Técnica do IBAMA, no Programa Piloto.
5. Sua elaboração se deu de forma participativa, envolvendo em suas diversas fases consultores, especialistas, organizações não-governamentais e o Conselho Nacional dos Seringueiros, direta e indiretamente, em entrevistas ou reuniões específicas. Os técnicos que participaram de sua elaboração fizeram visitas aos locais buscando coletar o maior número de informações possíveis, através de observação direta, entrevistas aos representantes de associações, sindicatos, cooperativas etc.
6. A estrutura do presente documento foi desenvolvida com base nas recomendações do Aide-Memoire da Missão do Banco Mundial de março de 1993. Sua revisão e enriquecimento foram objeto de discussão e representam consenso entre os diversos técnicos envolvidos. Optou-se por apresentar as premissas, o diagnóstico de cada reserva, bem como as proposições propriamente ditas e seus orçamentos, dentro dos componentes considerados essenciais ao subprojeto. São eles: "Efetivação das Reservas Extrativistas", "Organização Gerencial e Comunitária", "Organização da Produção", "Manutenção dos Estoques de Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade", "Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica e Social" e "Políticas Públicas".
7. A adoção da referida estrutura foi pensada, inclusive, para facilitar o necessário aporte de informações adicionais oriundas dos trabalhos de campo que se encontram em desenvolvimento. Assim, o documento poderá ser detalhado a nível executivo sem implicar em grandes transformações.

1. JUSTIFICATIVA

8. As questões ecológicas receberam destaque nas últimas décadas, em escala mundial, devido ao agravamento das perturbações ambientais, transformando-se numa das maiores preocupações das sociedades e tomando nítida a consciência de que o futuro da vida humana estará condicionado às formas pelas quais se possa fazer a apropriação e a utilização da natureza e de seus recursos. Em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, quase todos os países do mundo assumiram compromissos de conciliar o desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental.

9. Nos países em desenvolvimento, a questão ambiental tem íntima relação com a superação das situações de pobreza, fome e desemprego, que se agravam concomitantemente com os problemas ambientais, na medida em que induzem à crescente apropriação dos recursos naturais, sem o necessário compromisso de manutenção da base desses recursos. Consiste tarefa inadiável a harmonização do respeito à natureza e sua conservação com a dinâmica do desenvolvimento econômico-social, buscando superar o conceito de que o crescimento econômico exige a superexploração dos recursos naturais e a degradação ambiental. Trata-se, portanto, de considerar o uso racional dos recursos naturais segundo uma proposta de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

10. No Brasil, a política ambiental pressupõe a criação de condições para que a sociedade incorpore, definitivamente, a nova conceituação de uso dos recursos naturais na qual a conservação do meio ambiente viabiliza o desenvolvimento econômico-social. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 destacou o Meio Ambiente, entre os temas referentes à Ordem Social. São atribuições constitucionais do poder público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, controlar as atividades que atingem o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida, preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do país, proteger a fauna e a flora, criar reservas territoriais a serem especialmente protegidas, e promover a educação e a conscientização ambiental. É através do IBAMA, órgão executor da Política Ambiental brasileira, que o Governo coordena a participação de instituições federais, estaduais e municipais e organizações privadas, no que se refere ao meio ambiente.

11. A gestão dos recursos naturais, da ótica do desenvolvimento sustentável, pressupõe uma ampla revisão dos métodos e procedimentos tradicionalmente utilizados no processo de planejamento e de administração pública. Inevitavelmente tal gestão extrapola a esfera estritamente pública, exigindo posturas compatíveis nos diversos setores da sociedade, em particular os produtivos.

12. Essa tarefa de revisão de conceitos e de comportamentos deve, portanto, contar com o apoio das populações locais para lograr sucesso. A integração das populações locais facilita a gestão dos recursos naturais além de se constituir numa estratégia de distribuição de benefícios de forma socialmente mais justa.

13. A incorporação dessa participação na implementação dos programas e projetos de iniciativa do poder público significará um expressivo avanço na concretização das novas alternativas de desenvolvimento voltadas à exploração dos recursos naturais, como também no atendimento das necessidades sociais e econômicas da sociedade, pautadas em critérios de equilíbrio ambiental e equidade social.

14. A originalidade da reserva extrativista está baseada na combinação de estratégias de sobrevivência de populações humanas com a conservação de recursos naturais

ameaçados de destruição. Ou seja, é uma proposta que, ao mesmo tempo, visa garantir a qualidade de vida e a utilização racional dos recursos naturais. Esta inovação se evidencia, no fato dessa idéia ter surgido e sido implantada por iniciativa das comunidades amazônicas.

15. A superação econômica do extrativismo tradicional é importante dimensão presente na proposta de implementação das reservas extrativistas. Faz-se necessária a elaboração de alternativas que permitam uma diversificação dos produtos de base da economia extrativista. Nesse sentido, o levantamento de outros produtos extrativos com potencial econômico, a busca e ampliação dos mercados (interno e externo) destes produtos, o enriquecimento e manejo da floresta com espécies de interesse econômico e a transformação e comercialização desses produtos são elementos essenciais para o sucesso dessa alternativa.

16. É necessário levar-se em conta que a proposta de reservas extrativistas constitui-se numa proposta integradora, onde a conservação dos recursos naturais coexiste com os propósitos de sobrevivência e desenvolvimento de comunidades que exploram as florestas. Sua relevância está em considerar as questões produtiva, social e ambiental sob um enfoque integrado.

1.1 As Reservas Extrativistas

17. A proposta de Reserva Extrativista surgiu no âmbito do movimento social dos seringueiros acreanos, em meados da década de 80, em contraposição ao processo de expansão da fronteira agrícola na região, iniciado no começo da década de 70. Opondo-se à implantação de um modelo econômico que, através de incentivos governamentais, transformou a pecuária extensiva na principal frente dinâmica de ocupação na Amazônia, os seringueiros valiam-se do empate¹ como forma de se antepor aos desmatamentos empreendidos pela pecuarização.

18. Em 1985, os seringueiros organizaram o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, para articular suas lutas e reivindicações e para representá-los nacionalmente. Na mesma época, foi elaborada a proposta "Reserva Extrativista - Reforma Agrária do Seringueiro", cuja finalidade inicial era de resolver a situação fundiária de determinadas áreas da Amazônia e garantir, aos trabalhadores extrativistas, o direito de continuarem produzindo nas áreas que historicamente ocupavam e conservavam.

19. Em 1989 a Lei nº 7804, de 18 de julho, através de seu Art. 9, Inciso VI, determinou a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos, incluindo entre eles, áreas de proteção ambiental de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.

20. A criação de reservas extrativistas, sob responsabilidade do IBAMA, foi regulamentada pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, sendo definidas como espaços territoriais pertencentes à União, destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

¹ Empate: Mutirão através do qual os seringueiros, com suas mulheres e crianças, se põem à frente de um desmatamento, na tentativa de impedi-lo. Um terço dos "empates" até hoje realizados (aproximadamente, 50) resultou em êxito, assegurando a não derrubada de mais de 1,2 milhão de hectares de floresta.

21. O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT foi criado no âmbito do IBAMA, em fevereiro de 1992, atendendo a demandas dos extrativistas, com o objetivo de, por meio da implementação de programas e projetos, apoiar social e economicamente essas comunidades, como parte de uma estratégia que visa a consecução do desenvolvimento sustentável, no plano das populações extrativistas. Conceitua-se desenvolvimento sustentável para as populações tradicionais o processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas destas populações, a fim de melhor atender suas necessidades e aspirações, respeitando a livre determinação sobre a evolução de seus perfis culturais.

22. Com o surgimento do CNPT, o processo de criação de reservas extrativistas foi dinamizado. As reservas criadas até o momento, escolhidas dentre as áreas de relevante interesse ecológico e social, são as seguintes:

Nome	Estado	Decreto	Área (ha)	População
Alto Juruá	AC	98.863/90	506.186	5.821
Chico Mendes	AC	99.144/90	970.570	12.017
Rio Cajari	AP	99.145/90	481.650	3.639
Rio Ouro Preto	RO	99.166/90	204.583	775
Pirajubaé	SC	533/92	1.444	1.000
Ciriaco	MA	534/92	7.050	1.150
Extr.NorteTocantins	TO	535/92	98.280	2.000
Mata Grande	MA	532/92	10.450	1.500
Quilombo do Flexal	RO	536/92	9.542	900

23. Na seqüência, a prioridade do CNPT foi a regularização fundiária das reservas extrativistas decretadas em 1990, o que se transformou na primeira grande experiência de trabalho conjunto com as comunidades. Apelando às populações beneficiárias e às ONGs que as assistem, as quais participaram do levantamento de campo da situação legal e da documentação das áreas a desapropriar e indenizar, o CNPT conseguiu, em tempo recorde (cerca de dois meses) regularizar 2,1 milhões de hectares, correspondentes às reservas do Alto Juruá, Chico Mendes, Rio Cajari e Rio Ouro Preto.

24. Regularizada a situação fundiária, a preocupação do CNPT passou a ser a elaboração de programa emergencial, que traduziu as demandas de desenvolvimento econômico e social dessas reservas, detalhadas em projetos setoriais. Alguns desses projetos já contam com financiamento; alguns deles, inclusive, com recursos do próprio IBAMA.

25. O presente Subprojeto, no âmbito do Projeto de Unidades de Conservação de Uso Direto, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, pretende desenvolver atividades que, embora devam se constituir em modelos potenciais para o conjunto das reservas extrativistas implantadas e em implantação, serão restritas às reservas extrativistas do Alto Juruá, Chico Mendes, Rio Cajari e Rio Ouro Preto.

26. A Reserva Extrativista Alto Juruá, a primeira criada no país (23/01/90), está localizada no estado do Acre, a aproximadamente 150 km da cidade do Cruzeiro do Sul. O acesso é possível por avião ou barco, pelo rio Juruá. Tem uma área de 506.186 ha e uma população estimada de 5821 habitantes e formada de 865 famílias. A borracha é a única atividade de extrativismo vegetal explorada atualmente.

27. A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada no Estado do Acre, começando a aproximadamente 50 km da cidade de Rio Branco. A reserva tem uma área aproximada de cerca de 970.570 ha, abrangendo quatro municípios: Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira. As cidades de Xapuri e Brasiléia são acessíveis por carro ou ônibus. A viagem de Rio Branco para Xapuri leva de quatro a seis horas de carro e cinco a sete de ônibus. Brasileia fica uma ou duas horas a mais. Assis Brasil é acessível somente de barco ou avião de novembro até junho, e também por carro no restante do ano. A reserva tem uma população de 12.017 habitantes, formando 1838 famílias. As principais atividades extrativistas são borracha e castanha. Algumas áreas da reserva não tem castanha.

28. A Reserva Extrativista do Rio Cajari está localizada no sul do estado do Amapá, a aproximadamente 100 km da capital, Macapá. A Reserva tem uma área aproximada de 481.650 ha abrangendo dois municípios, Mazagão Velho e Laranjal do Jari. Parte da Reserva tem acesso terrestre, via BR-156, e parte tem acesso só de barco pelo rio Amazonas. De Macapá, de carro, a viagem leva de 3 a 4 horas; de barco "voadeira", são necessárias aproximadamente 6 horas. A Reserva tem uma população estimada de 3639 habitantes, ou aproximadamente 651 famílias. A reserva tem vários ecossistemas e as principais atividades extrativistas são voltadas à castanha, ao açaí (fruto e palmito) e à borracha.

29. A Reserva Extrativista Rio Ouro Preto está localizada no Município de Guajará-Mirim no estado de Rondônia, a aproximadamente 400 km da capital, Porto Velho. O acesso pode ser de barco ou de carro e barco. Assim como as Reservas Extrativistas Chico Mendes e Rio Cajari, foi criada em 12 de março de 1990 e tem uma área de 204.583 ha. A população estimada é de 775 indivíduos, num total de 123 famílias. As principais atividades extrativistas estão voltadas à borracha, à castanha e ao palmito.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

30. O objetivo geral do Subprojeto Reservas Extrativistas é testar, em quatro RESEX, modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, na administração dos recursos naturais renováveis nas florestas tropicais, através da co-gestão entre Governo e sociedade. Pretende-se viabilizar geração de renda, equidade social e difusão de experiências, tendo como base a conservação dos recursos naturais.

31. Seus objetivos específicos são os seguintes: a) fortalecer a organização produtiva e comunitária; b) desenvolver tecnologias, envolvendo a produção de subsistência e os produtos destinados ao mercado; c) desenvolver infra-estrutura econômica e social; d) manter os estoques de recursos naturais e e) conservar a biodiversidade.

32. Para tanto, está dividido nos seguintes componentes temáticos:

Componente A: Efetivação das Reservas Extrativistas.

Neste componente encontram-se descritos os processos necessários para a efetivação das reservas extrativistas, principalmente no que se refere aos aspectos de regularização fundiária, demarcação e sinalização dessas reservas, de criação ou fortalecimento de associações e/ou entidades de representação dos extrativistas, planos de utilização, processos de concessão real de uso, cadastramento e licença de utilização e fiscalização. Encontra-se, também, descrita a situação de cada uma das reservas objeto desse projeto quanto a essas questões.

Componente B: Organização Gerencial e Comunitária.

Este componente, focaliza a necessidade de organização gerencial e comunitária, ponto chave de todo o processo de implementação de reservas extrativistas. Estão descritas as formas como as diferentes reservas têm iniciado seu processo de organização, suas dificuldades e pontos a serem reforçados. Inclui a discussão e o dimensionamento das necessidades de fortalecimento da capacidade de organização e gerenciamento no sentido de fazer com que haja participação das comunidades, em seus vários níveis de atuação: entidades de representação local (sindicatos, associações etc.), regional e nacional, bem como instituições de apoio da esfera privada (ONGs) ou pública (CNPT/IBAMA, organizações estaduais, municipais etc.). Envolve formação e treinamento de recursos humanos, instrumentos de gestão, administração de projetos, estruturação e funcionamento de cooperativas, cantinas, comunicação, e estabelecimento de sistema de informação básica.

Componente C: Organização da Produção.

Neste componente estão descritos os principais tópicos da organização da produção nas reservas extrativistas. Trata da necessidade de não só estudar as diferentes alternativas de desenvolvimento de procedimentos extrativistas e de cultivo de produtos/espécies novas, como também, de se incrementar as tecnologias. Discorre, também, sobre as alternativas de se beneficiar produtos tradicionais como borracha e castanha, bem como de se aperfeiçoar e desenvolver utensílios básicos para sua coleta e beneficiamento. Estabelece, também, a necessidade de parâmetros para

o delineamento das estratégias mais adequadas de inserção dos produtos tradicionais e alternativos das reservas extrativistas nos mercados existentes, bem como o estudo da incorporação de novos mercados.

Componente D: Manutenção dos Estoques de Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade.

Neste componente estão descritas as ações voltadas para os levantamentos de recursos naturais das reservas em questão, que serão baseados em estudos a serem desenvolvidos ao longo da implementação do projeto. Inclui a especificação dos estudos necessários à mitigação dos eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades produtivas efetivas e potenciais das reservas extrativistas. Aborda, também, a necessidade de se imprimir conteúdo técnico e científico às limitações e/ou oportunidades, do ponto de vista ambiental e legal, de exploração a serem consideradas na elaboração dos planos de utilização das reservas extrativistas. Com relação ao Plano de Monitoramento Ambiental, indica as premissas para o estabelecimento desses planos para as quatro reservas extrativistas.

Componente E: Desenvolvimento da Infra-Estrutura Econômica e Social.

Este componente analisa a situação atual e as necessidades das reservas em relação às ações e equipamentos destinados a melhorar a infra-estrutura de transportes, armazenamento, comunicação, educação e saúde. Estabelece diretrizes a serem consideradas na fase de implantação do subprojeto, como forma de direcionar os investimentos a serem realizados, levando em conta que as disponibilidades de recursos financeiros são bastante inferiores aos dispêndios necessários para se atingir uma situação ideal.

Componente F: Políticas Públicas.

Neste componente estão descritas as atividades referentes à interação do subprojeto em questão com as oportunidades existentes, no âmbito do Executivo e do Legislativo, de alterações de leis e regulamentos em favor das RESEX. Inclui também a discussão acerca da possibilidade de um fundo fiduciário que venha a financiar as atividades produtivas cujo período de maturação se estende além da duração dos desembolsos do Programa Piloto.

33. Para cada um dos referidos componentes, estão sendo programadas atividades nas quatro reservas extrativistas objeto do presente projeto, respeitadas as suas particularidades e especificidades. Estas atividades levam em conta o conjunto de ações e/ou investimentos oriundos de outras fontes financeiras ou de outros projetos do Banco Mundial.

34. Além desses componentes, o presente documento conta com um item destinado à análise dos custos consolidados, outro voltado ao seu gerenciamento e um anexo com mapas.

3. Componente A: EFETIVAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.

35. A criação de uma reserva extrativista depende da manifestação de vontade do Poder Público, formalizada por meio de decreto assinado pelo Presidente da República. Esta vontade deve nascer da demanda da população extrativista ou do próprio órgão gestor da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta demanda, todavia, deve recair sobre uma área que apresente os três requisitos legais básicos, mencionados no Decreto 98.897/90: potencial extrativo, possibilidade de exploração auto-sustentável e presença de população tradicionalmente extrativista.

36. Verificadas estas condições, deve-se observar o disposto no artigo 30 do referido decreto, que estabelece: "Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, as desapropriações que se fizerem necessárias."

37. O modelo de exploração extrativo na Amazônia sempre esteve centrado na unidade produtiva da **colocação**² onde populações tradicionais desenvolvem atividades de coleta de produtos naturais, agricultura, caça e pesca de subsistência. No caso da borracha, devido à espacialização aleatória das seringueiras, este modelo produtivo exige grandes extensões de terras, em geral entre 300 e 500 hectares, por colocação.

38. Tal particularidade impunha a delimitação de um polígono dentro do qual fosse contemplado um conjunto de colocações, sem divisões internas entre si. Para atender esta situação, adotou-se um sistema condominial, através do qual a população destinatária receberia não um lote, mas uma fração ideal de um todo, capaz de absorver a extensa área habitualmente necessária à exploração dos recursos naturais sem o comprometimento da sustentabilidade.

39. Outra singularidade a ser respeitada era que as áreas já se encontravam ocupadas por populações tradicionais,³ não se tratando, portanto, do modelo clássico de assentamento populacional promovido pelo INCRA. A solução, neste caso, foi estabelecer a dominialidade pública da área, permitindo à população local a exploração dos recursos naturais através da concessão de direito real de uso.

40. O amadurecimento do instituto legal das reservas extrativistas foi impulsionado pelo advento da Constituição Federal, concebida quando as atenções do mundo estavam voltadas para o Brasil, particularmente na condução de sua política ambiental. Pressões internas e externas influenciaram no processo de inserção de todo um capítulo destinado à proteção do patrimônio ambiental no mais alto estrato da hierarquia jurídica brasileira. O artigo 225, o mais importante deles no que tange à política ambiental, define: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações".

² Denomina-se colocação à unidade de produção familiar extrativista. É formada pelo conjunto das estradas de seringa, pelos castanhais, áreas de pesca e caça e roçado, tendo ao centro uma clareira aberta na mata na qual mora, em média de a uma a três famílias.

³ Entende-se por população tradicional todas aquelas que tradicional e culturalmente têm a sua subsistência baseada no extrativismo de recursos naturais renováveis.

41. Neste sentido o legislador elencou uma série de medidas a serem adotadas pelo Poder Público, entre elas, a de "definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos" (art.225, par.10, III). Garantiu-se, desta forma, a nível constitucional, o suporte necessário ao ingresso e permanência das reservas extrativistas no universo jurídico brasileiro.

42. Em 16 de fevereiro de 1992 através de portaria, o IBAMA criou o CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, ligado diretamente à presidência do órgão.

43. O CNPT teve sua atuação regulamentada através de um regimento aprovado pela Portaria N. 22-A/92, o qual estabelece uma ampla competência que abrange: promover o desenvolvimento sustentado com populações tradicionais; implantar, consolidar, gerenciar, desenvolver, em conjunto com as populações envolvidas, as reservas extrativistas; promover e incentivar o estudo e o desenvolvimento de tecnologias para as reservas; promover, sob todas as formas, a comercialização e industrialização de produtos gerados pelas populações tradicionais.

44. Uma inovação digna de destaque no caso do CNPT, e condizente com o objetivo para o qual foi criado, é a existência de um Conselho Consultivo que indica o chefe do órgão, define a política e a alocação dos recursos e é formado por representantes de todas as reservas extrativistas existentes e de ONGs de assessoria.

45. As RESEX podem ser criadas independentemente da prévia desapropriação da área, fato que poderá agilizar muito o processo de criação e contribuir para interromper iniciativas potencializadoras de conflitos como desmatamentos e expulsão de trabalhadores das áreas, dentre outras. Esse dispositivo tem-se mostrado consistente, também pelo fato de que, na Amazônia, grande parte da titulação das áreas rurais não tem sustentação jurídica.

46. O processo de implantação de RESEX refere-se a um conjunto de iniciativas a serem desencadeadas pelo Poder Público, pela população destinatária e pela instituição criada para assegurar a efetiva participação da sociedade em todo o processo: as entidades representativas dos moradores.

47. A cada um destes setores, estão definidas competências específicas no processo de implantação, conforme detalhamento a seguir:

Ao IBAMA - caberá:

- a) a regularização fundiária;
- b) a elaboração do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso;
- c) a elaboração do Modelo de Autorização de Uso e
- d) a fiscalização.

À população destinatária caberá:

- a) a constituição de entidades representativas de moradores.

Ao IBAMA, em conjunto com as entidades representativas e com o CNS:

- a) a elaboração do Plano de Utilização;
- b) o cadastramento populacional e

c) o diagnóstico sócio-econômico.

Às entidades representativas de moradores:

- a) Assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e
- b) Outorga dos Títulos de Autorização de Uso aos moradores da reserva.

48. A regularização fundiária é o procedimento judicial e/ou administrativo utilizado para regularizar o domínio e posse no perímetro da RESEX de forma a torná-los juridicamente legítimos. Este procedimento deve levar em conta, primeiramente, as diferentes categorias de terras existentes na área - se particulares, públicas ou devolutas - e, num segundo momento, as diferentes realidades possessórias.

49. Nesta etapa de implantação são realizadas também a demarcação e sinalização (colocação de placas indicativas) do perímetro da RESEX, iniciativa que pode se dar antes mesmo da sua regularização fundiária. Entretanto, a demarcação dessas áreas, dadas as grandes extensões, a topografia acidentada dos terrenos e os altos custos de operacionalização dos trabalhos, para se viabilizar, depende de um grande aporte de recursos ou do envolvimento direto das comunidades e do Exército, como ocorreu na RESEX Chico Mendes.

50. Concluídos os trabalhos relativos à regularização fundiária das reservas, é estabelecido um contrato de concessão de uso entre o IBAMA (concedente) e a entidade representante dos extrativistas da reserva (cessionária), a título gratuito, por um prazo não inferior a 20 anos.

51. Conforme disposto no artigo 4 do Decreto 98.897/90, "A exploração auto-sustentada e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do artigo 70 do Decreto-Lei N. 271, de 28 de fevereiro de 1967."

52. Este contrato é capaz de contemplar, simultaneamente, os seguintes aspectos: a) o domínio da área permanece com a União; b) à população é transferido o direito de uso e c) este direito é resolúvel, ou seja, rescindível se descumpridas suas cláusulas e condições.

53. A outorga dos contratos de direito real de uso será realizada pelo IBAMA, para as associações de moradores. Pelo contrato, ainda, a Administração, mantendo-se no domínio da área, transfere apenas o uso a particular, como direito resolúvel, para que dele se utilize para fins de exploração que apresente interesse social.

54. Considerando a situação socio-econômica da população extrativista e o fato da concessão impor o dever de fiscalizar e conservar a área, o Decreto No. 98.897/90 estabelece que a concessão será realizada a título gratuito, sem qualquer ônus financeiro ao concessionário.

55. Transferido o direito de uso à entidade representativa dos moradores, cabe, na sequência, a esta, responsável pela administração da reserva, a transferência para os moradores, individualmente, o uso particular de frações ideais da área. Diversamente da concessão de direito real de uso que possui natureza contratual, a autorização é ato unilateral e, portanto, precário, ou seja, revogável pela vontade do outorgante.

56. Pela autorização, a entidade representativa dos moradores confere à população destinatária o direito de uso de uma fração ideal da área, nas mesmas condições

estabelecidas no contrato de concessão: gratuidade, intransferibilidade inter-vivos e observância do plano de utilização.

57. Segundo dispõe o artigo 5 do Decreto 98.897/90, "Caberá ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior."

58. Este dispositivo está de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Fica reforçada na raiz a legitimidade de ampla fiscalização do órgão gestor do meio ambiente, justificada, agora, não apenas pela sua titularidade dominial sobre a área mas, também, pela finalidade para a qual foi instituída como unidade de conservação.

59. Apesar desse dispositivo legal, as invasões atuais que vêm ocorrendo nas reservas extrativistas estão relacionadas à precária capacidade de fiscalização do IBAMA e de outros órgãos governamentais a nível estadual. O fortalecimento da capacidade institucional desses órgãos, bem como das associações de extrativistas, representantes das comunidades locais, virá a significar um avanço na efetiva consolidação das áreas criadas.

60. Condição indispensável para o processo de implantação de reservas extrativistas é a criação ou consolidação, pela população destinatária, de entidades representativas dessas populações extrativistas e/ou tradicionais.

61. Pela legislação, a outorga da concessão de uso pode ser feita também a uma cooperativa. A experiência concreta hoje existente nas reservas extrativistas indica, como mais apropriado, estabelecer uma distinção de competências. As cooperativas estão envolvidas diretamente com o processo econômico a nível de produção e comercialização de produtos, e as associações, com o processo de gestão das reservas. Considerando que essa distinção torna o processo mais visível e compreensível para as comunidades das reservas, sugere-se que seja mantida. Deve-se considerar, entretanto, que no processo de organização das comunidades extrativistas muitas vezes não é possível, em seus estágios iniciais, proceder-se às separações muito rígidas de funções, fazendo com que as atividades de gestão econômica e gestão da concessão de uso sejam desempenhadas pela mesma entidade.

62. Em alguns casos, as entidades de representação das populações extrativistas abrangem áreas mais amplas que as RESEX e reúnem grupos de extrativistas e trabalhadores rurais que extrapolam os moradores das RESEX. Nesses casos, essas entidades deverão criar, no seu interior, subconjuntos referidos às áreas específicas das RESEX sem que, necessariamente, isso signifique o fracionamento da entidade. A esse respeito cabe mencionar que existe polêmica quanto à interpretação do Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

63. Essa polêmica remonta à fase inicial de discussões sobre esse instrumento já que, a minuta original do referido Decreto, elaborada pelo IBAMA, CNS e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), encaminhada em 21 de dezembro de 1989 ao extinto Ministério do Interior (MINTER) para apreciação, continha no Artigo 5º em seu parágrafo primeiro a seguinte disposição: "A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, observadas as normas do Decreto-lei nº 271, de 25 de fevereiro de 1967 e Decreto-lei nº 2.300 de 1986. Parágrafo 1º - A concessão real de uso será outorgada pelo poder Público, independente de licitação, à pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente pela população destinatária".

64. Entretanto, o parecer da lavra do Consultor Jurídico - Adalberto Carvalho - do MINTER, levantou o questionamento de que o termo "pessoa jurídica de direito privado", como colocado, era muito abrangente, já que envolveria as pessoas jurídicas de direito civil: sociedades, fundações, associações e cooperativas; de direito comercial: sociedade em nome coletivo, sociedade anônima, sociedade em comandita e sociedade por cotas de responsabilidade; e de direito trabalhista: sindicatos, federações e confederações; e, que a referência à população destinatária, sem defini-la, poderia levar a interpretações subjetivas quando da efetivação de concessões.

65. Essas considerações foram levadas em conta na elaboração final do Decreto, o que implicou na opção por uma redação que retirou os termos "pessoa jurídica de direito privado" e "população destinatária". Esse fato acabou favorecendo a disseminação de dúvidas quanto a obrigatoriedade ou não, dos contratos de concessão de direito real de uso serem firmados exclusivamente com as associações das comunidades extrativistas. De concreto, entretanto, existe apenas a orientação de que seja obedecido os termos do artigo 7º do Decreto-Lei Nº 271/67.

66. Quanto ao tempo de vigência dos contratos de concessão de direito real de uso, apesar do Decreto-lei nº 271/67 permitir que seja o mesmo certo ou indeterminado, a Constituição Federal, no seu artigo 189 estabelece que: "Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos", muito embora, nada impeça que os contratos sejam prorrogados por iguais períodos.

67. Há, ainda, a questão da necessidade da autorização do Congresso Nacional para a concessão real de uso. A esse respeito, a Procuradoria Jurídica do IBAMA entende que deve ser atendido o parágrafo primeiro do artigo 188 da Carta Magna, que dispõe, verbis: "A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional".

68. Há, portanto, importantes passos a serem dados no sentido do atendimento à regulamentação das reservas extrativistas. Muitas das questões aqui levantadas dependerão ainda de pareceres de juristas a serem providenciados pelas instâncias encarregadas na outorga das concessões reais de uso. Outras dependerão de instrumentos legais a serem ainda elaborados e discutidos no âmbito do Congresso Nacional. A esse respeito, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.892/92, que propõe a regulamentação dos objetivos nacionais de conservação da natureza e cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no qual se dispõe, nos artigos 18 e 22, sobre as Reservas Extrativistas. Embora sem previsão de discussão, esse Projeto de Lei poderá ser decisivo no esclarecimento da regulamentação da matéria. O componente deste documento referente às políticas públicas vinculadas ao extrativismo prevê uma abordagem desse tema, no âmbito do presente projeto.

69. Pode-se afirmar, entretanto, que estas dúvidas e incertezas pouco significam para o cotidiano das populações extrativistas. Muito embora seja altamente desejável que a regulamentação das reservas extrativistas seja clara e prontamente implementada, há muito a se fazer a despeito do atual quadro. Há, inclusive, uma grande oportunidade de se utilizar de forma efetiva o tempo que se despenderá até o esclarecimento final dessas questões, na concretização dos passos básicos desse processo. O presente projeto poderá fornecer elementos preciosos no aperfeiçoamento da legislação em vigor e no esclarecimento de seu processo, na medida em que lhe cabe propor os diferentes meios e instrumentos através dos

quais se testará a eficácia e lógica da proposta de reservas extrativistas.

70. Para garantir a utilização planejada dos recursos naturais disponíveis nas reservas, o Decreto 98.897/90 exige a elaboração de um plano de utilização antes da outorga do contrato de concessão real de uso. Este plano consiste num estudo dos critérios de exploração e proteção de cada uma das atividades econômicas, real ou potencialmente existentes na área, dos aspectos sócio-econômicos e culturais da população, das especificidades dos ecossistemas locais, da aplicação de novas tecnologias de exploração dos recursos naturais, dentre outros.

71. A heterogeneidade das áreas com potencial extrativista recomenda a elaboração de plano de utilização de forma a compatibilizar os critérios de exploração com as particularidades de cada reserva. O monitoramento da exploração dos recursos naturais deverá ser feito pelos grupos sociais, ou seja, pela própria população beneficiada com a criação da área, sob a supervisão do IBAMA.

72. Este plano deve conter regras de utilização das estradas de seringa, exploração da madeira, palmito e abate de árvores e outras espécies nativas, escolha dos locais para a produção de subsistência, criação de animais domésticos, implementação de sistemas agroflorestais, caça, pesca, recuperação de áreas degradadas, pesquisa, fiscalização, educação, utilização das vias de acesso e transporte e fixação do número de trabalhadores em cada colocação, etc.

73. Dada a sua importância, o plano de utilização deverá ser elaborado conjuntamente por técnicos e pela população extrativista. Não se trata, portanto, de um protocolo de intenções, tão somente, mas de um conjunto de regras, de natureza contratual, para a utilização dos recursos naturais que, uma vez inobservado, dará ensejo à rescisão da concessão.

74. Refere-se, de um lado, ao registro dos moradores das reservas para fins de recebimento dos títulos de autorização concedidos pelas entidades representativas dos extrativistas e, de outro, ao diagnóstico sócio-econômico da área considerando variáveis sociais, econômicas, culturais, ecológicas (utilização social dos recursos naturais) com vistas ao planejamento e desenvolvimento das reservas. Estes trabalhos podem ser realizados simultaneamente.

75. A administração da reserva é da competência das associações locais, a quem cabe, 180 dias após a assinatura do Contrato de Concessão, encaminhar ao IBAMA o cadastro da população residente na reserva extrativista. Satisfeita essa exigência, a associação está apta a fazer a outorga de títulos de autorização de uso, a cada um dos moradores locais, chefes de família, na forma prevista pelo contrato de concessão de direito real de uso.

3.2 A Situação Atual das Reservas Extrativistas Quanto à Efetivação

76. A seguir apresenta-se a situação atual das reservas extrativistas com relação às questões discutidas nesse item, principalmente no que se refere à regularização fundiária, demarcação e sinalização, planos de utilização e cadastramento da população.

3.2.1 A Reserva Extrativista do Alto Juruá

77. Em 1988, o CNS/Regional do Vale do Juruá preparou o primeiro projeto abrangente de implantação de uma RESEX, compreendendo programas de educação, saúde, cooperativismo e assistência técnica. Esse projeto, contando com o apoio da Secretaria do Planejamento do Estado do Acre, obteve do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recursos para transporte, armazenamento e comercialização da borracha, aplicados através de um programa de cooperativismo. Os moradores da Reserva fundaram em junho de 1989 a Associação de Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo para administrar o novo sistema cooperativista. A Associação foi depois rebatizada de Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ).

78. Um esforço combinado das organizações de seringueiros (CNS-Regional do Vale do Juruá e CNS-Nacional), de instituições científicas e técnicas (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA), governamentais (IBAMA, BNDES) e não-governamentais, bem como da Procuradoria Geral da República, levou ao decreto federal de janeiro de 1990, estabelecendo legalmente a Reserva, o primeiro em seu gênero e modelo para os seguintes. Em 1991, a Associação realizou sob convênio com o IBAMA um cadastro de residentes e a proposta de um Plano de Utilização.

79. O IBAMA desapropriou a área em janeiro de 1992, mediante indenização dos proprietários anteriores. Ao longo desse período, a Associação e o CNS-Regional deram outros passos para a implantação da Reserva. Contando com apoio científico de um antropólogo e de biólogos da UNICAMP (mediante convênio de cooperação), a Associação realizou um mapa detalhado da área (convênio ASAREAJ-IBAMA com participação técnica do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI), deu início a um Programa de Saúde (convênio ASAREAJ e Health Unlimited - HU), construiu armazéns e instalou um sistema de rádios (apoio da Embaixada Britânica e da Fundação Gaia), além de complementar a frota de barcos para transporte fluvial (BNDES, Fundação Chico Mendes, Environment Defense Fund - EDF e Fundação Gaia).

80. Os próximos passos incluem a assinatura do contrato de Concessão de Uso através do qual o IBAMA transmitirá para a Associação os direitos de uso e funções de gestão sobre a reserva.

81. Foram cadastradas, em 1991, 856 moradias, agrupadas em 315 colocações e 10 fazendas, estas situadas na margem do rio Juruá. Estima-se que um máximo de 1% das casas no Tejo e de 8% por cento das casas na margem do rio Juruá tenham sido omitidas do Cadastro, o que poderá representar um total adicional de 35 casas.

3.2.2 A Reserva Extrativista Chico Mendes

82. A RESEX Chico Mendes foi criada em março de 1990 e, em março de 1992, o IBAMA ajuizou as ações de desapropriação cabíveis. Foram feitos os depósitos de indenização correspondentes tanto ao valor da terra nua quanto das benfeitorias existentes no local. No curso das ações de desapropriação, alguns proprietários questionaram os valores arbitrados e, para a conclusão da regularização fundiária, são necessárias algumas providências legais, principalmente uma nova avaliação judicial. Entretanto, trata-se de um processo irreversível.

83. A demarcação do perímetro da reserva já foi efetuado, assim como sua sinalização, com apoio do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI)

a partir de convênio do IBAMA com o Exército. Serão necessárias, apenas, novas placas de sinalização para complementar as existentes.

84. Em meados de 1992 foi realizado o cadastramento dos moradores da reserva, pelo CNS, através de convênio com o IBAMA. Nesse mesmo ano, o CNS, juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira, prepararam uma proposta de Plano de Uso da reserva, que constitui uma primeira aproximação do Plano de Utilização

3.2.3 A Reserva Extrativista do Rio Cajari

85. Os procedimentos preliminares para a regularização fundiária da Reserva Extrativista do Rio Cajari previstos pela legislação - discriminação administrativa da área através de um levantamento cartorial nos municípios de Mazagão e Laranjal do Jari e vistoria em campo das benfeitorias existentes - foram concluídos. Identificou-se, para desapropriação, 63 imóveis. As Imissões de Posse foram expedidas em nome do IBAMA.

86. O processo de regularização se encerrará com a outorga do Contrato de Concessão Real de Uso à Associação de Trabalhadores da Reserva Extrativista do Vale do Rio Cajari (ASTEX-CA), criada com essa finalidade em janeiro de 1991.

87. O projeto de sinalização da reserva já está finalizado e o Posto de Fiscalização depende, para ser instalado na localidade de Água Branca, de entendimentos entre a Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente do Amapá (CEMA/AP) e o CNPT/IBAMA. A instalação definitiva das placas indicativas será realizada pela ASTEX-CA.

88. Algumas iniciativas foram tomadas no sentido da elaboração do plano de utilização da RESEX do Rio Cajari mas, efetivamente, pouco se logrou avançar, até o momento. Em 1992, foi encaminhado ao CNPT/IBAMA o Projeto "Apoio à Elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari - Amapá", pelo IEA. Este projeto faz parte do conjunto de propostas encaminhadas pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) ao Programa Piloto.

89. O cadastramento populacional e levantamento sócio-econômico da RESEX do Rio Cajari teve início recentemente. Os trabalhos de campo foram realizados no mês de agosto próximo passado, estando a pesquisa em fase de sistematização e análise de resultados. As duas iniciativas (cadastramento populacional e levantamento sócio-econômicos) foram desencadeadas simultaneamente, embora voltadas para finalidades diferentes.

3.2.4 A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

90. O processo desapropriatório ainda não foi concluído. Isso determinou que o IBAMA,, até hoje, não se imitiu na posse da RESEX do Rio Ouro Preto, o que impede a concessão de uso para a Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim (ASGM). Além disso, ainda existe uma proposta de mudança dos limites da RESEX, na qual seriam excluídos aproximadamente 30.000 hectares.

91. Apesar da não-regularização da RESEX do Rio Ouro Preto e das pendências sobre os seus limites, o Instituto de Terras e Colonização de Rondônia (ITERON), pretende utilizar recursos do PLANAFLORO para demarcar a área ainda em 1993, utilizando a proposta dos limites da Reserva.

3.3 Metas do Componente A

92. Durante o período de investimentos, os recursos aplicados deverão permitir a obtenção dos seguintes resultados:

a) efetivação de processos jurídicos e regularização da situação fundiária das RESEX Chico Mendes, Alto Juruá e Rio Cajari (os procedimentos referentes à reserva Rio Ouro Preto estarão sendo efetuados com recursos de outro programa, o PLANAFLORO);

b) demarcação dos limites (linhas secas), implantação de marcos, de pontos de rastreamento por satélite e de pontos geodésicos, colocação de placas de sinalização nas RESEX Alto Juruá e Rio Cajari (a RESEX Chico Mendes já está totalmente demarcada e a Rio Ouro Preto contará com recursos do PLANAFLORO para esse fim).

c) criação e/ou consolidação das entidades representativas das comunidades das quatro reservas, através da promoção de encontros comunitários, do apoio financeiro e do fornecimento de material de consumo para a realização de encontros e mobilização dos moradores;

d) elaboração dos Planos de Utilização, documentos necessários para o processo jurídico de concessão do direito real de uso às entidades representativas das comunidades das reservas. Os planos serão propostos pelas organizações comunitárias, contando com assessoramento técnico proporcionado pelo subprojeto;

e) obtenção, pelas entidades de representação das populações extrativistas, dos contratos de Concessão de Direito Real de Uso para as quatro reservas. Este item não será orçado já que o Decreto Nº 98.897/90 prevê a obtenção dos referidos contratos gratuitamente;

f) implantação, junto às entidades representativas dos extrativistas das RESEX, de sistemática de apoio às rotinas de fiscalização nas reservas pelo IBAMA. Esta atividade não será orçada pois os recursos destinados a este fim estarão incluídos no orçamento correspondente às atividades de fiscalização do IBAMA.

4. Componente B: ORGANIZAÇÃO GERENCIAL E COMUNITÁRIA

4.1 Organização comunitária e gestão do processo produtivo

93. Até o final da década de 80, a produção gomífera era a atividade que viabilizava a auto-sustentabilidade econômica do extrativismo e a borracha o produto florestal mais importante para as áreas extrativistas. A organização de sua produção e comercialização ficou por décadas a cargo dos seringalistas-patrões e a aceitação pelo mercado de sua precária qualidade como matéria-prima não exigia mobilização, nem imprimia modificações na estrutura dessa organização.

94. Com o passar do tempo e o aprofundamento da crise nos seringais, mais e mais funções foram sendo assumidas pelo seringueiro. Em algumas áreas da região - Acre, principalmente - seringais inteiros ganharam relativa autonomia e as atividades de produção e comercialização puderam ser assumidas pelos seringueiros, ainda que de forma precária. Pequenas cooperativas chegaram a surgir nessas áreas e essa população vinha ganhando níveis de organização que respondiam às exigências da auto-gestão desse processo de autonomia.

95. Portanto, estava em curso um processo de organização lastreado na experiência e tradição do trabalho com a borracha, produto não perecível, de fácil transporte e com mercado garantido, o que em todos os aspectos minimiza as dificuldades de inserção de qualquer atividade produtiva na floresta.

96. Estando esse processo em curso, a borracha passa a ter seus preços - desde há muito sob controle do Estado - rebaixados a ponto de não mais viabilizar a sustentação econômica da grande maioria das populações extrativistas da Amazônia. Além disso, foram relaxados os mecanismos de reserva de mercado, que também funcionavam há décadas, não havendo mais garantia para a comercialização do produto. Em 1992, a produção de borracha da região representou apenas 1/4 da produção de 1985 (9 mil toneladas/34,5 mil toneladas), com tendência a reduzir-se ainda mais. Hoje, a borracha ainda produzida na região está sendo vendida a preços que não remuneram os custos da extração.

97. Ressalte-se que as recentes transformações promovidas pelo Governo federal, se inserem numa política mais ampla de diminuição crescente da participação do Estado na economia do País, fazendo com que prevaleçam as relações de mercado.

98. O problema mais grave dessa mudança de postura governamental é que ao extrativista não foi assegurado nenhum prazo de carência para que se ajustasse à nova realidade, melhorando a qualidade da borracha que produz (uma exigência da indústria, com o advento do pneu radial), buscando alternativas de beneficiamento e mercado para o produto e diversificando sua atividade econômica.

99. Sem a borracha como produto de sustentação econômica, o processo de modernização terá que acontecer a partir de outras atividades. Nesse "novo" caminho rumo à modernização, a organização comunitária e gerencial tem na gestão do processo produtivo uma importante vertente para sua concretização. Em primeiro lugar, o elenco de atividades a serem fomentadas na sustentação ao processo de modernização deve ser o mais diversificado e o mais próximo possível das atuais condições para a auto-gestão nas Reservas.

100. Numa espécie de movimento de baixo para cima, o volume e a diversidade de produção que passarão a ter lugar nessas áreas demandarão a mobilização das comunidades locais no sentido da organização dessa produção e da sua comercialização. Como numa reação em cadeia, essa demanda leva à definição de estratégias para o abastecimento interno, numa realidade já em processo de mudança, o que também concorre para consecução de melhor nível de organização, de modo particular a gerencial.

101. As atividades produtivas previstas nesse subprojeto foram definidas considerando a necessária proximidade com as atuais condições de auto-gestão das RESEX e é da produção diversificada de borracha, castanha, mel, pescado, produtos agrícolas básicos, porcos, aves, frutas, óleos, embarcações, móveis, entre outros, que surgirá parte importante da mobilização rumo à organização.

102. Por outro lado, é imprescindível que o fortalecimento institucional se dê também pela via da capacitação profissional e objetiva, através de cooperação específica. O desenvolvimento de metodologia adequada nas áreas de planejamento estratégico e organização comunitária junto às comunidades locais, suas lideranças e entidades representativas deve ser concretizado com a maior rapidez possível.

103. O subprojeto deve identificar metodologias existentes nessa área para verificar sua eficácia, e com base nas selecionadas programar um trabalho permanente junto às comunidades locais, que, nos moldes da extensão, seja realizado a partir da apreensão dessas realidades.

104. No trabalho da consultoria em realização como atividade de pré-investimento desse subprojeto, alguns pré-requisitos básicos para a implantação de um plano de fortalecimento gerencial para as RESEX foram identificados:

a) A organização responsável pelo gerenciamento de cada RESEX, no horizonte de longo prazo, deve ser uma associação, ou associações, composta de todos os moradores da reserva e não incluir pessoas de fora das RESEX. Reconhece-se, entretanto, que poderão ser aproveitadas as entidades representativas existentes, independente de sua abrangência espacial, desde que se constituam subconjuntos específicos para operacionalizar a implementação das RESEX;

b) Os empreendimentos econômicos e as entidades representativas de moradores que gerenciarem as reservas devem ter como meta a separação de suas atividades, embora no estágio inicial de organização, possam estar organizadas de forma conjunta. As organizações econômicas podem, quando for conveniente, incluir pessoas fora das reservas;

c) As entidades representativas de moradores e entidades econômicas devem ser organizadas, desde o início, com o objetivo da auto-sustentabilidade.

105. A seguir apresenta-se o quadro organizacional das RESEX objeto do presente projeto. Incluiu-se a descrição das características e atribuições do CNPT neste item por se considerar que, na qualidade de gerenciador do processo de implantação e de desenvolvimento das reservas extrativistas, o CNPT será objeto de expressivo apoio institucional para dotá-lo de condições adequadas de trabalho.

4.1.1 Estrutura e Organização do CNPT

106. O apoio ao fortalecimento do CNPT, para dotá-lo de condições de apoiar o desenvolvimento das reservas extrativistas, se dará de forma mais efetiva através da instalação da Unidade de Administração do Subprojeto RESEX, objeto do item referente ao Gerenciamento do Subprojeto.

107. Atualmente, são as seguintes as competências do CNPT:

a) promover o desenvolvimento econômico visando a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais baseada na sustentabilidade, na cultura e nos conhecimentos por elas acumulados;

b) promover estratégias e fomentar ações visando o desenvolvimento sustentado e a livre determinação sobre a evolução dos perfis culturais das populações tradicionais;

c) criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as RESEX em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam;

d) promover e fomentar estudos necessários ao desenvolvimento das RESEX e das bases econômicas, sociais e culturais das populações tradicionais que as manejam;

e) promover e fomentar tecnologias que visem o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais;

f) apoiar, promover e fomentar a industrialização e comercialização dos produtos e recursos naturais manejados pelas populações tradicionais;

g) assessorar, elaborar, coordenar, executar, supervisionar e monitorar o desenvolvimento e a implantação de planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais das unidades de conservação de uso direto e indireto, desde que definidas pelas respectivas Diretorias do IBAMA com jurisdição sobre as mesmas unidades de conservação de responsabilidade de outros órgãos governamentais, quando solicitadas através de acordos específicos com estes órgãos;

h) promover a articulação com instituições federais, estaduais e municipais visando a obtenção de apoio político, técnico e financeiro, para a implantação dos planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais;

i) promover a articulação com órgãos governamentais, organizações não governamentais e representações das populações tradicionais, visando subsidiar a definição de políticas e implementação de planos, programas, e projetos das populações tradicionais;

j) promover a articulação com as diretorias, superintendências ou órgãos encarregados do IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, universidades e institutos de pesquisa, visando a obtenção de subsídios e apoio técnico necessários ao desenvolvimento, implantação e implementação dos planos, programas, projetos e ações das populações tradicionais;

k) implantar em conjunto com o Centro Nacional de Informação Ambiental (CNIA) um sub-sistema de informações, tendo como referência os planos, programas, projetos e ações implementados, visando a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de metodologias relacionadas à problemática das populações tradicionais;

108. Quanto ao seu funcionamento, o CNPT conta com uma estrutura funcional de gestão entre representantes das populações tradicionais, organizações não governamentais e órgãos do governo federal e estadual, organizada da seguinte forma:

a) Órgãos Colegiados:

- Conselho Consultivo
- Conselhos Regionais

b) Órgãos Executivos:

- Escritório central em Brasília
- Escritórios regionais (representações estaduais)

109. O Conselho Consultivo tem por objetivo fiscalizar as ações e propor diretrizes políticas para atuação do CNPT, e ainda referendar a indicação do chefe do Centro. É composto por 15 membros, dentre instituições não governamentais e representantes das populações extrativistas. O Conselho é secretariado pelo chefe do CNPT.

110. O Conselho Consultivo do CNPT, para o período 1992/94, inclui representantes das seguintes instituições e organizações:

- Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
- Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE;
- Grupo de Trabalho Amazônico - GTA;
- Centro de Trabalho Indigenista - CTI;
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
- Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais - IEA;
- RESEX Alto Juruá;
- RESEX Chico Mendes;
- RESEX Rio Ouro Preto;
- RESEX Rio Cajari;
- RESEX Extremo Norte do Estado de Tocantins;
- RESEX Ciriacó;
- RESEX Mata Grande;
- RESEX Quilombo Flexal; e
- RESEX Marinha do Pirajubaé;

111. Os Conselhos Regionais acompanham as ações e as atividades do CNPT a nível regional. São compostos pelo superintendente do IBAMA, por uma autoridade indicada pelo Governo do Estado, por um representante do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimento Social e por representantes dos demais organismos da sociedade civil envolvidas nos planos, programas e projetos regionais do CNPT.

112. Os escritórios executivos têm a função de executar os planos, programas, projetos e ações do CNPT. São compostos por um "grupo híbrido" formado por técnicos dos

Governos Estaduais, técnicos do IBAMA, além de técnicos indicados pelo Fórum das ONGs. Esses escritórios regionais, atualmente em número de seis, estão instalados em Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Macapá (AP), Manaus (AM), Imperatriz (MA) e Belém (PA).

113. O escritório central do CNPT em Brasília tem a função de coordenar e supervisionar os programas e projetos voltados ao desenvolvimento das populações tradicionais. É composto por uma equipe de apenas quatro técnicos de nível superior e duas pessoas para apoio administrativo.

4.1.2 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX do Alto Juruá

114. A Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista de Alto Juruá - (ASAREAJ é a organização que vai receber a Concessão Real de Uso do IBAMA, e consequentemente será responsável pelo gerenciamento da Reserva. A ASAREAJ foi fundada em 1989 e tem aproximadamente 500 sócios, todos moradores da RESEX. A principal entidade assessora da ASAREAJ é o CNS - Regional Alto Juruá (CNS-AJ), também fundado em 1989. O CNS-AJ foi a "locomotiva" no processo de criação da reserva. Uma outra organização que teve papel importante nos últimos anos é Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) de São Paulo. O CEDI apoiou informalmente o processo de criação e estruturação inicial da reserva através de assistência técnica e logística. Hoje, o CEDI tem um convênio com a ASAREAJ para assessoria na área de educação.

115. A ASAREAJ, com quatro anos de existência, tem uma base relativamente forte para começar o trabalho de gerenciamento a reserva. A associação tem uma base significativa de sócios, o início de uma infra-estrutura física e a experiência de ter montado e gerenciado um programa de saúde com o apoio de uma entidade internacional (Health Unlimited). Mas, ao mesmo tempo, as dificuldades a serem superadas e as necessidades de treinamento e assessoria técnica são grandes. As dificuldades incluem um alto nível de analfabetismo na reserva, desconhecimento dos conceitos e práticas de organização comunitária, cooperativismo e concorrência e enfrentamento de políticos locais. As necessidades de treinamento e assessoria técnica incluem: organização e gerenciamento de uma cooperativa, organização comunitária, técnicas de liderança, captação de recursos, elaboração de propostas e implementação de projetos e administração financeira, legal e de recursos humanos.

116. A associação não tem seu próprio sistema de planejamento e coordenação. Até agora, todo foi feito junto com o CNS-AJ. Atualmente, a ASAREAJ quase não tem uma estrutura operacional. O presidente recebe uma ajuda de custo da MacArthur Foundation para trabalhar em tempo integral na associação e o programa de saúde está remunerando um coordenador, nove agentes de saúde e um piloto de barco no regime de prestação de serviços.

117. A infra-estrutura física atual da associação é:

- Boca do Tejo: 2 casas, dormitório de 20m x 30m, armazém de 10m x 30m, loja e escritório de 6m x 10m, sala de reuniões de 15m x 20m e um posto de saúde;
- Boca do Bajé: armazém de 6m x 10m, sala de reuniões de 9m x 13m e um posto de saúde;

- Restauração: armazém de 6m x 10m;
- Barcos: Barco do programa de saúde (12 toneladas), voadeiras e 3 canoas;
- Equipamentos: gerador (barco de saúde), motores de barco (10 de 5 cavalos, 1 de 11, 3 de 18 e 1 de 40 cavalos), usina peladeira de arroz, 4 rádio amador, máquina de escrever (manual) e alguns móveis de escritório.

118. Nos últimos quatro anos, a ASAREAJ foi sustentada financeiramente por várias instituições incluindo o BNDES, CNPT, MacArthur Foundation, Saúde Sem Limites (HU) e outros. Até hoje, a grande maioria dos recursos levantados para a reserva foi gerenciada e administrada pelo CNS-AJ, usando contas bancárias e o sistema de contabilidade do CNS. No presente, a única verba administrada pela ASAREAJ é a verba da HU para o programa de saúde, em conta bancária específica para este fim. O sistema de contabilidade desta conta é manual e, até onde se avaliou, é completa e bem organizada.

119. Atualmente a associação tem um programa funcionando, o programa de saúde, que está sendo feito em colaboração com a Saúde Sem Limites (HU). O programa treinou dez agentes de saúde e tem oito postos de saúde funcionando com remédios. Também, o programa tem um barco, que é utilizado como um posto de saúde flutuante e para fazer campanhas de vacinação, e um barco voadeira para transportar casos de emergência para Cruzeiro do Sul.

120. Numa reunião com sócios da associação, incluindo membros da diretoria, e dois gerentes da cooperativa, as seguintes sugestões foram feitas para fortalecimento gerencial:

- Montar uma assessoria técnica para a associação;
- Realizar treinamentos para gerenciar a cooperativa;
- Realizar treinamento em comercialização;
- Capacitar o pessoal de base no sistema gerencial da associação;
- Regulamentar a cooperativa, implantar o sistema de cota-parte;
- Conseguir sócios para a cooperativa;
- Implementar atividades fortalecendo a organização comunitária;
- Criar linha de crédito para mercadorias;
- Realizar balancetes mensais;
- Adquirir barco com motor para a cooperativa.

4.1.3 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX Chico Mendes

121. A proposta inicial dos grupos locais para o gerenciamento da reserva é que os três Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, recebam a Concessão Real de Uso do IBAMA. O STR de Xapuri seria responsável pela parte da Reserva nos municípios do Xapuri e Rio Branco, o STR de Brasiléia pela parte no município de Brasiléia, e STR de Assis Brasil pela parte nos municípios de Assis Brasil e Sena Madureira. Com isso a parte do STR de Xapuri teria 848 famílias, Brasiléia, 370 famílias e Assis Brasil, 620 famílias.

122. As principais entidades assessoras dos sindicatos são o CNS - Regional Vale do Acre-Purus - CNS-RVAP, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), e no caso do STR em Xapuri, a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX). Até agosto de 1992 o CNS-Nacional trabalhava diretamente com os sindicatos nas diversas questões da reserva.

O CNS-VAP foi formado em agosto de 1992 para cuidar dos problemas da reserva e outros assuntos locais. O CTA tem doze anos de experiência com programas de educação com os seringueiros dentro e fora da reserva, e quatro anos de experiência com programas de saúde.

123. O STR de Xapuri terá a responsabilidade pelo gerenciamento da parte da RESEX nos municípios de Xapuri e Rio Branco, mas na prática, a CAEX terá um papel decisivo na implantação e gerenciamento de programas. No gerenciamento da reserva, é provável que o sindicato faça a coordenação geral e cuide das áreas de fiscalização do plano de uso, organização comunitária, saúde e educação, enquanto a CAEX cuida das áreas de desenvolvimento econômico, comercialização e pesquisas.

124. O STR de Xapuri foi fundado em 1977. Cerca de 700 famílias, residentes na RESEX Chico Mendes e na área de jurisdição deste sindicato, são filiados. O sindicato tem uma liderança forte, com 13 delegacias funcionando dentro da reserva. Dispõe de uma infraestrutura física iniciada, e muita experiência de organização e mobilização política. Em relação a seu provável papel no gerenciamento da reserva, o sindicato, apesar da forte liderança e do expressivo potencial, possui capacidade gerencial limitada. Entre suas limitações de ordem organizacional-executivo, incluem-se: administração geral e financeira, contabilidade, elaboração e implementação de projetos, levantamento de recursos e planejamento estratégico. O sindicato tem somente uma pessoa remunerada, uma secretária. O trabalho de administração e gerenciamento é feito pelos 4 membros da diretoria executiva com assistência e técnica da CAEX e CNS.

125. Para exercer seu papel no gerenciamento da reserva, o STR Xapuri terá que montar uma estrutura de administração e gerenciamento, ampliar seus quadros de recursos humanos, expandir sua infra-estrutura física, ter acesso a assistência técnica regularmente, receber treinamentos em várias áreas e garantir recursos para manter essa estrutura e apoio até o ponto de ser capaz de gerar seus próprios recursos (2-3 anos).

126. A CAEX tem uma estrutura administrativa e gerencial forte, incluindo assessores com qualificações técnicas. A CAEX conta com 320 sócios, dos quais 120 da RESEX, 14 "núcleos" funcionando, sendo 6 deles na reserva, uma infra-estrutura física substancial, incluindo computadores, e uma rede de apoio de várias organizações nacionais e internacionais. A CAEX tem cinco anos de existência e atua em cooperação com o sindicato. A CAEX atua na área econômica e o sindicato na área política e social. Apesar de ter uma estrutura forte, a CAEX precisa fortalecimento gerencial em áreas como o gerenciamento financeiro, que está sendo informatizado, elaboração e execução de projetos, e treinamento gerencial para o Conselho Fiscal.

127. A cooperativa tem se mantido com apoio técnico e financeiro de várias entidades como: Fundo Mundial para a Natureza - WWF, Sociedade para Desenvolvimento Tecnológico (ECOTEC), InterAmerican Foundation (IAF), Fundação Ford, GTA, CTA, CNS, STR, IBAMA, CNPT, PMACI, Cultural Survival e universidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Acre, bem como recursos próprios. A CAEX administra seu próprio sistema de contabilidade com ajuda de um contador externo. Atualmente está implantando um sistema informatizado. Os projetos específicos tem uma administração, contabilidade e conta bancária próprias. A CAEX executa, também, toda a contabilidade do STR de Xapuri.

128. Além dos movimentos comerciais, a cooperativa tem desenvolvido alguns projetos com a CTA nas áreas de saúde e educação e assessorado e atuado junto ao STR de Xapuri.

129. Para fortalecer sua capacidade administrativa e gerencial foram recomendados:
- a) treinamento gerencial (principalmente para o Conselho Fiscal);
 - b) treinamento em gerência comercial e contabilidade (para o gerente da usina de castanha e outros do setor comercial e contabilidade);
 - c) ter um técnico de cooperativismo para desenvolver uma compreensão das leis brasileiras sobre cooperativas;
 - d) fazer um planejamento específico para usina;
 - e) fazer um planejamento para a cooperativa geral poder organizar melhor as funções e cargos e estabelecer um sistema de controle de produção (organizar atividades em um cronograma);
 - f) criar sistema de controle de qualidade de produção;
 - g) realizar cursos em cooperativismo.

130. O STR de Brasiléia foi fundado em 1975 e foi o primeiro sindicato rural a funcionar no estado do Acre; hoje tem entre 1000 e 1200 sócios ativos. A parte da reserva nesse município tem 370 famílias e quase todas tem sócios do sindicato. O sindicato tem uma total de 15 delegacias sindicais funcionando com oito dentro da reserva. O núcleo de liderança do sindicato é forte e ativo e tem uma boa base de experiência com administração e gerenciamento. Sua capacidade nessas áreas é limitada, mas existe vontade de desenvolver essa capacidade. O sindicato tem uma infra-estrutura física mínima para funcionar mas insuficiente para seu papel no gerenciamento da reserva.

131. Para assumir seu papel no gerenciamento da reserva, o sindicato terá que montar uma estrutura maior de administração e gerenciamento com uma equipe remunerada e infra-estrutura física adequada. Há necessidade, também, de assistência técnica e de treinamento em várias áreas para desenvolver uma capacidade administrativa e gerencial dentro do sindicato. O sindicato tem alguns recursos para administração, mas esses deverão ser complementados para a manutenção dessa estrutura e apoio, até que alcancem a capacidade de gerar recursos.

132. O STR de Assis Brasil, tem seis anos de existência. Trabalha na parte mais isolada da reserva e encontra-se em fase de organização. Esta parte da reserva tem 620 famílias, das quais somente 30 tem são sócios ativos no sindicato. O sindicato tem 6 delegacias, sendo 3 na reserva. Estão trabalhando com duas associações de produtores dentro e fora da reserva. O sindicato não tem uma estrutura administrativa e gerencial, ou infra-estrutura física, mas há um grupo de aproximadamente 10 pessoas capazes de absorver os conhecimentos necessários

4.1.4 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX do Rio Cajari

133. A organização que vai receber o título de concessão de uso do IBAMA é a Associação dos Trabalhadores da Reserva Extrativistas do Vale do Rio Cajari - ASTEX-CA, fundada em setembro de 1991 com 235 sócios. A principal entidade assessora local é o CNS-Regional Amapá (CNS-AP).

134. ASTEX-CA tem quatro instâncias de decisão: a Assembleia Geral, com reuniões anuais; o Conselho Deliberativo composto por 13 membros (dois indicados pelo CNS-AP e os demais eleitos pelos sócios) e que deve reunir-se de três em três meses; a Diretoria Executiva (Presidente, Vice Presidente, Secretário e Tesoureiro), que integra também o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal com três titulares e três suplentes. No momento, só a Diretoria Executiva está funcionando. Desde a fundação da ASTEX a Assembleia Geral não se reuniu e o Conselho Deliberativo reuniu-se apenas uma vez e com a participação de somente sete membros. A ASTEX-CA está formalmente constituída e legalizada, mas não está funcionando plenamente.

135. ASTEX-CA não realiza seu próprio planejamento e sua estrutura operacional é limitada aos quatro membros da Diretoria Executiva, que recebem uma ajuda de custo do WWF, através do CNS-AP.

136. Quanto à infra-estrutura física, a ASTEX-CA tem três armazéns (cantinas) parcialmente construídos e um posto de saúde, também inacabado. Essas construções foram iniciadas em 1992 com recursos do CNPT-IBAMA, e não concluídas por dificuldades gerenciais. A ASTEX-CA utiliza, como sede, o escritório do CNS-AP em Macapá. A ASTEX-CA não tem recursos financeiros próprios, nem conta bancária e, conseqüentemente, não possui um sistema de contabilidade.

137. As atividades atuais da associação, feitas sempre em conjunto com o CNS-AP, incluem:

- Completar as etapas para receber a Concessão Real de Uso, o que inclui a realização do cadastramento e levantamento sócio-econômico e a preparação do Plano de Utilização.

- Fiscalizar a RESEX - encaminhar denúncias de invasões e outras atividades ilegais aos órgãos competentes.

- Divulgar a Associação dentro da RESEX e ampliar o quadro de sócios.

- Gerenciar as duas cantinas que estão funcionando precariamente na RESEX. Cada cantina é gerenciada por duas pessoas da comunidade. Estas pessoas foram treinadas apenas na prática de comprar e vender produtos. A administração e coordenação do sistema é feita pelo CNS-AP. Este projeto foi iniciado através do convênio entre o CNS-AP e o CNPT-IBAMA.

138. Quanto ao gerenciamento da RESEX e à questão de fortalecimento gerencial, as lideranças têm as seguintes sugestões:

- a) treinamento intensivo para a diretoria em várias áreas de administração e gerenciamento, incluindo contabilidade, com acompanhamento e retro-alimentação;

- b) planejamento estratégico e treinamento para a elaboração de projetos e propostas;

- c) contratação de assessores/instrutores que possam dar assistência técnica e treinar o pessoal da associação;

- d) implantação de um escritório, que pode ser dividido com o CNS-AP, em Macapá e construção de uma sede na RESEX. Esta sede deverá ser dotada de

equipamentos tais como, móveis, máquina de escrever e gerador, além de um sistema de comunicação através de rádio amador (6 aparelhos, sendo um em Macapá).

4.1.5 Organização Gerencial e Comunitária na RESEX Rio Ouro Preto

139. A organização que vai receber o título de concessão de uso do IBAMA é a Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim (ASGM). A ASGM foi fundada em março de 1991 com 40 sócios. Hoje, a ASGM tem 126 sócios, sendo 80 dentro da reserva. A principal entidade assessora da ASGM é o IEA, que conta com dois técnicos prestando assessoria. O CNS esteve envolvido na organização da ASGM, e ainda continua colaborando, mas não mantém uma organização regional em Rondônia.

140. A ASGM tem uma infra-estrutura física quase suficiente para iniciar seu papel de gerenciar a reserva. Esta infra-estrutura inclui: uma sede própria com três salas de escritório, sala de reuniões, armazem e casa de trânsito. O escritório está equipado com telefone, fax, duas máquinas de escrever (manual), móveis de escritório, geladeira e fogão, prevendo-se a aquisição de um computador até o final deste ano. Na área de transportes, a associação possui um jipe Toyota utilitário, quatro embarcações chatas (3 toneladas), seis voadeiras de alumínio, dois motores de popa (25 e 45 hp), nove motores de rabeta e quatro motores diesel. Também na área de transporte são dez animais de carga, dos quais seis localizados na RESEX Rio Ouro Preto. Na área de comunicação, ASGM tem dois rádios amador não instalados, um deles com placa solar. Um será instalado na sede e a outra numa comunidade dentro da reserva. Além disso, ASGM possui sete escolas e quatro postos de saúde. Desses, cinco escolas e quatro postos de saúde estão dentro da reserva. Todos possuem os equipamentos básicos.

141. Na percepção dos membros da diretoria e dos funcionários entrevistados, a maior necessidade de fortalecimento gerencial é treinamento em várias áreas, destacando-se: treinamento de gerentes das cantinas, planejamento, gerenciamento e contabilidade para a diretoria e líderes comunitários, execução de projetos, elaboração de projetos e cursos de informática. Foi mencionada, repetidamente, a necessidade geral de treinamento em gerenciamento.

4.2 Sistema de Informações

142. O Sistema de Informações do subprojeto RESEX tem o objetivo de dotar as várias instâncias de gerenciamento do subprojeto de facilidades que lhe permitam armazenar os dados cadastrais referentes ao conjunto de indivíduos e instituições que deverão interagir com o subprojeto ao longo de seu desenvolvimento. Além disso, facilitará o tratamento e manutenção de acervos de documentos em diversos formatos (publicações, relatórios, mapas cartográficos, vídeos, CD-ROMs, entre outros) nas entidades participantes do Projeto RESEX, permitindo a alimentação e consulta por parte dos diversos usuários distribuídos em diferentes localidades geográficas.

143. Estas facilidades serão viabilizadas através de um sistema informatizado, que possibilitará a produção de quaisquer tipos de informações através do cruzamento dos inúmeros arquivos de dados dos quais estará constituído. Os referidos cruzamentos servirão, também, para auxiliar as fases de monitoramento e avaliação, através das ligações conversacionais entre o Sistema de Informações e aqueles sistemas.

144. Parte das necessidades apontadas neste item estão sendo cobertas pelos trabalhos de consultoria de informática, na fase de pré-investimento do Projeto RESEX, contratados pelo Banco Mundial em agosto passado.

145. Com base nos objetivos e necessidades descritos anteriormente, optou-se pela implantação do sistema em dois subsistemas interrelacionados (veja diagrama no final deste componente):

a) Sistema de Informações Básicas - agrupará dados referenciais e classificadores em bases de dados informatizadas e terá sua coordenação centralizada no CNPT;

b) Sistema de Documentação - formado pelos diversos acervos de documentos das entidades participantes do Projeto RESEX, e por um sistema de apoio para a manutenção local dos mesmos, de preferência informatizado. A implantação dos acervos nas entidades comunitárias locais proporcionará, também, uma capacitação em gerenciamento de documentos, que poderá ser aproveitada fora do âmbito imediato do Projeto RESEX. Tal sistema deverá estar devidamente integrado ao Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA.

146. A integração desses dois subsistemas permitirá o conhecimento do conteúdo de todos os acervos por parte de qualquer das entidades envolvidas (regionais do CNPT, entidades comunitárias locais e outras).

147. O uso descentralizado do Sistema de Informações deverá ter sua forma analisada posteriormente, com base na definição do nível de informatização e teleprocessamento a ser utilizado, além de sua integração com outros sistemas, principalmente com a rede do IBAMA, que se encontra em fase de licitação dentro de um dos componentes do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Além disso deverá prever-se a integração com o existente Sistema Nacional de Informação Ambiental - SINIMA.

148. A integração entre o Sistema de Informações Básicas e os Sistemas de Avaliação e Monitoramento se dará a nível do modelo de dados global, do qual os três fazem parte. Isso quer dizer que haverá compartilhamento de arquivos de dados entre os mesmos, evitando, com isso, a duplicação de informações armazenadas. Essa integração estará baseada no CNPT, que administrará sua alimentação bem como suas rotinas de atualização. O acesso aos dados e informações estará, entretanto, disponível para as várias instituições e indivíduos que participem do subprojeto RESEX, sendo este acesso administrado pelo CNPT na qualidade de coordenador do sistema.

4.2.1. A Estrutura do Sistema de Informações Básicas

149. A estrutura do Sistema de Informações Básicas é formada por três bases de dados integradas:

a) Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas⁴: Armazena os dados cadastrais das pessoas físicas e jurídicas, além de tabelas de referência como a de Países, a de UFs e a de Tipos de Pessoas Jurídicas. Esses dados são usados depois para

⁴ Incluído nos produtos de consultoria de informática contratados pelo Banco Mundial em agosto de 1993.

cadastrar consultores, fontes financeiras, contatos e entidades executoras de projetos, entre outras;

b) Cadastro de Projetos⁵: Armazena dados relativos aos projetos de interesse do RESEX, como membros da equipe, responsáveis pelo projeto, observações e custo total;

c) Referências dos Acervos: Armazena referências e pequenos resumos descritivos dos documentos encontrados nos acervos das entidades participantes do RESEX, além de dados sobre a utilização dos mesmos nos projetos.

150. Antes da implantação deste sistema, deverão ser definidos os dados e as metodologias a serem usadas no mesmo, assim como os recursos materiais disponíveis. Com base nas informações obtidas, os primeiros módulos serão desenvolvidos e testados no CNPT em Brasília. As atividades preparatórias são as seguintes (em sequência de execução):

a) análise e modelagem dos dados: elaboração dos modelos e dicionários que conterão a descrição dos dados a serem usados, assim como as relações entre os mesmos. Deverá contar com participação CNPT e técnicos indicados pelo mesmo;

b) elaboração de Metodologias para a alimentação e uso descentralizado do Sistema: Definição e formalização dos meios a serem usados para viabilizar o uso descentralizado do sistema. Deverá contar com a participação de todas as entidades envolvidas;

c) revisão do Modelo de Dados: reavaliação, se necessária, dos modelos de dados para se adaptarem aos resultados da fase anterior;

d) definição dos módulos básicos de alimentação e recuperação: definição das interfaces e saídas básicas para um funcionamento mínimo do Sistema;

e) definição do funcionamento e organização dos acervos: definição da estrutura física (espaço físico, estantes, fichários, pessoal, etc.) necessária para o funcionamento dos acervos nas entidades, e como se implantar a mesma. Esta fase pode ser feita em paralelo com as seguintes;

f) definição e aquisição dos softwares: levantamento das necessidades do Sistema, dos recursos disponíveis e dos programas existentes no mercado, para a elaboração de uma lista para aquisição;

g) definição, aquisição e instalação dos equipamentos: levantamento das necessidades do Sistema, dos recursos disponíveis e dos equipamentos existentes no mercado, para a elaboração de uma lista para aquisição;

151. Com exceção da atividade descrita no item "e", acima, e das atividades de aquisição e instalação de equipamentos e software, as demais atividades estão incluídas no contrato de consultoria da fase de pré-investimento do subprojeto RESEX, para o Cadastro de

⁵ Incluído nos produtos de consultoria de informática contratados pelo Banco Mundial em agosto de 1993.

Pessoas Físicas e Jurídicas, Cadastro de Projetos e Sistema de Monitoramento.

152. A implementação e implantação dos vários componentes do Sistema será realizada através da seguinte seqüência de atividades:

- a) implementar os módulos básicos de alimentação das bases;
- b) implantar e testar as bases e os módulos de alimentação na sede do CNPT (Brasília);
- c) implantar as bases e os módulos de alimentação nas regionais do CNPT e testar a alimentação descentralizada do Sistema;
- d) implementar os módulos básicos de recuperação (pesquisa e listagem);
- e) implantar e testar os módulos de recuperação na sede do CNPT (Brasília);
- f) implantar e testar os módulos de recuperação nas regionais do CNPT;
- g) produzir a documentação final do Sistema e disseminar entre as entidades participantes do RESEX.

153. As atividades acima estão incluídas no contrato de consultoria da fase de pré-investimento do subprojeto RESEX, para o Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, Cadastro de Projetos e Sistema de Monitoramento.

154. Todas as fases de implantação incluem o treinamento dos usuários do Sistema, assim como o dos responsáveis locais pelo mesmo (gerentes de informação).

4.2.2. Definição dos equipamentos e software necessários

155. A definição dos softwares e equipamentos a serem adquiridos terá seu escopo limitado ao CNPT (regionais e sede). As aquisições a serem feitas pelas entidades comunitárias locais não serão incluídas, podendo ser realizadas através de doações ou investimentos de outras fontes disponíveis.

156. O processo de definição dos equipamentos e software necessários para o Sistema de Informações do Projeto RESEX depende, para sua realização, da execução das atividades preparatórias da implantação dos Sistemas de Informações Básicas e Documentação, além de um levantamento da situação atual a nível de equipamentos e uso de software. Tal levantamento está incluído nos produtos de consultoria de informática contratados pelo Banco Mundial para a fase de pré-investimentos do subprojeto RESEX. As principais questões que têm de ser resolvidas são:

- a) uso ou não de teleprocessamento no acesso e alimentação dos Sistemas;
- b) complexidade dos Modelos de Dados a serem implementados;
- c) volume e tipo (gráficos ou só texto) de dados a serem armazenados;
- d) tipos de produtos a serem gerados (como listagens, gráficos, mapas, que podem

implicar no uso de plotters, impressoras laser, scanners e outros equipamentos especiais);

e) limitações a nível de recursos (para tentar se atingir a melhor relação custo / benefício possível);

f) limitações a nível de tempo (para determinar a quantidade de pessoas-hora necessários);

g) cultura de informática já existente (visando aproveitar capacitação já existente e reduzir conflitos com novos softwares);

h) necessidade de integração com outros sistemas (para compatibilizar os sistemas envolvidos - a rede do IBAMA, por exemplo).

4.2.3 Divulgação e Documentação

157. O Sistema de Documentação do RESEX, em função de suas necessidades diferenciadas, será implantado de forma fisicamente descentralizada. Os diversos acervos, constituídos de documentos impressos, relatórios, literatura pertinente, fitas de áudio e vídeo etc., ficarão distribuídos pelas entidades participantes, com uma "centralização virtual" feita através da base de referências do Sistema de Informações Básicas.

158. A descentralização implica na manutenção pelas entidades de um espaço físico reservado para o acervo e de pelo menos um responsável para administrá-lo e coordenar o envio de dados para a alimentação da base de referências, feita através do CNPT - Brasília. Os custos da criação e manutenção dos acervos locais, excluindo o do software de apoio, não serão analisados aqui, cabendo às entidades proverem os meios para sua criação e manutenção. Não obstante, estes custos são considerados pequenos, podendo ser incluídos naqueles destinados à adequação das estruturas de gerenciamento dos vários segmentos do subprojeto. Também com relação ao pessoal técnico de manutenção desses acervos espera-se não haver dificuldades já que este pessoal poderá compartilhar essas tarefas com outras de caráter administrativo.

159. O acesso aos documentos, na sua íntegra, será feito via solicitação direta às entidades, que manterão um controle do uso e fluxo dos mesmos. Já o levantamento dos documentos de interesse para um determinado projeto, distribuídos pelos vários acervos, poderá ser feito em qualquer um dos pontos onde estiver instalada uma versão do Sistema de Informações Básicas.

160. O Sistema de Documentação depende, em sua maior parte, de procedimentos não informatizáveis de manutenção do acervo. Um treinamento em gerenciamento de documentação será elaborado pelo Projeto RESEX, com o objetivo de capacitar as entidades comunitárias locais a manterem seus acervos e a fornecerem referências para o Sistema de Informações Básicas. Aquelas que dispuserem de microcomputadores poderão contar com o apoio de um software de gerenciamento de acervos a ser desenvolvido.

161. A parte informatizada do Sistema de Documentação é composta por uma base que armazena os dados dos documentos, sua localização dentro do acervo e informações de controle de empréstimo. As rotinas de manutenção e consulta a essa base também emitirão

listagens com as atualizações dos acervos para a alimentação do Sistema de Informações Básicas (ver diagrama no final deste componente).

162. A implantação do Sistema de Documentação e dos acervos deverá começar pelas regionais do CNPT, que se incumbirão de disseminar o treinamento e o software entre as entidades comunitárias locais. Essas, por sua vez, também poderão dar continuidade a esse processo de repasse, expandindo-o para além do âmbito do Projeto RESEX.

163. A divulgação dos projetos será feita por consultores externos, contratados para esse fim. As formas pelas quais será realizada irão variar de acordo com a situação e o público alvo, podendo ser feita através de publicações, vídeos ou até por radiodifusão.

164. Para elaborar os documentos necessários para a divulgação, os consultores poderão ter acesso aos dados dos projetos e ao conteúdo dos acervos através do Sistema de Informações Básicas. Todo material produzido para divulgação, assim como a avaliação dos resultados, deverá ser guardado nos acervos e ser cadastrado no Sistema de Informações Básicas, de modo a permitir o reaproveitamento das experiências realizadas.

4.3 Metas do Componente B

165. Os investimentos do subprojeto estarão voltados à obtenção dos seguintes resultados:

a) fortalecimento institucional das entidades representativas dos moradores das reservas (associações, cooperativas, sindicatos), do CNS, de ONGs que atuam no local e do CNPT/IBAMA. Isso envolve aplicação de recursos em infra-estrutura física (construção ou melhorias das sedes das entidades representativas das quatro reservas); de transporte (aquisição de veículos terrestres e barcos); de comunicação (linhas telefônicas e aparelhos de fax para as sedes das entidades, radiofonia para equipar as sedes de entidades, armazéns e locais estratégicos das reservas); equipamentos de escritório (micro-computadores, máquinas de escrever, calculadoras, móveis);

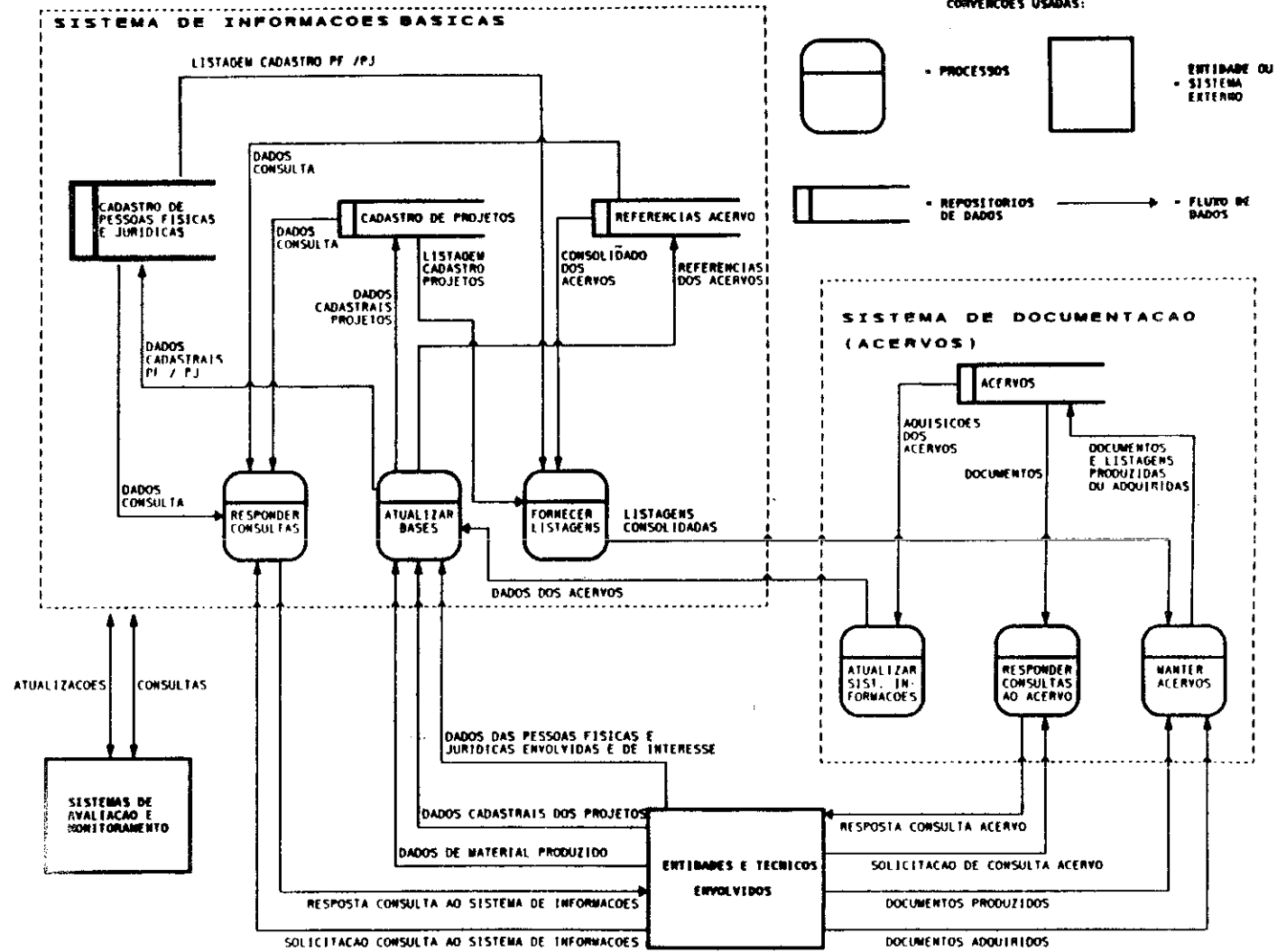
b) treinamento e capacitação de recursos humanos das associações, sindicatos, cooperativas, CNS, ONGs, e CNPT/IBAMA nos temas de organização comunitária, administração, organização da produção, comercialização, administração financeira, preparação de projetos. Intercâmbio de experiências entre as entidades representativas;

c) formação de equipe e apoio à equipe permanente das entidades representativas, por meio de assessoramento técnico nas áreas de gerenciamento, contabilidade, avaliação e monitoria financeira;

d) implantação de sistema de informações e de documentação.

DIAGRAMA 1
FLUXO DE DADOS SIMPLIFICADO DOS SISTEMAS DE INFORMACAO E DOCUMENTACAO DO RESEX

DATA DA ULTIMA ATUALIZACAO - 12/18/93
 RESPONSAVEL - PAUSTO A. ALVIM



- e) desenvolvimento de sistemas agro-florestais;
- f) desenvolvimento da piscicultura de pequena e média escalas;
- g) desenvolvimento da apicultura; e
- h) resgate e fomento de outras atividades tradicionais como o artesanato, a confecção de doces caseiros, óleos, farinhas, sabão e outros.

173. Alguns aspectos fundamentais devem ser considerados no desenvolvimento dessas atividades:

a) é condição básica que elas se dêem de forma integrada, sendo as entidades representativas de moradores das reservas (associações, cooperativas, sindicatos) a instância pela qual passem as decisões, articulação e supervisão de cada uma delas e do processo como um todo;

b) todo o apoio do subprojeto aportado às famílias, grupos de famílias ou comunidades, para o desenvolvimento de atividades produtivas, deve ser pago à associação local, através de critérios definidos entre esta e as comunidades, tendo em vista a sustentação financeira da associação para operacionalização de suas atividades;

c) todas as atividades devem ter seus objetivos e estratégias de execução compatibilizados com o Plano de Utilização;

d) é imprescindível que o desenvolvimento dessas atividades se dê através da extensão agro-florestal, contando o subprojeto com um técnico ou técnicos com perfil adequado, de preferência residindo na reserva e realizando um trabalho com e não somente para as comunidades. Esse trabalho deve contar com a cooperação técnica de instituições que vêm trabalhando nessa área, a exemplo de organizações de governo, pesquisadores autônomos e ONGs que trabalhem na área de manejo sustentável;

e) a capacitação e o treinamento da própria população das reservas devem ser instrumentos básicos do trabalho de extensão, cooperação e assessorias previstas, sempre visando a formação de monitores locais para repasse e reprodução de conhecimentos técnicos;

f) o processo de desenvolvimento dessas atividades de produção deve estar aberto a outras áreas da região da reserva, de modo particular às de seu entorno, tendo em vista a necessidade de fazer chegar além de suas fronteiras os reflexos das ações internamente desenvolvidas, no papel de regionalização da modernização do extrativismo que cabe às reservas. Nesse sentido, as atividades de capacitação e treinamento, de pesquisa e de extensão regular a serem desenvolvidas nas reservas devam ser estendidas de forma efetiva para suas áreas vizinhas;

g) o subprojeto deve implantar unidades-piloto dentro de cada reserva, em nível de colocação, onde o maior número de atividades a serem desenvolvidas seja reproduzido, tendo em vista o trabalho de demonstração junto às comunidades locais. É importante que as atividades nessas unidades sejam de fácil reprodução na área como um todo.

5.1 Tecnologias de Subsistência

174. A consolidação e diversificação da produção de subsistência são muito importantes porque, na ausência de atividades de sustentação econômica consistentes, fornecem o suprimento alimentar básico que viabiliza a permanência das famílias nessas áreas e cria condições para o desenvolvimento das demais atividades produtivas.

5.1.1 Manejo e diversificação de roçados e capoeiras

175. De modo geral, cada família nas reservas desenvolve roçados de até 01 hectare, de onde retira sua subsistência a partir de lavouras típicas de mandioca e milho, consorciados com um número reduzido de outras espécies como a bananeira, o mamoeiro, etc.

176. Abandonada uma área de roçado, geralmente nada, além das espécies pioneiras da sucessão ecológica natural, é deixado a repovoá-la. Sobre essa área o extrativista/agricultor volta a trabalhar depois de alguns anos (período de pousio). Nesse processo, nenhum manejo é adotado de forma sistemática, deixando o trabalhador de aproveitar um importante espaço como fonte complementar de subsistência e de renda. Além disso, muitas vezes a reocupação de uma área se dá sem que sua recuperação tenha se completado - pousio muito curto -, com menor produtividade dos cultivos e mais dispêndio de mão-de-obra por volume produzido.

177. O manejo deve se dar pelo enriquecimento da área de roçado em último ano de exploração e capoeiras de modo geral, com espécies de base alimentar conhecidas e introdução de espécies que diversifiquem e enriqueçam a dieta da família, depois de diagnosticados os roçados locais e decididas com as comunidades as espécies a introduzir. Conforme o interesse de cada família sobre a função dessas áreas no sistema produtivo da colocação, além das culturas de ciclo curto outras espécies devem ser consideradas:

a) alimentares: cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), pupunha (*Bactris gasipaes*), bacaba (*Oenocarpus distichus*), açaí (*Euterpe sp*), patoá (patauá) (*Jessenia bataua*), jaca (*Astocarpus integrifolia*) e abacate (*Persea americana*), mescladas com espécies extrativas, apícolas (propícias para a apicultura) e madeiras de valor econômico, presentes na floresta;

b) extrativas: seringueira (*Hevea brasiliensis*) e castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*);

c) apícolas: freijó (*Cordia alliodora*, *Cordia goeldiana*), glirícidia (*Gliricidia sepium*), leucena (*Leucaena leucocephala*), ingá (*Inga edulis*), cajá (*Spondias lutea*);

d) madeiras: mogno ou aguano (*Swietenia macrophylla*), andiroba (*Carapa guianensis*), feijão-branco (*Cordia bicolor*), anjelim-rajado (*Pithecelobium racemosum*), cedro (*Cedrela odorata*), uccuba (*Virola sp*), açacu (*Hura creptans*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), jacareúba (*Callophyllum brasiliensis*), pau d'arco ou ipê (*Tabebuia serratifolia*), abiorana (*Pouteria sp*), breu (*Protium sp*), louro (*Ocotea sp*), cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*), fava-bolacha (*Vatairea guianensis*), amarelinho (*Poecilanthus effusus*), acariquara (*Minuartia punctata*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), sucupira (*Bowdichia nitida*), guariúba (*Clarisia*

racemosa), tarumã (*Vitex triflora*), mutamba (*Guazuma ulmifolia*) e pracuuba ou violeta (*Mora paraensis*).

178. O material de reprodução será conseguido localmente para as espécies de ocorrência na área; o ingá, a glincídia e a leucena podem ser conseguidas junto aos Centros de Pesquisa da EMBRAPA. As mudas dessas espécies devem ser produzidas nas próprias colocações e a aquisição de material reprodutivo acontecerá poucas vezes, visto tratar-se de espécies de crescimento rápido, passando os cultivos a exercerem, em espaço de tempo relativamente curto, a função de fonte fonecedora de material de reprodução para a reserva. As sementes de pupunha e cupuaçu podem ser conseguidas no CPATU/EMBRAPA e INPA. O Projeto RECA-Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado, localizado no município de Nova Califórnia, extremo-sul do Estado do Acre, também possui material reprodutivo dessas espécies em disponibilidade.

179. Nas capoeiras, o plantio pode ser feito através da abertura de faixas com largura de 1,5m, espaçadas de 10m em 10m; nos roçados, em linhas de mesmo espaçamento. Em ambos os casos, as espécies introduzidas serão plantadas ao acaso (misturadas), não devendo, em cada hectare, permanecer número superior a 60 exemplares de palmeiras e 20 das demais espécies, para que as condições de insolação sejam adequadas aos cultivos de ciclo curto, quando a área voltar a ser explorada como roçado.

180. Nas áreas de roçado alguns cultivos de ciclo longo devem permanecer, juntamente com as espécies introduzidas. O mamão, a banana, o inhame e o cará, por exemplo, permanecem por longo período (até seis anos) na área, contribuindo para a subsistência da família.

181. Nos plantios de enriquecimento de roçados e capoeiras é imprescindível considerar a introdução de leguminosas, tendo em vista seu papel como espécie fixadora de nitrogênio, importante para o desenvolvimento geral do plantio. O ingá-de-metro é espécie bastante recomendável para esse caso e ainda fornece como sub-produtos lenha e carvão de boa qualidade.

182. Simultaneamente à adoção desse sistema de manejo, deve-se trabalhar a diversificação dos cultivos nos roçados. Aqui, além das culturas básicas como a mandioca e o milho, outras espécies devem ser trabalhadas. Abacaxi, batata-doce, inhame, cará, taioba (família das Colocásias), jirimum, melancia, maxixe, pimentão, pepino e tomate são espécies de ciclo curto, que atendem tanto à necessidade de suprimento alimentar de curto prazo das comunidades, como à de enriquecimento de sua dieta.

183. Outros cultivos, também de base alimentar, mas que necessitam de transformação para serem consumidos, como a cana-de-açúcar e o café, devem ser fomentados pelo subprojeto. A cana deve ser plantada em cultivos mono-específicos ("solteiros") e o café nos consórcios agro-florestais. Esses produtos ocupam lugar de destaque na pauta de abastecimento das comunidades locais, que podem atingir a auto-suficiência em relativamente curto espaço de tempo.

5.1.2 Ampliação e diversificação de quintais

184. Nas reservas extrativistas de modo geral os quintais são pequenos e seu cultivo pouco diversificado, de onde também pouco se retira para a dieta alimentar. Até mesmo espécies regionais às vezes não são muito cultivadas e difundidas.

185. Quanto à criação animal, ela é bem mais generalizada do que os cultivos, embora não muito diversificada, mas a forma como se dá - criação à solta - limita a própria atividade criatória, os cultivos de quintal e mesmo os de roçado, muitas vezes desenvolvidos a grande distância da sede da colocação, fora do alcance dos animais. Essa criação à solta leva ao não-aproveitamento do esterco, rico insumo natural, e elo que integra as atividades de cultivo e de criação, no processo de reciclagem de nutrientes. Isso, além da ameaça à saúde da família, pela transmissão de doenças e vermes, e dos conflitos muito comuns entre vizinhos, gerados pela destruição de roçados por porcos.

186. A razão para criar à solta estaria na economia de mão-de-obra e na maior facilidade em alimentar os animais, eles próprios se encarregando de encontrar alimento dentro da floresta e no quintal e cercanias. O problema é que esse sistema de criação, principalmente para a suinocultura, não permite a diversificação de cultivos desejada, de onde exatamente proviria a alimentação animal. Ou seja, a criação ao ar livre, cercada, possibilita a diversificação dos cultivos, que viabiliza a criação confinada.

187. No âmbito da criação doméstica, o subprojeto deve apoiar a criação de porcos no sub-bosque da mata ou em agro-florestas implantadas com esse fim. Em ambos os casos, deve-se identificar as maiores concentrações de espécies dentro da mata (palmáceas, principalmente) próprias para a alimentação de suínos, e construir cercados, pocilgas rústicas, numa relação de 100 m² por cabeça de animal, dependendo da densidade das espécies consideradas. Para o caso da implantação de agro-florestas, deve-se coletar na mata mudas e sementes dessas mesmas espécies, para a formação dos consórcios com espécies de cultivos como a jaca, abacate, jenipapo e fruta-pão.

188. O fomento e a difusão da suinocultura por esse sistema, podem dar-se pela entrega de um casal de suínos a aproximadamente 1/4 das famílias que não possuem porcos. Os dois primeiros casais gerados pelo casal recebido devem ser entregues à Associação de moradores ou Cooperativa, como forma de pagamento deste, que os repassará a duas famílias cadastradas como não possuidoras desses animais, depois de desfeitos os casais de animais irmãos, dado o problema da consangüinidade. O mesmo se dará com estas famílias, até que todos os interessados tenham sido atendidos - inclusive com a reposição de perdas, comuns nesse sistema.

189. A criação de aves, outra atividade de quintal importante, deve ser orientada pelo subprojeto também no sentido da diversificação e do desenvolvimento em cercados e galinheiros, construídos com varas e estacas tiradas da floresta.

190. Com predominância da galinha, seguida do pato, entre as espécies mais criadas, essa atividade deve ser diversificada através do fomento indireto, não havendo necessidade de aquisição de matrizes e reprodutores para difusão de criatórios entre as famílias, quase todas já desenvolvendo a criação doméstica. Peru, ganso, marreco e capote (galinha d'Angola), etc. são espécies que podem ser incentivadas a partir de unidades de demonstração implantadas nas áreas, que devem contar com galinheiros diversificados. Nessa unidades, por exemplo, a produção de ovos poderia ser destinada à venda para as famílias, tendo em vista a diversificação de seu plantel. Os ovos de quaisquer dessas espécies podem ser chocados pela galinha, geralmente boa criadeira de filhotes alheios.

191. Essa diversificação exerce efeito direto sobre a fauna silvestre das reservas, principal fonte de proteína animal para a maioria de suas comunidades. Assim, o aumento da oferta de proteínas a partir da criação doméstica é fator que contribui diretamente para a recomposição das espécies silvestres mais visadas.

192. Quanto à diversificação dos cultivos de quintal, deve se dar em nível do pomar e da horta. Em geral, as espécies que podem ser trabalhadas, e espaçamentos respectivos, são: o biribá (*Rollinia mucosa*)(6m x 6m), a manga (*Mangifera indica*)(10m x 10m), o caju (*Anacardium occidentale*)(8m x 8m), o jambo (*Eugenia malaccensis*)(8m x 8m), a acerola (*Malpighia puniceifolia*)(3m x 3m), a laranja (*Citrus aurantium*)(6m x 6m), a tangerina (*Citrus nobilis*)(6m x 6m), o limão (*Citrus limonum*)(6m x 6m) e a lima (*Citrus bergamia*)(6m x 6m). As mudas das espécies cítricas são de mais difícil produção nas colocações e devem ser adquiridas em viveiros idôneos da região da Reserva. As demais devem ser produzidas em nível de colocação.

193. Na horta, cujo desenvolvimento em áreas cercadas será incentivado pelo subprojeto, para evitar o contato com animais domésticos, as espécies a cultivar são: a couve, o repolho, o alface, a cebola (de bulbo e de cheiro), o coentro, a cenoura, a beterraba, o rabanete, o pimentão, o jiló, o alho, a vagem, o quiabo, o maxixe, o pepino e o tomate. As sementes de pepino, tomate e pimentão poderão ser adquiridas junto ao CPATU/EMBRAPA, em Belém, onde essas espécies estão sendo melhoradas e as das demais espécies na região da Reserva atendida. Dessas espécies, dez produzem sementes e bulbos de fácil colheita e armazenagem para uso no ano seguinte: tomate, pepino, jiló, maxixe, pimentão, quiabo, cebola de cabeça, cebolinha, alho e vagem. Delas o subprojeto adquirirá sementes somente uma vez, no primeiro ano. Para as demais devem ser adquiridas sementes por dois anos consecutivos, depois do que a Associação ou Cooperativa da Reserva se encarregará de comercializá-las na área.

194. A adubação, em todos os casos, deve ser orgânica, tendo por base o esterco animal, os restos de cultivos dos roçados, como a palha do arroz e do feijão e o material em decomposição no chão da mata (serapilheira). Por sua vez, a produção não consumida e não comercializada dessas áreas deve ter como destino a alimentação animal, completando um processo integrado de produção.

5.1.3 Piscicultura de quintal

195. Criar peixes em água parada, numa escala que possibilite o suprimento doméstico, é uma realidade que parece estar cada vez mais próxima de concretizar-se, na Amazônia. A EMBRAPA-Manaus vem desenvolvendo desde 1989 um promissor trabalho de pesquisa com três espécies de *Azolla*, uma delas amazônica, planta aquática de ocorrência em várias regiões tropicais do mundo. Os primeiros resultados dessa pesquisa indicam essa planta como facilitadora da reprodução e desenvolvimento de espécies de peixes tolerantes a baixos níveis de oxigênio na água. Essa planta apresenta, ainda, grande potencial como produtora de biomassa de alto teor protéico (até 600t/ha/ano ou 13,5 t de proteína/ha/ano), importante, portanto, para a adubação orgânica e a alimentação animal.

196. Essas propriedades da *Azolla* facultam o investimento pelo subprojeto na instalação de alguns tanques experimentais nas Reservas, já no seu primeiro ano de execução, visando à reprodução e desenvolvimento, em nível local, dos resultados já conseguidos pela pesquisa. Para isso deverá providenciar a obtenção de material reprodutivo dessas espécies, junto à EMBRAPA-Manaus, e promover o aporte da tecnologia que está sendo gerada naquela Unidade, através da assessoria técnica e do treinamento de sua equipe e de pessoal local.

197. Esses tanques, a serem construídos pelos próprios moradores, podem ter o tamanho de 5m x 10m x 0,50m (25 m³ de água) e instalados em certo número de colocações

pré-estabelecido com as comunidades (10 em cada reserva, por exemplo), onde os solos sejam argilosos, tendo em vista a necessidade de contar-se com boas condições de impermeabilização. Já nas unidades de demonstração deve-se instalar baterias de três tanques de 5mx30mx0,80m (120 m³) cada, com o objetivo de trabalhar-se de forma mais completa o potencial da Azolla, segundo metodologia adotada nos experimentos de Manaus.

198. Os tanques devem ser abertos a pleno sol e, sempre que possível, localizados nos quintais ou próximos às casas, para facilitar o trabalho da família, e cercados para evitar acidentes com crianças e o contato com a criação doméstica. Para seu enchimento deverá ser empregada bomba hidráulica portátil, movida à gasolina (motor de 1 HP), a ser adquirida pelo subprojeto.

199. Neles, primeiro deverá introduzir-se a Azolla, para ajuste dos níveis adequados de acidez e fertilidade da água - condicionantes de seu bom desenvolvimento - segundo parâmetros já identificados pela pesquisa, para, somente depois, em torno do segundo ano do Projeto, introduzir-se os peixes. Destes, dar-se-á preferência ao tambaqui (**Colossoma bidens**), matrinxã (**Brycon matrinxão**), curimatá (**Prochilodus sp**), o acará (**Pterophyllum eimekei**) e o pirarucu (**Arapaima gigas**), cujos exemplares serão obtidos através da pesca ou mesmo eventualmente, em sítios da região onde se localizam as Reservas. Caso necessário, alevinos de tambaqui poderão ser adquiridos pelo Projeto junto à Emater-Amazonas, à Secretaria de Agricultura de Rondônia ou à estação de piscicultura do IBAMA/Est. do Acre, em Rio Branco, que já os produzem em escala de fomento.

200. Dessas cinco espécies, o tambaqui é a mais exigente em alimentos protéicos, tendo na própria Azolla uma fonte importante de proteína. O matrinxã, frugívoro, e o curimatá, que se alimenta à base de plancton, são mais fáceis de serem alimentados. Já o pirarucu, carnívoro, exige a criação de peixes-forrageiros para sua alimentação, como o acará-açu (também carnívoro), o acará-branco e o tamuatá (**Calichtys callichthis**), o que torna mais difícil seu manejo.

201. Dadas essas particularidades, os tanques das colocações devem receber o matrinxã e o curimatá, cabendo às unidades de demonstração trabalhar estas e as espécies mais exigentes, bem como outras conhecidas localmente, para difusão e fomento posteriores.

202. Superado o estágio de experimentação (segundo ano do subprojeto) e mostrando-se factível esse processo conjugado de obtenção de biomassa/criação de peixes, pode-se começar a integrá-lo com outras atividades, de modo particular com a suinocultura e avicultura (criação de patos, principalmente). A integração dessas atividades também vem sendo pesquisada e os resultados têm sido bastante promissores.

203. Como sub-produto da Azolla, a biomassa poderá ser empregada nas demais finalidades a que se presta: alimentação animal, adubação orgânica e eventualmente, biodigestão (alimentação de biodigestores).

204. Por fim, aspectos técnicos relacionados à qualidade da água, temperatura, adubação e problemas fitossanitários da Azolla exigem que o subprojeto conte com a assistência da equipe da EMBRAPA-Manaus responsável por esse trabalho de pesquisa, que tem se mostrado disposta a cooperar.

5.3 Beneficiamento de Produtos Tradicionais

205. Pretende-se desenvolver formas de incrementar a renda familiar, por meio de melhorias no processo de coleta e extração dos produtos tradicionais ou introduzindo técnicas de beneficiamento que agregam valor ao produto antes de sua comercialização pelo trabalhador extrativista ou pela cooperativa.

5.3.1 Castanha do Pará

206. A castanha do Pará, um produto de ampla aceitação no mercado, é uma amêndoa, obtida pela coleta do fruto da castanheira (**Bertholletia excelsa**). O fruto, chamado regionalmente de "ouriço", tem em seu interior várias castanhas.

207. Tradicionalmente, as castanhas são coletadas após terem caído no chão da floresta, entre os meses de dezembro e abril. O coletor ou "castanheiro" coleta os ouriços do chão e os quebra, com um facão. As sementes (castanhas) são levadas às casas dos extrativistas em um saco, e secadas ao sol por poucos dias. A umidade relativa do ar pode ser bastante alta durante o período da coleta (80%) e a simples secagem ao sol tem efeito limitado.

208. As castanhas são usualmente vendidas para intermediários e são transportadas por mulas, bois ou barcos para pontos onde atacadistas ou compradores de fábricas as recebem. As castanhas às vezes mudam de mãos várias vezes antes de atingirem uma usina de processamento. O preço das castanhas na floresta varia de acordo com a distância aos centros de processamento.

209. As perdas neste sistema tradicional de coleta, transporte e estocagem são relativamente altas. Devido ao fato das castanhas serem coletadas do chão, durante a estação chuvosa, as taxas de contaminação por fungos e outros organismos são altas. A coleta e o transporte do produto podem levar três ou quatro meses antes do processamento. Estima-se que as perdas no sistema atual cheguem a 30%.

210. O melhor caminho para reduzir as perdas e contribuir para um aumento na qualidade do produto é diminuir o tempo entre a coleta e o processamento. Um sistema de processamento descentralizado de castanha do Pará foi desenvolvido e está sendo recomendado para associações extrativistas e cooperativas, o que também permite eliminar intermediários.

211. O beneficiamento descentralizado de castanha do Pará está atualmente sendo testado pela Cooperativa Agroextrativista de Xapuri com projetos-piloto, a nível das comunidades (seringais e castanhais) e mesmo nas próprias residências dos moradores da floresta (colocação).

212. Esse sistema de beneficiamento está sendo utilizado com sucesso pela fábrica da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri. A Cooperativa alterou os canais de beneficiamento e comercialização, causando um aumento no preço de mercado de castanhas, pagos aos extrativistas, em cerca de 100%. Este aumento de preço aplica-se não somente aos membros da Cooperativa, mas também a outros na região de Xapuri, como um todo. Outros compradores, procurando competir com a Cooperativa, são forçados a igualar ou melhorar seu preço. O preço que a Cooperativa pode pagar é derivado do seu preço de venda no mercado internacional, menos seus custos de administração e beneficiamento. Devido a uma redução no custo, através do beneficiamento descentralizado, a Cooperativa tem sido capaz de dobrar o preço pago aos coletores.

5.3.2 Borracha

213. A extração do látex das seringueiras ocorre geralmente no período entre os meses de abril/maio e outubro. Durante estes meses as chuvas são escassas e, assim, os seringueiros evitam que a água dilua o látex e que as sujeiras entrem nas tigelas fixadas nos troncos das seringueiras.

214. A colocação é a unidade de exploração de uma família, incluindo duas, três ou mais estradas. As estradas de seringa são caminhos na floresta possuindo cerca de 150 a 300 árvores para extração. O seringueiro costuma passar duas vezes ao dia na estrada. Na primeira ele faz os cortes nas árvores (com uma faca especial, que não faz cortes profundos) e fixa uma lata no tronco, para que o látex esorra até ela. Depois, o seringueiro volta em cada uma das árvores que cortou naquele dia para, então, recolher todo o látex depositado nas latas.

215. Após a coleta do látex o seringueiro volta para casa, onde num outro momento deve iniciar a defumação da "bola" ou a prensagem do látex coagulado, dando origem ao CVP (Cernambi Virgem Prensado). Em alguns locais existem mini-usinas de borracha que processam o látex e produzem a "folha fumada", mas necessitam uma quantidade de matéria-prima que exige o recolhimento do produto de várias famílias.

216. Mais recentemente, o IBAMA passou a distribuir kits para a produção da Placa Bruta Defumada - PBD, que permite obter um produto de melhor qualidade e de maior valor comercial.

217. Essa tecnologia, simples e de utilização a nível familiar, permite economia de tempo de trabalho do seringueiro e evita que ele tenha que ficar exposto à fumaça de defumação da "bola", o que tem provocado efeito danoso à saúde desses trabalhadores.

218. O principal problema identificado - além da forte oscilação do preço - no processo de coleta e comercialização da borracha natural é o nível de qualidade, que influi diretamente no preço.

219. Da forma como é feita atualmente a coleta, os utensílios utilizados produzem um material de baixa qualidade, repleto de impurezas. As indústrias que compram o produto estão dispostas a pagar um valor maior: o preço pago por kg de PBD é cerca de 36% maior que o quilo da "bola", e 66% maior que o kg do CVP, na região da Reserva Chico Mendes.

220. Assim, visando elevar o preço obtido pela borracha e, em consequência, a renda do seringueiro, o subprojeto deverá enfocar os seguintes pontos:

- a) fornecimento de utensílios básicos de coleta do látex para obtenção de um produto com menos impurezas;
- b) fornecimento de kits para a produção da PBD - Placa Bruta Defumada;
- c) realização de estudos para identificar possíveis novos produtos e avaliar o potencial do mercado consumidor, como é o caso do "couro vegetal", do látex centrifugado, e outros.

5.4 Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Alternativos

221. A borracha e a castanha têm sido, ao longo do tempo, os principais produtos de sustentação econômica das reservas. Desse modo, a renda do trabalhador extrativista ficou sempre na dependência de um mercado que, às vezes, oscila fortemente. No caso da borracha, a queda de preços verificada nos últimos anos praticamente inviabilizou a permanência de algumas famílias nas reservas e evidenciou, mais uma vez, a fragilidade de um sistema baseado em um único produto. É urgente, portanto, implantar-se projetos-pilotos de coleta, processamento e comercialização de novos produtos - no sentido de produtos que ocorrem nas Reservas, mas que não estão sendo comercializados atualmente.

222. Esta atividade deve ter por objetivos: a) a identificação e teste no mercado de novos produtos das reservas; b) a capacitação de pessoal das reservas no manejo desses recursos, no gerenciamento comercial e nas novas tecnologias que se farão necessárias, e c) o estabelecimento de critérios e plano de monitoramento da sustentabilidade dos novos produtos.

5.4.1 Espécies não-madeireiras usadas nas reservas

223. Existem muitas espécies usadas em pequena escala, para consumo próprio das famílias, que não são comercializados, mas que têm mercado regional, nacional ou internacional, ou que poderão vir a tê-los. Dentre elas, existem espécies alimentícias, óleos, resinas, fibras e essências (aromáticas e medicinais). A seguir estão relacionadas as espécies nativas mais conhecidas e mais usadas dentro das Reservas: açaí (*Euterpe precatoria*), aricuri ou urucuri (*Attalea excelsa*), arumã (*Ischinosiphon ovalus*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*, *O. distichus*, ou *O. mapora*), bacuri (*Platonia insignis*), baurifha (*Pampona schiede*), biribá (*Rollinia mucosa*), buçu (*anicara saccifera*), buriti (*Mauritia vinifera*), cacau (*Theobroma cacao*), comadre-do-azeite (*Omphalea diandra*), copaiba (*Copaifera sp.*), cumaru (*Dipteryx oderata*), cupuaçu (*Theobroma grandiflora*), goiaba (*Psidium guajava*), graviola (*Annona muricata*), inga (*Inga sp.* ou *Inga edulis Mart.* ou *Inga marginata*), jaci (*Attalea wallisii*), jambo (*Eugenia malaccensis*), jarina (*Phytelephas macrocarpa*), louro (*Aniba sp.*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), patauá (*Jessenia bataua*), paxiúba (*Iriartea exorrhiza*), pupunha (*Bactris gasipaes*), sapota (*Quararibea cordata*), tucum (*Astrocaryum aculeatum*).

224. Para o desenho de um projeto que visa contribuir para a melhoria da renda da população da reserva a partir de novos produtos, é importante examinar a dinâmica do mercado de produtos extrativos de modo geral. Nesse aspecto, é especialmente importante reconhecer que "extrativismo" é uma categoria que inclui produtos de características diferentes e de perspectivas econômicas potencialmente diferentes, também. É comum encontrar descrições da produção extrativista de modo geral, que tomam como modelo a borracha nativa. A tendência de produtos extrativos serem substituídos por similares cultivados, ou passarem eles mesmos a ser cultivados, substituindo o produto original no mercado é, em termos gerais, real. Constitui, porém, um modelo genérico que não se aplica a todos os produtos, em todos os momentos e localizações e da mesma forma. Na medida em que se visa para as Reservas Extrativistas a sustentabilidade econômica, através de sistemas agro-florestais intensivos e manejo dos recursos extrativos aptos, as diferenças no desempenho no mercado dos diversos produtos são dados importantes na formulação de estratégias. Um "mix" de produtos não terá o mesmo desempenho de um produto isolado. A borracha como modelo não necessariamente retrata o desempenho do "extrativismo" no mercado.

225. Entre 1975 e 1985, a exportação dos produtos extrativos cresceu, o leque dos produtos exportados ampliou e alguns dos preços dos produtos mais importantes também

aumentaram. É importante ressaltar que, à exceção da borracha nativa no pós-guerra, nenhum desses produtos goza de incentivos ou subsídios do governo. Existem redes eficazes funcionando em nível continental comercializando esses produtos no mercado internacional.

226. Três produtos - a castanha, o palmito, e a camaúba - eram responsáveis por mais de 80% do valor total da exportação, em 1985. A camaúba é produzida unicamente no Nordeste (é uma cera extraída das folhas de uma palmeira, utilizada na fabricação de cosméticos). A exploração do palmito está concentrada em florestas quase oligárquicas de açai (*Euterpe oleracea Mart.*) no estuário do rio Amazonas, onde está a Reserva do Cajari. O processo até o presente tem sido predatório, sem manejo, nem replantio mas o açai apresenta excelente potencial para sistemas agroflorestais.

227. Os outros produtos geram um valor reduzido, e são colhidos numa imensa área por uma rede extensa de intermediários. Nenhum dos produtos forma a maior parte da renda anual da família rural na Amazônia brasileira, apenas complementando a renda familiar de populações diversas.

228. Dentro das reservas, embora exista um grande número de espécies colocadas em uso (ver quadro específico), a maioria é empregada em pequena escala, ocorre de forma não homogênea e possui canais precários de comercialização.

229. Nas reservas, de modo geral, são mais usadas as palmeiras, outras espécies oleaginosas, timbós e frutas silvestres. As palmeiras buçu, jaci, jarina e buriti são usadas para cobrir casas. O tronco da paxiúba fornece uma madeira leve, mas forte, muito usada para o piso e paredes das casas. O açai, bacaba, patauí e buriti são usados como alimento. As sementes são piladas e deixadas em água morna para fazer "vinho". Fervendo o "vinho" pode-se separar o óleo, que os residentes eventualmente usam para substituir o óleo de soja, passar nos cabelos ou como perfume. O patauí dá de dois a quatro cachos por ano, e um cacho fornece de um a três litros de óleo. O açai produz menos óleo do que o patauí, dá de dois a quatro cachos, cada um produzindo em torno de oito litros de "vinho". O murumuru, assim como o açai, dá palmito. O cocão rende um litro de óleo por cacho, e cada palmeira dá dois cachos por ano. Em dois dias, três homens produzem por volta de 300 litros de óleo, que é mais usado para produzir fumaça, no processo de defumação da borracha. A semente do aricuri é também utilizada nesse processo. O óleo da copaíba é geralmente conhecido como remédio para inflamações, tosse etc., mas é freqüentemente tirado de forma insustentável, através da abertura de um buraco na árvore, feita a machado. Isso pode ser facilmente modificado usando o trado e a tampa da madeira. O timbó titica, bem como o timbó-açu e o arumã, são usados na fabricação de peneiras, paneiros e vassouras. Uma espécie que merece atenção especial é o louro-de-óleo ou pau d'óleo. O óleo dessa árvore é também chamado de "gasolina", e serve para operar motores a gasolina e alimentar isqueiros e lamparinas. É também usado como remédio. É tirado a machado, e dessa forma só dá uma vez. Cada árvore pode render até 18 litros do produto, e com manejo poderia ser um suplemento importante na economia local. A análise química do óleo seria importante, já que nenhuma informação a respeito dessa espécie consta das fontes tradicionais.

230. O desafio da diversificação está em fazer da biodiversidade da floresta, ou seja, a existência de muitas espécies irregularmente distribuídas, uma vantagem, ao invés de desvantagem comercial, de forma a beneficiar seus residentes, sem degradar o patrimônio natural. É preciso criar, até mesmo, mecanismos de compensação para a proteção da biodiversidade. Para esse fim, é imprescindível um investimento intensivo de recursos humanos e financeiros na identificação de novos produtos, no desenvolvimento de

experiências-piloto de processamento e comercialização em níveis regional, nacional e internacional; na pesquisa aplicada para dar continuidade ao processo de identificação de produtos e no treinamento para o pessoal das instituições das Reservas (Associações e Cooperativas) em técnicas de processamento, controle da qualidade e comercialização. É também necessária a criação de um sistema de monitoramento e avaliação da sustentabilidade ecológica da coleta dos novos produtos.

5.4.2 Desenvolvimento de sistemas agroflorestais

231. O subprojeto deve fomentar a introdução de sistemas agroflorestais nas Reservas, pela implantação de consórcios em determinado número de colocações a ser identificado em consulta com as associações locais, ficando a critério dos produtores a escolha das espécies a serem plantadas. Deve ser trabalhado não mais de 0,5 hectare de consórcio por colocação, visando o mínimo de transtorno na realocação da mão-de-obra de cada família. Um consórcio dessa dimensão recebe em torno de 100 plantas arbóreas, com índice de reposição por volta de 20%.

232. As principais espécies a serem empregadas nos consórcios são as seguintes:

a) de bases alimentar e comercial conhecidas: cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe sp*), bacaba (*Oenocarpus distichus*), pupunha (*Bactris gasipaes*), graviola (*Anona reticulata*), café (*Coffea arábica*), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), guaraná (*Paullinia cupania*), coco (*Cocos nucifera*), abacate (*Persea americana*) e jaca (*Artocarpus integrifolia*);

b) frutíferas amazônicas com potencial econômico: sorva (*Couma macrocarpa*), abiu (*Pouteria calmito*), araçá-boi (*Eugenia stipitata*), araçá-pera (*Psidium acutangulum*), sapota (*Quararabea cordata*), camu-camu ou caçari (*Myrciaria dubia*) (esta, da Amazônia peruana, rica em vitamina C e já bastante consumida no mercado estadunidense), mapati (*Pourouma cecropiae folia*) e sapoti (*Manilkara zapota*);

c) extrativas: seringueira (*Hevea Brasiliensis*), copaíba (*Copaifera duckei*), castanha (*Bertholletia excelsa*), louro-de-óleo (*Ocotea sp*);

d) forrageiras: gliricídia (*Gliricidia sepium*) - apícola, e leucena (*Leucaena leucocephala*). Estas duas espécies se prestam muito bem à tutoragem da pimenta-do-reino e serão utilizadas também com essa finalidade;

e) madeireiras: mogno ou aguano (*Swietenia macrophylla*), andiroba (*Carapa guianensis*), freijo-branco (*Cordia bicolor*) - apícula, angelim-rajado (*Pithecelobium racemosum*) - apícula, cedro (*Cedrela odorata*), uccuba (*Virola sp*), açacu (*Hura creptans*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), jacareúba (*Callophyllum brasiliensis*), pau d'arco ou ipê (*Tabebuia serratifolia*), abiorana (*Pouteria sp*), breu (*Protium sp*), louro (*Ocotea sp*), cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*), fava-bolacha (*Vatairea guianensis*), amarelinho (*Poecilanthe effusa*), acariquara (*Minquartia punctata*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), sucupira (*Bowdichia nitida*), guariúba (*Clarisia racemosa*), tarumã (*Vitex triflora*), mutamba (*Guazuma ulmifolia*) e pracuuba ou violesta (*Mora paraensis*). Dentre as madeireiras de crescimento rápido: ingá-de-metro (*Inga edulis*) - apícola, lenha, carvão e controle de invasoras e tachi-branco (*Sclerobium paniculatum*) - lenha e carvão.

233. As áreas a serem utilizadas para implantação dos consórcios serão aquelas sob domínio de capoeira e, sempre que possível, capoeira jovem (de até dois anos de idade). Áreas florestadas, somente na inexistência de capoeiras.

234. As mudas serão produzidas nas colocações, podendo ser empregadas duas formas de produção: em canteiros, saindo as mudas do chão diretamente para a área de plantio, ou em vasos produzidos a partir de material da própria mata, em face dos problemas de poluição ambiental acarretados pelo uso de sacolas de polietileno normalmente empregados na produção de mudas.

235. O material reprodutivo das espécies a serem utilizadas deve ser escolhido a partir de critérios que privilegiem seu bom potencial genético. As de ocorrência local, como as madeiras, terão esse material colhido e selecionado na própria área. As demais terão seu material adquirido em fontes idôneas. Estacas e sementes de guaraná, pimenta-do-reino e o ingá-de-metro, bem como as das forrageiras gliricídia e leucena, serão adquiridas junto aos Centros de Pesquisa da EMBRAPA. A obtenção de material reprodutivo se dará conforme previsto no item 2.3.1.1. Manejo e diversificação de roçados e capoeiras.

236. Esses consórcios exercerão o papel de bancos de germoplasma da área, visto que grande parte dessas espécies não é cultivada nas Reservas. A pupunha, por exemplo, se presta muito bem para a produção de palmito, mas seu cultivo para essa finalidade demanda uma quantidade muito grande de sementes, que as Reservas ainda não são capazes de oferecer. Assim, os consórcios permitem a introdução da espécie, dando suporte a sua difusão a partir de material genético de boa qualidade.

237. Para a população ribeirinha das margens altas, os consórcios agroflorestais devem ser implantados, preferencialmente, ao longo dos rios. Nas áreas ocupadas por essas unidades, a agricultura de subsistência é possível até pelo menos seus dois primeiros anos de idade, dadas as boas condições de luminosidade nas entre-linhas do cultivo. O subprojeto irá orientar o produtor a aproveitar essa possibilidade, visto não ser grande a demanda de mão-de-obra nessas condições, por encontrar-se a área já preparada e pronta, representando, ademais, reforço à diversificação e produção de alimentos.

238. A adubação dos consórcios deverá ser orgânica, obtida a partir do esterco e dos restos de cultivos, produzidos na própria colocação, juntamente com material em decomposição do chão da mata. Misturados e decompostos, por processo de compostagem simples, esse material será empregado no preparo das covas e em forma de cobertura, uma vez o consórcio estabelecido. A adubação verde também será adotada, pelo plantio, nas entre-linhas, de espécies leguminosas como a mucuna (**Mucuna pruriens**) e a puerária (**Pueraria sp**), mantidas sob controle para não competirem com o consórcio.

239. Quanto às frutíferas amazônicas com potencial econômico, o INPA vem desenvolvendo, há alguns anos, um projeto voltado à difusão de cultivos de espécies originárias da região, que apresentam potencial econômico a ser desenvolvido. Aproximadamente 20 espécies amazônicas vêm sendo trabalhadas pelo Instituto, de modo particular nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas, algumas das quais trazidas de outros países amazônicos e outras "descobertas" entre índios e seringueiros, que delas fazem uso na sua dieta alimentar.

240. São espécies que, pelas propriedades nutritivas e sabor que possuem, podem ganhar valor de mercado, ainda que algum tempo leve para isso acontecer. Podem, ademais, enriquecer muito a dieta alimentar das populações locais. É importante, portanto, que as

Reservas comecem a conhecê-las e trabalhá-las, porque constituirão, no futuro, novas opções na pauta de comercialização, assegurando maior rentabilidade às famílias e menor risco à atividade produtiva.

241. Por tratar-se da introdução dessas espécies nas Reservas, os cultivos serão desenvolvidos em nível de observação/demonstração em algumas colocações e nas unidades de demonstração a serem implantadas. Funcionarão como bancos de germoplasma e fontes de conhecimentos agronômicos básicos, a partir dos quais essas espécies passarão a se difundir nas áreas.

242. O subprojeto contará com assessoria especializada do INPA e de outros órgãos especializados no processo de produção de mudas e de implantação e desenvolvimento dessas unidades.

5.4.3 Desenvolvimento da piscicultura de média escala

243. Fundamentalmente, a piscicultura é uma importante atividade a ser desenvolvida nas Reservas, por dois fatores. Primeiro, são áreas que apresentam condições naturais propícias ao seu desenvolvimento - o que, de resto, é uma "vocação" natural da Amazônia, pouco aproveitada, apesar de suas possibilidades econômicas e alcance ambiental. Segundo, seu desenvolvimento pode representar importante fonte de suprimento e renda para as comunidades locais, contribuindo para o ordenamento do uso do estoque natural de pescado nessas áreas, hoje sob forte pressão das demandas internas e externas pel  pescado.

244. Em todas as Reservas Extrativistas existem lagos naturais que devem ser manejados para a melhoria de suas condi es de produtividade piscosa e mesmo aproveitados para a cria o de peixes. São, em sua grande maioria, lagos ligados diretamente ao leito de rios, como ocorre na Reserva do Alto Juruá, onde resultaram do trabalho de remodelagem constante realizado pelo rio Juruá ao longo de seu curso, isolando meandros transformados em "oxbow lakes" (lagos em forma de cangalha). Esses lagos funcionam como áreas de refúgio e criatório de espécies aquáticas, inclusive quelônios, onde são boas as condi es naturais para o desenvolvimento da fauna aquática de modo geral. Bem manejados, tais lagos podem contribuir muito para a produ o de pescado nas Reservas, inclusive com vistas ao mercado.

245. Atualmente, a maior dificuldade dos moradores das Reservas, que dependem desses lagos, está em realizar sua limpeza com regularidade, por absoluta falta de apoio a essa atividade. Há espécies pioneiras vegetais que rapidamente ocupam esses lagos, levando-os   "asfixia". Outra dificuldade está em controlar a pesca de modo geral e a coleta de tracajá (*Padocnemis unifilis*), praticadas de forma desordenada e geralmente predatórias. Esses problemas têm trazido sérios prejuízos às comunidades locais, que volta e meia se v em desabastecidas de pescado, principal fonte de proteína durante o "verão".

246. De início, o subprojeto deve aportar apoio às comunidades locais, para limpeza desses lagos. Em seguida, viabilizar seu manejo com vistas   melhoria de suas condi es. O INPA, através de suas Coordena es de Biologia Aquática e de Aquacultura, já foi consultado informalmente sobre a possibilidade de cooperar tecnicamente nessa atividade e está disposto a fazer essa coopera o. Para isso   necessária a previsão de recursos para passagens aéreas e estadia dos pesquisadores-cooperadores.

247. No manejo dos lagos das Reservas há que prever a cria o de peixes propriamente. Espécies vegetais aquáticas como a *Azolla*,   qual se referiu no item 2.3.1.3 "Piscicultura de

quintal", devem ser trabalhadas na potencialização da piscicultura nesses lagos. Além das espécies de peixes ali referidas como o matrinxã, tamuatá, acarás e pirarucu - todas tolerantes a baixos níveis de oxigenação da água - muitas outras espécies podem ser consideradas, por tratar-se de criação em água corrente. Dentre elas o tambaqui (*Collossouma bidels*), espécie nativa, cuja criação em lagos e represas na região vem se mostrando bastante viável. Por ser uma espécie muito eficiente na produção de biomassa com alto teor protéico, a *Azolla* vem sendo testada com êxito pela EMBRAPA no suprimento alimentar do tambaqui, peixe herbívoro exigente em alimentação protéica.

248. No Seringal Cachoeira, no Acre, transformado em Projeto de Assentamento Extrativista em 1989, a criação de tambaqui em pequenas represas tem contribuído para demonstrar o potencial piscícola da área e promover algumas mudanças nos hábitos alimentares de suas comunidades, o que implicará reflexos positivos sobre o estoque da fauna silvestre do seringal.

249. No caso das Reservas, o manejo dos lagos pode trazer resultados muito benéficos para suas populações. Por outro lado, a salga, a defumação e a confecção de farinha de peixe (piracuí), entre outros, são processos de conservação conhecidos pelas famílias extrativistas e de relativamente fácil adoção nas Reservas.

250. Uma vez a produção de pescado em franco desenvolvimento e atingido o nível de suprimento da demanda interna - hoje não satisfeita e com tendência ao escasseamento dos estoques naturais - o subprojeto irá incentivar esses processos de beneficiamento e conservação do pescado, viabilizando a capacitação de pessoal e o aporte de tecnologias mais modernas existentes nessa área. Simultaneamente, deve criar condições para a comercialização desses produtos, que a seu favor conta com alguns fatores muito relevantes na competição por mercados: a) a carência crescente de pescado na região, b) o sério problema da contaminação dos rios da Amazônia pela mercúrio dos garimpos, c) preço competitivo com que poderá chegar ao mercado, frente aos custos da produção empresarial e d) pelo aspecto atrativo do ponto de vista ambiental, por ser um pescado produzido de forma não predatória, ao contrário do que ocorre em geral com a pesca profissional na região.

5.4.4 Desenvolvimento da apicultura

251. A apicultura é uma forma de produção bastante ajustada às condições naturais da Amazônia que vem se expandindo na região nos últimos anos. De fácil manejo, tem-se firmado como importante alternativa nas áreas em que o impacto da expansão da "fronteira agrícola" tem sido mais intenso, como é o caso de Rondônia e outras áreas onde predomina a colonização.

252. Por outro lado, os sistemas agroflorestais e o enriquecimento de capoeiras adotados como forma de minimizar o impacto, têm permitido o manejo também de espécies apícolas e feito da produção de mel uma fonte de renda de grande significado para as populações locais. Vários projetos específicos de apicultura estão sendo desenvolvidos na região, contribuindo para a diversificação da atividade produtiva e assegurando melhores condições de permanência na terra.

253. Para as Reservas, onde o subprojeto apoiará a implantação de sistemas agroflorestais e o enriquecimento de capoeiras, estão previstas espécies apícolas, tendo em vista a criação de condições locais adequadas para o desenvolvimento da apicultura. As principais

espécies a serem empregadas com essa finalidade são: ingá, glincidia, leucena, cajá, freijos e manga.

254. Ademais, são muitas as espécies apícolas ocorrentes normalmente na floresta, o que denota a grande variedade de raças de abelhas silvestres existentes na região. As espécies de abelhas mais empregadas no desenvolvimento de apiários na Amazônia são as africanizadas, também de ocorrência comum na mata, o que facilita e torna de baixo custo a formação de colméias nas Reservas, porque ela pode se dar a partir da captura de enxames na floresta por meio da distribuição de caixas-isca em determinadas áreas - método usualmente empregado na formação e ampliação de apiários - além de mais barato.

255. Embora de fácil manejo, a atividade apícola é temida de modo geral, por riscos inerentes à atividade, como o ataque de enxames, quando não desenvolvida de forma adequada. Por outro lado, a coleta de mel silvestre na região é realizada através de métodos primitivos e predatórios (uso do fogo, por exemplo), causando grandes prejuízos à fauna silvestre e ao potencial produtivo da floresta (interferência no processo de polinização natural). Portanto, a apicultura não é apenas uma atividade econômica, como também seu desenvolvimento e difusão produzem impacto ambiental positivo.

256. O subprojeto prevê o levantamento das raças de espécies de abelhas e de plantas apícolas existentes em áreas a serem selecionadas nas Reservas, bem como a identificação das famílias interessadas na atividade a serem atendidas inicialmente. Dos materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade, as caixas para colméias devem ser construídas por marceneiros locais, a partir de modelos existentes no mercado; os macacões, luvas e máscaras também confeccionados localmente (necessária apenas a aquisição dos tecidos); os defumadores e formões, confeccionados. Todo o material entregue deve ser pago com mel, à Associação local, que com sua venda adquirirá mais material para difusão da atividade ou financiamento de outras.

257. As EMATER e ex-EMATER da região têm quadros especializados em apicultura, em caso de necessidade de assessoria técnica aos extensionistas do subprojeto, cursos de capacitação junto às comunidades, etc.

5.4.5 Resgate e fomento de outras atividades tradicionais como o artesanato e a produção caseira de farinhas e sabão.

258. Em todas as Reservas, como é comum no meio rural amazônico, o artesanato e a confecção caseira de modo geral são tradições presentes no cotidiano das famílias.

259. Não obstante sua importância na cultura e desenvolvimento social das comunidades locais, essas atividades, com raras exceções, não desempenham função econômica importante nessas áreas. Além disso, as recentes e rápidas mudanças nos hábitos de consumo, bem como a maior facilidade de acesso a produtos industrializados, vêm produzindo uma espécie de perda gradativa dessas tradições.

260. Por outro lado, é importante considerar que esses produtos já tiveram (e de certa forma ainda têm) sua importância no comércio local de trocas, possibilitando a divisão do trabalho e da produção entre as comunidades.

261. De outra parte, é preciso considerar que o processo de modernização da sociedade como um todo tem feito surgir, numa espécie de contraposição ao pessoal e ao

industrializado, a valorização (até estética) do rústico e do caseiro, abrindo possibilidades de mercado para essa produção.

262. Por serem tradicionais e de pequena escala, pouco dependentes de investimento e de aporte de tecnologia e não exigentes de capacitação e maturação como processo produtivo, não representa risco (nem econômico, nem ambiental), para as comunidades das Reservas, qualquer empreendimento que vise o resgate e potencialização dessas atividades

263. Nesse sentido, o subprojeto deve fomentar o desenvolvimento dessa produção tradicional por ser compatível com os objetivos de criação das Reservas, ter papel relevante nas relações sociais intra e inter comunidades e ter também sua importância econômica no conjunto das atividades a serem desenvolvidas.

5.5 Inserção no Mercado

264. A experiência extrativista na Amazônia demonstrou a necessidade de diversificação da produção e das fontes de renda como forma de assegurar a sustentabilidade econômica das reservas.

265. A diversificação das atividades econômicas das famílias extrativistas envolve duas fases distintas: a primeira, pela produção de gêneros alimentícios e bens de consumo, permite ao trabalhador deixar de gastar recursos financeiros na aquisição de bens; a segunda, pela produção de excedentes ou de novos itens, voltados especialmente para a venda, garante ao extrativista uma remuneração adicional pelo trabalho.

266. Na primeira fase será necessário identificar as possibilidades de apoiar a circulação interna de produtos para o abastecimento familiar e a comercialização de produtos não produzidos localmente.

267. Assim, ao mesmo tempo em que são estudados e identificados novos produtos para exploração nas reservas, é necessário avaliar o potencial do mercado consumidor, para se definir a intensidade com que deve ser incentivado cada um desses produtos.

268. Este subcomponente tem como objeto analisar as estratégias de comercialização mais adequadas para a inserção dos produtos das reservas nos mercados nacional e internacional. Abrange tanto a possibilidade de novos mercados para os produtos tradicionalmente comercializados (castanha e borracha) como a pesquisa sobre a viabilidade de criação de mercado para a introdução dos novos produtos.

269. Nesse sentido, trata-se de estabelecer os requisitos básicos fundamentais para ampliação das vendas da castanha e da borracha - tais como níveis de qualidade, teor de impurezas e de necessidade, padronização etc -; reafirmar o porte potencial do mercado consumidor dos novos produtos e complementarmente, identificar estratégias de comercialização para ambos, com base, por exemplo, nas características de sustentabilidade ambiental e social, importância cultural e ecológica das RESEX.

270. Para esse fim, deverão ser desenvolvidos os seguintes serviços:

- a) análises do mercado nacional e internacional e estratégias de comercialização de produtos;

- b) estudo de viabilidade de estruturação de um sistema economicamente viável visando garantir o abastecimento interno das áreas e a comercialização de excedentes;
- c) determinação das exigências básicas do mercado e da tecnologia necessária para atendê-las;
- d) treinamento e capacitação das lideranças e dos gerentes de cooperativas e associações, em economia e marketing.
- e) estudo de viabilidade para industrialização e comercialização dos produtos das reservas;
- f) elaboração de projetos de engenharia para implantação de unidades-piloto para beneficiamento dos produtos, segundo as oportunidades de mercado.

5.6 Metas do Componente C

271. Os investimentos do subprojeto serão direcionados de forma a permitir a obtenção dos seguintes resultados, a serem devidamente detalhados segundo as diretrizes estabelecidas no item 5.1 deste documento:

a) identificação, implantação e divulgação de tecnologias simples de melhoramento da produção de subsistência, através do manejo e diversificação dos roçados familiares, ampliação e diversificação dos pomares, das hortas e da criação de pequenos animais domésticos, e da introdução da criação de peixes em pequenos tanques familiares;

b) aumento da renda dos trabalhadores extrativistas, através do desenvolvimento e implantação de usinas descentralizadas de beneficiamento da castanha, com base em experiência observada na Cooperativa de Xapuri. Os investimentos iniciais estarão concentrados na RESEX Rio Cajari e, posteriormente, serão envolvidas outras reservas;

c) aumento da renda dos seringueiros, através da melhoria da qualidade da borracha extraída, proporcionada pela distribuição de utensílios básicos para extração do látex, fornecimento de "kits" para produção da Placa Bruta Defumada e estudo de novas formas de tratamento do látex ("couro vegetal", látex centrifugado);

d) identificação de novos produtos existentes nas reservas, com potencial de mercado. Muitas espécies extrativas (alimentícias, medicinais, aromáticas) são usadas tradicionalmente na região e algumas já tiveram (ou ainda têm) valor comercial significativo. O subprojeto incentivará o desenvolvimento de pesquisas para avaliação do potencial produtivo das reservas, envolvendo espécies não-madeireiras, implantação de sistemas agroflorestais, implantação de piscicultura de pequena e média escalas e desenvolvimento da apicultura;

e) serão destinados, também, recursos para a realização de estudos do mercado nacional e internacional, verificação dos requisitos básicos dos produtos destinados

a eles, tecnologias necessárias e custos envolvidos, estudos de viabilidade para colocação desses novos produtos no mercado e, se for conveniente, elaboração dos projetos de engenharia de unidades-piloto de beneficiamento;

6. Componente D: **MANUTENÇÃO DOS ESTOQUES DE RECURSOS NATURAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

6.1 **Levantamento do Potencial Produtivo das Reservas Extrativistas**

272. Conforme já referido, a busca da diversificação da produção exige um levantamento que estabeleça a capacidade do meio natural em permitir que sejam explorados outros produtos da floresta, além daqueles tradicionalmente utilizados. Da mesma forma, trata-se de identificar, também, qual a intensidade de exploração adequada para cada produto, em cada ambiente da reserva, de forma a não comprometer a sobrevivência das espécies exploradas e nem a diversidade e a riqueza biológica dos ecossistemas.

273. Nesse sentido, serão realizados os trabalhos necessários para levantar e analisar o potencial extrativo de cada reserva, visando avaliar alternativas para aumentar a renda e melhorar as condições de nutrição da população.

274. As atividades de pesquisa serão realizadas através de metodologia participativa, que envolva técnicos especializados e as comunidades nos trabalhos de campo e escritório, quando possível, de forma a valorizar o conhecimento tradicional das populações da floresta, ao mesmo tempo em que favorece a capacitação dos trabalhadores extrativistas.

275. Os levantamentos a serem realizados abrangem: levantamento florístico e fitossociológico, com o objetivo de conhecer e quantificar os recursos florestais não-madeireiros e avaliar o grau de renovação da vegetação; estudo etnobotânico, para levantar as espécies utilizadas tradicionalmente pelas populações, avaliar a distribuição geográfica dessas espécies e estimar suas disponibilidades quantitativas; estudo fenológico, com a finalidade de conhecer o padrão fenológico e identificar os períodos de floração e frutificação das espécies de interesse para o extrativismo; estudo da estrutura de populações de espécies vegetais, que permite avaliar a distribuição etária de populações de plantas utilizadas, determinar taxas de crescimento e de sobrevivência e entender a dinâmica dessas populações.

276. As metodologias a serem seguidas nesses estudos, específicas para cada tipologia vegetal, em cada reserva, estão sendo desenvolvidas em uma atividade de pré-vestimento, que estará concluída antes do início da implantação do subprojeto. De modo geral, porém, serão adotados os seguintes procedimentos: interpretação de imagens de satélite Landsat para estabelecer uma "estratificação" da floresta, segundo tipos característicos; determinação e marcação, no campo, de parcelas de amostragem; coleta de material botânico nas parcelas, com nível de detalhamento diferenciado; herbarização, identificação e deposição do material em locais apropriados (herbários, museus, universidades); marcação de indivíduos e coleta sistemática de dados de brotamento, caducifolia, emissão de botões, floração e frutificação; coleta e troca de informações com a população local.

277. Os resultados desse levantamento fornecerão os subsídios necessários para o estabelecimento definitivo do ordenamento do uso da terra nas reservas. Permitirão, ainda, contribuir para resgatar a importância do conhecimento e do saber dos povos da floresta. Alguns resultados, no entanto, embora já sejam úteis de imediato, dependem de um longo período de tempo para se consolidarem (como a análise da estrutura de populações, p.ex.). Por isso, deve-se considerar a recomendação de serem estabelecidas parcelas permanentes para os levantamentos, em cada reserva, e estabelecer convênios com instituições de ensino e pesquisa para a realização desses estudos. Isso, além de diminuir os custos, permite a

continuidade das pesquisas após o período de investimentos do subprojeto e garante a maior disseminação das informações obtidas.

6.2. Estudo de Impacto Ambiental das Atividades Produtivas sobre os Recursos Naturais

278. Algumas das atividades previstas no presente subprojeto podem ocasionar eventuais impactos ambientais negativos, caso não sejam adotadas as medidas adequadas para evitá-los. Exemplos dessas atividades e possíveis impactos associados são:

a) abertura de estradas e ramais para permitir o escoamento da produção, que poderão facilitar o acesso à reserva de invasores para a extração predatória de madeira ou para pressionar pela posse da terra;

b) introdução ou aumento das áreas com agricultura e pastagens, exigindo a derrubada de partes da floresta e provocando o empobrecimento biológico e a exposição do solo à erosão;

c) intensificação da coleta de sementes de algumas espécies, diminuindo a capacidade de dispersão e de regeneração natural da floresta;

d) aumento da pressão de captura sobre a fauna e a ictiofauna, provocada pela maior disponibilidade de recursos para aquisição de armas, munição e apetrechos de pesca mais eficientes, que poderá ocasionar risco de extinção local das espécies mais procuradas;

e) aumento da pressão sobre a base de recursos naturais, decorrente da expansão da população local, a partir da atração que a reserva, viabilizada economicamente, passará a exercer sobre antigos moradores que já haviam deixados a área, bem como pelo próprio crescimento vegetativo da população local.

279. Efeitos desse tipo podem ser previstos, de forma genérica, para as quatro reservas e estão considerados, assim como as respectivas medidas atenuadoras, em outros componentes do subprojeto (Fiscalização e Plano de Utilização). As medidas específicas para cada reserva, porém, só poderão ser detalhadas a partir da consideração de especificidades das atividades desenvolvidas e dos locais onde irão ocorrer.

280. A exploração de produtos alternativos, por exemplo, poderá causar, ou não, impacto negativo sobre o ecossistema, ou sobre a população daquelas espécies exploradas, dependendo da intensidade e da forma como se faça a exploração. A extração do látex da maçaranduba, como se faz em muitas áreas da Amazônia, exige a derrubada da árvore, mas poderia ser feita (com menor quantidade produzida/árvore) sem isso, apenas com cortes no caule; a extração do óleo de copaíba, se feito com cortes a machado, pode danificar e provocar a morte da árvore, mas a utilização do trado para perfuração evita os maiores danos; o corte do açaí para retirada do palmito pode ser predatório e inviabilizar a manutenção local da espécie, mas o manejo bem conduzido, com cortes programados, favorecendo a manutenção e ampliação da touceira aumenta o número de indivíduos.

281. A nova exploração destes produtos conhecidos, bem como a de outros, cujas qualidades venham ser descobertas, será definida após os estudos previstos no item referente ao Levantamento do Potencial Produtivo das RESEX. Para que seja efetivamente

colocada em prática, porém, deverá ser elaborado um breve estudo que avalie o grau de risco que a atividade proposta possa causar ao ambiente, ou a necessidade de estudos adicionais.

282. Esse breve estudo deverá classificar as atividades exploratórias propostas em três categorias:

a) não causadoras de impacto ambiental significativo, desde que a tradição das técnicas de exploração, a abundância da espécie explorada, a capacidade de reprodução ou regeneração e outros fatores locais assegurem essa classificação;

b) de efeito ambiental desconhecido, quando se tratar de técnicas novas ou produtos não explorados com período de tempo suficiente para permitir uma avaliação segura. Nesse caso, poderão ser permitidas explorações em pequena escala, devidamente acompanhados por pesquisadores que avaliarão as técnicas adotadas e seus efeitos;

c) potencialmente causadoras de impactos significativos, quando a experiência local ou externa indicar que há risco efetivo de impacto. Nesse caso, deve-se impedir a exploração até que novas técnicas sejam desenvolvidas.

283. Os estudos necessários serão executados por equipe técnica especializada, sob a coordenação do IBAMA/CNPT e de entidades de pesquisa que atuam na área. Ao IBAMA caberá autorizar os planos de exploração de novos produtos, não previstos inicialmente.

6.3 Ordenamento

284. O ordenamento do uso da terra nas reservas, a partir da identificação de zonas homogêneas, do ponto de vista das características ecológicas e da ação antrópica, deverá embasar as decisões quanto às limitações de exploração, bem como indicar as áreas mais propícias ao desenvolvimento de cada atividade a ser considerada nos planos de utilização.

285. Essas zonas serão delimitadas por meio da análise integrada de aspectos ambientais dos meios físico, biótico e sócio-econômico, a partir das informações existentes e daquelas que serão geradas em outros componentes do Subprojeto.

286. Será elaborada uma primeira proposta de ordenamento com base em um diagnóstico ambiental que utilizará as informações disponíveis sobre o meio natural, tais como projeto RADAM, em escala 1:1000.000, imagens de satélite, em escala 1:100.000 e levantamento efetuados por instituições como a FUNTAC, CHSRA/SUDAM, e ONGs, para identificar o uso atual da terra, complementados pelos dados obtidos em relatórios disponíveis, incluindo aspectos sócio-econômicos e de uso e ocupação da terra nas reservas.

287. Em cada reserva serão identificadas: áreas de exploração extrativista atual (estradas de seringa, castanhais, áreas de extração de palmito) e potencial (novos produtos a serem identificados); áreas de roçados e pastagens; áreas de residências, quintais, casas de farinha, hortas, galinheiros, etc; áreas não perturbadas; áreas alteradas abandonadas.

288. Simultaneamente, serão analisados os diversos usos propostos nos planos de utilização, envolvendo tanto os produtos tradicionais quanto os novos que vierem a ser considerados viáveis para exploração. A partir do cruzamento dessas informações serão

delimitadas preliminarmente as áreas destinadas aos diferentes usos previstos, de acordo com a capacidade do ambiente. Serão definidas a localização e a extensão dos roçados, sistemas agroflorestais, sistemas de exploração de novos produtos, áreas para recuperação e manejo de capoeiras, etc, conforme o nível de informação permita. Nas áreas de maior risco de impacto não será incentivada a introdução ou intensificação do uso agroflorestal e/ou extrativo, até que se tenha maior conhecimento sobre a capacidade/fragilidade do meio natural em relação às ações propostas.

289. Depois que estiverem disponíveis os levantamentos de recursos naturais previstos no âmbito da atividade "Levantamento do Potencial Produtivo das RESEX", o ordenamento preliminar será revisado e será formulada uma nova proposta de ordenamento, para ser discutida com a comunidade das reservas.

290. Os estudos serão conduzidos por equipe de técnicos especializados, que desenvolverão os trabalhos em conjunto com pessoas da comunidade e representantes das associações, sob a coordenação do IBAMA/CNPT.

6.4 Plano de Monitoramento Ambiental

291. Para assegurar que as atividades de extração e uso dos recursos naturais nas reservas extrativistas não venham a causar danos significativos ao meio ambiente, serão elaborados e implementados planos específicos, para cada reserva, visando acompanhar o comportamento daqueles fatores ambientais potencialmente afetados pelas atividades previstas no subprojeto.

292. Os aspectos ambientais mais vulneráveis às ações previstas são:

- a) a cobertura vegetal, possivelmente afetada pela coleta e extração de sementes, do látex, ou corte, nas atividades extrativas, e pela expansão das atividades agrícolas e pastoris;
- b) a fauna, atingida tanto pela ação direta da caça de subsistência quanto pela perturbação de habitats provocada pelas rotinas do extrativismo e da agricultura de pequena escala;
- c) a ictiofauna, que sofre a ação cotidiana do esforço de captura pelos moradores ribeirinhos, além de indiretamente ser afetada pela alteração na cobertura vegetal marginal aos cursos d'água.

293. Outros fatores, tais como solos, recursos hídricos e micro-clima, embora possam, teoricamente, sofrer alteração, só serão afetados após significativa degradação dos fatores ambientais citados anteriormente (particularmente fauna e cobertura vegetal), de modo que, a princípio, não é necessário seu monitoramento sistemático. Na hipótese de ser verificada alteração significativa na vegetação e/ou na fauna, providências imediatas deverão ser tomadas para corrigir as falhas identificadas.

294. O monitoramento da cobertura vegetal deverá se dar em duas escalas; a primeira, através da aquisição e processamento de fitas e imagens de satélite orbitais do tipo SPOT ou LANDSAT em escala apropriada (1:100.000) e frequência compatível com a velocidade das possíveis alterações, permitirá uma visão total da área de cada reserva e a identificação

espacial das diferentes pressões sobre a vegetação, relacionadas com as atividades correspondentes - tipos de produtos extraídos, agricultura em pequenos roçados, pastagens. Um sobrevôo anual por toda a extensão da reserva complementar as informações. Em casos especiais o apoio de imagens de satélites meteorológicos poderá ser requerida de forma a agilizar as tarefas propostas.

295. A segunda escala do monitoramento se dá a nível local, onde o representante da associação, ou outra pessoa com prerrogativas para isso, em cada comunidade, registrará as espécies vegetais exploradas, forma de exploração, se há dano ou necessidade de corte do indivíduo, área desmatada em floresta ou capoeira para instalação de roçados, etc. Essa forma de coleta de informação, na área de cada reserva, fortalece a atuação da associação e exige apenas preparação de formulário específico e um treinamento inicial dos agentes comunitários, uma vez que as informações existem e estão disponíveis, esparsas.

296. O registro da fauna deverá ser feito, inicialmente, através de entrevistas com os moradores locais, anotando-se as espécies observadas. Deverão ser obtidas informações sobre o escasseamento observado ao longo do tempo, os locais de maior abundância de cada espécie, os hábitos alimentares e as interações das espécies entre si e com relação às atividades humanas (roçados, extrativismo).

297. A partir dessas informações, e de acordo com as tipologias de cobertura vegetal presentes na reservas, deverá ser programado e executado um plano de levantamento de espécies indicadoras, representativas da biodiversidade. Este trabalho deve ser integrado ao da vegetação, principalmente relacionando-se as espécies dispersoras, hábitos alimentares, etc. A princípio, prevê-se que sejam monitoradas espécies de aves, primatas e aquelas que sofram, tradicionalmente, maior pressão de caça, conforme o local. O levantamento incluirá entrevistas com moradores e levantamento através de metodologias próprias, em locais não alterados pela atividade humana, por meio de abertura de transectos e trilhas, observações direta e indireta (vestígios), captura em armadilhas e outros métodos que permitam calcular a densidade das espécies relacionadas como indicadoras.

298. O monitoramento da ictiofauna será feito a partir de duas metodologias: com base em informações dos moradores ribeirinhos, recolhidas pelo agente comunitário; e a partir de levantamentos periódicos, por equipe de pesquisa. O recolhimento das informações dos ribeirinhos registrará a ocorrência de espécies, a época de migração e de desova, aparelhos de pesca utilizados, com quantidade capturada, a frequência do pescado na dieta alimentar e o escasseamento de espécies observado ao longo do tempo. O levantamento, executado em campanha de biologia pesqueira, deverá ser feito em quatro períodos distintos do ano: cheia, vazante (início da seca), seca e enchente (início das chuvas). Serão anotados: quantidade capturada por espécie, conteúdo estomacal, estágio de maturação gonadal, pesos e tamanhos e outras informações que possibilitarão identificar as medidas adequadas para evitar excesso de pressão sobre as espécies, tais como: períodos de defeso de algumas espécies, restrições a tipos de aparelhos de pesca, tamanhos mínimos das malhas e outras que forem especificadas conforme características locais.

299. As atividades do monitoramento deverão envolver ao máximo as comunidades locais, ajudando a consolidar o papel da associação de moradores de cada reserva. Deverão estar integrados, também, às ações de fiscalização e serão orientados por técnicos especializados, nos dois primeiros anos.

300. Na medida em que os moradores locais assimilarem as metodologias do monitoramento, passarão, gradativamente, a responsabilizar-se pelas tarefas inicialmente a

cargo de técnicos de fora. Dessa maneira, a partir do terceiro ano do projeto, a necessidade de serviços externos para o monitoramento estará restrita ao sensoriamento remoto e à orientação durante os levantamentos sazonais (fauna e ictiofauna), o que poderá ser feito através do IBAMA/CNPT.

6.5 Metas do Componente D

-Elaboração de estudos para identificar e avaliar possíveis impactos sobre a base de recursos naturais, provocados pela exploração dos novos produtos. Definição das medidas necessárias para evitar esses efeitos negativos.

-Preparação de uma proposta preliminar de ordenamento do uso e ocupação da terra nas reservas, com base nas informações disponíveis, definindo zonas de exploração extrativa atual e potencial, áreas de roçados e pastagens, áreas de uso familiar (casas, quintais, pomares, hortas, galinheiros), áreas não perturbadas, áreas a serem trabalhadas com sistemas agroflorestais etc. Revisão dessa proposta após a obtenção de novas informações, quando necessário.

-Preparação e implementação de planos de monitoramento ambiental para acompanhar sistematicamente os efeitos das atividades das populações das reservas sobre alguns indicadores da qualidade ambiental (vegetação, fauna, ictiofauna).

7. Componente E: Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica e Social

7.1 Transporte e Armazenagem

301. A produção das RESEX está vinculada a fatores como a facilidade e o custo de comercialização, tanto da produção para o exterior, como de bens e serviços para o interior da reserva. O transporte e a armazenagem são dois fatores associados que determinam grande parte dos custos de comercialização, sejam estes custos diretos (ligados à execução das atividades produtivas em si) ou indiretos (perdas decorrentes da ineficiência dos transportes e do armazenamento).

302. A redução de custos (e de perdas) na área de transportes nas RESEX está associada a um sistema eficiente composto, de um lado, por uma rede hierarquizada de vias terrestres que permita o tráfego durante praticamente o ano todo; de outro, pelo transporte hidroviário e pela disponibilidade de embarcações. Este sistema envolve uma infra-estrutura física permanente (vias terrestres ou fluviais e armazéns), animais, veículos e embarcações, assim como sua manutenção/conservação.

303. De modo geral, as reservas possuem situações muito semelhantes quanto ao transporte. O transporte terrestre é extremamente prejudicado no período de chuvas, e o fluvial é precário no período de estiagem.

304. A longo prazo, pretende-se implantar sistemas de transportes e armazenagem que, juntamente com o desenvolvimento econômico, institucional e social proporcionado pelos outros componentes e sub-componentes, permitam a participação da população local no maior número possível de atividades, gerando recursos adicionais para as comunidades.

305. A curto prazo, dada a limitação de recursos e a necessidade de estabelecer bases sólidas para a implantação de sistemas mais complexos, recomenda-se que dentro deste subprojeto sejam feitos investimentos em obras e sistemas mais simples e rústicos. O sistema de transportes e armazenamento deverá adquirir uma estrutura mais completa, tão logo estejam assegurados os requisitos mínimos para o gerenciamento e manutenção de sistemas mais amplos.

306. O sistema de transportes e armazenamento aqui proposto é composto pelos seguintes investimentos:

- a) infra-estrutura física permanente: armazéns (pequena, média e grande capacidade); estradas (ramais e varadouros); desobstrução de cursos navegáveis (rios e igarapés);
- b) veículos (rodoviários e hidroviários), com diversas capacidades;
- c) veículos e equipamentos de manutenção: tratores e implementos para terraplenagem, moto-serras e ferramentas menores; e
- d) assistência técnica às associações de moradores, inclusive treinamento, para que eles mesmos assumam, ao final do subprojeto, o gerenciamento do sistema de transportes e armazenagem, incluindo a conservação das instalações e vias permanentes.

7.1.1 Situação Atual de Transporte e Armazenagem nas Reservas Extrativistas

7.1.1.1 Reserva Extrativista do Alto Juruá

307. A população da RESEX Alto Juruá está dispersa, principalmente, pelas margens dos rios Juruá e Tejo e dos igarapés Bagé, Dourado e Machadinho.

308. Atinge-se a reserva apenas por via fluvial. Partindo de Cruzeiro do Sul, sobe-se o rio Juruá até a reserva, distante aproximadamente 200 km pelo rio. A grande variação dos níveis d'água não permite o tráfego permanente nos rios Juruá e Tejo, tornando impraticável o transporte contínuo de cargas. Em alguns trechos com baixadas e estreitamentos o tráfego é restrito ao período das águas altas. É comum a obstrução do canal de navegação por troncos e galhos. No período seco são necessários até dois dias de barco com motor de "rabeta" para se alcançar a reserva. Também no interior da reserva os rios e igarapés constituem as vias de transporte, não havendo varadouros ou ramais.

309. Na reserva há quatro armazéns; um grande (aproximadamente 300 m²) na comunidade Boca do Tejo (encontro dos rios Tejo e Juruá), e três pequenos no rio Tejo e afluentes. Entretanto, estes três estão em condições precárias, devido à falta de conservação. O armazém da Boca do Tejo está fora de operação por dificuldades gerenciais.

7.1.1.2 Reserva Extrativista Chico Mendes

310. A Reserva Chico Mendes apresenta uma ocupação irregular e muito dispersa da população, com maior concentração nos antigos seringais dos municípios de Xapuri e Rio Branco, e em núcleos como os de Floresta, Caboré e São Pedro. A ocupação prioritária das margens dos rios Acre-Xapuri e Iaco deve-se às facilidades de acesso ao transporte fluvial e aos varadouros que atingem as rodovias BR-317 e a antiga AC-403. Atinge-se a reserva por vias fluviais e terrestres.

311. Por via fluvial há vários acessos. De Rio Branco, atinge-se a reserva pelo rio Acre, cujo limite está a aproximadamente 80 km de Rio Branco. Partindo de Sena Madureira, cidade a 140 km de Rio Branco pela BR-364, percorre-se mais de 100 km pelo rio Iaco até atingir a reserva. Cerca de 110 km do rio Iaco marcam uma das divisas da reserva até atingir o igarapé Samara, limite ocidental da reserva.

312. Partindo de Rio Branco pela BR-317, atinge-se as cidades de Xapuri (180 km), Brasiléia (240 km) e Assis Brasil (350 km). A partir destas três cidades, há estradas secundárias para a reserva. De Xapuri há outros acessos à reserva, como a antiga rodovia AC-403, hoje abandonada e assemelhando-se a um ramal, que adentra a reserva apenas 2 a 3 quilômetros e alguns varadouros que atingem alguns núcleos e interligam algumas colocações a rios e igarapés. Este ramal e varadouros permitem a passagem de animais, carroças e veículos com tração nas quatro rodas apenas no período seco. No período chuvoso o acesso é possível apenas para tratores ou a pé.

313. Parte da produção da reserva é transportada diretamente para Rio Branco, e parte é concentrada inicialmente em núcleos para posteriormente ser levada a Xapuri, onde é armazenada pela Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX). Uma parte da produção é escoada pelo rio Iaco até Sena Madureira. A produção beneficiada em Xapuri pela CAEX é escoada por terra até Abunã (RO), e a partir daí pelo rio até Manaus, de onde é exportada.

314. A produção é concentrada e estocada em alguns núcleos, na região da reserva atendida pela CAEX que, na maioria dos casos, consegue proporcionar melhores preços que os "marreteiros"⁶. Há uma usina em Xapuri e uma de pequeno porte está sendo implantada no núcleo de Floresta. Esta usina deve receber, principalmente, a produção do interior da reserva. Nas demais regiões, como as de Brasília e Assis Brasil, não existe um sistema eficiente para o armazenamento e a comercialização da produção.

7.1.1.3 Reserva Extrativista do Rio Cajari

315. A população da RESEX do Rio Cajari concentra-se, basicamente, nas margens dos rios Cajari, seus afluentes e Ajuruxi. As regiões compreendidas pelo médio e baixo Cajari, próximo à foz no rio Amazonas, apresentam uma ocupação dispersa. Existem na área algumas ocupações não extrativistas, destacando-se Paraíso do Cajari, já desapropriada, que deverá ser transformada em um núcleo produtivo dentro da Reserva. No rio Ajuruxi há concentração de famílias na sua nascente, usando as férteis terras baixas, imersas no período de chuva, para o plantio. No Alto Cajari apresenta ocupação pontual, com a presença de algumas comunidades às margens do rio Cajari e afluentes e outras em área de terra firme.

316. Chega-se à reserva por vias fluvial e terrestre. Por via fluvial, partindo de Macapá ou do porto de Santana, sobe-se o rio Amazonas por aproximadamente 70 km, até a foz do rio Maracá, limite leste da RESEX. Seguindo por mais 30 km, rio Amazonas acima, encontra-se a foz do rio Cajari. Barcos de até 15 toneladas sobem o rio Cajari até o Braço do Cajari, próximo à comunidade de Boca do Braço. A partir daí, o tráfego é permitido apenas com barcos menores.

317. Na estação seca, a comunicação do rio Ajuruxi com o Amazonas fica interrompida, impedindo o escoamento da produção das famílias ali residentes. Neste período, apenas um meandro isolado do rio se mantém navegável. Caso seja construído um ramal, haverá conexão com a BR-156, permitindo o acesso permanente a esta área.

318. A rodovia BR-156, que liga Macapá a Laranjal do Jari, dá acesso ao Alto e parte do Médio Cajari, que distam cerca de 200 km de Macapá. Esta rodovia é cascalhada até as proximidades da comunidade de Sta. Clara, oferecendo boas condições de tráfego durante todo o ano.

319. Alguns ramais partem da BR-156 até algumas comunidades; muitos deles foram abertos com trabalho braçal, sendo muitas vezes intrafegáveis no período chuvoso. Um destes ramais interliga a BR-156 à comunidade Boca do Braço, permitindo futura integração entre os transportes fluvial pelo rio Cajari com o terrestre.

320. Na RESEX do Rio Cajari existem apenas dois armazéns inacabados nas comunidades de Sta. Clara e Água Branca (Alto Cajari), onde funcionam "cantinas comunitárias".

⁶ Marreteiros são compradores de produtos, no caso castanha, e ao mesmo tempo, fornecedores de mercadorias para abastecimento dos extrativistas. Em geral os produtos são comprados por preços bastante baixos e as mercadorias vendidas por valores muito elevados.

321. A falta de vias de acesso aos castanhais da reserva tem impedido o aproveitamento deste grande potencial da reserva, assim como a inexistência de um transporte ágil e eficiente impossibilita a exploração do açaí (palmito e fruto).

7.1.1.4 Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

322. A população da Resex Rio Ouro Preto está concentrada, em sua maioria, nas proximidades das margens do rio Ouro Preto. Subindo o rio Ouro Preto, a partir do rio Pacaás Novos, nos primeiros 30 km, até a baía do Pompeu, as colocações estão em ambas margens; destacam-se as comunidades de Nova Colônia e Toqueiros, ambas situadas em terra firme, a uma distância entre 1 a 2 km da margem. Ainda subindo o rio Ouro Preto, encontram-se as comunidades de Floresta e Colônia (65 km da foz), a de Ouro Negro (90 km da foz) e a de Petrópolis (120 km da foz). Ao longo de todo o percurso encontram-se colocações, ora mais concentradas em uma das margens, ora distribuídas igualmente em ambas.

323. O acesso à reserva é realizado pelas vias fluvial e terrestre. Por meio fluvial, partindo de Guajará-Mirim, sobe-se o rio Mamoré até a boca do rio Pacaás Novos e, neste, até o rio Ouro Preto. Na vazante, este rio tem trechos que são impraticáveis para o transporte contínuo de cargas. O espelho d'água varia muito, havendo no verão, trechos com apenas cinco metros de largura e freqüentes obstruções do canal de navegação por troncos e galhos. Durante o período de inverno, com a subida das águas, surgem os "furos", caminhos alternativos para a água do rio, reduzindo sensivelmente o tempo de viagem entre as colocações.

324. Partindo de Guajará-Mirim, por via terrestre, atinge-se algumas áreas da reserva. Estes ramais permitem o tráfego durante todo o ano, surgindo dificuldades apenas no período das chuvas, devido a problemas de drenagem superficial, sem contudo impedir a passagem de veículos.

325. Durante o período de verão o escoamento da produção é feito pelo rio até a Baía do Pompeu e daí até Guajará-Mirim por terra. Já no período de inverno a produção é escoada diretamente pelos rios até Guajará-Mirim. No escoamento da produção são utilizadas pequenas embarcações (canoas e/ou voadeiras), ou a chata da Associação, que em viagens mensais, nem sempre regulares, à reserva, compra a produção e vende mercadorias variadas. A viagem no inverno (ida e volta) é realizada em uma semana enquanto no verão demora um mês, aproximadamente.

326. Não existem armazéns ou depósitos no interior da reserva; há apenas um armazém de alvenaria, de boa qualidade e em operação, na sede da Associação dos Seringueiros, em Guajará-Mirim. A produção normalmente é armazenada pelos extrativistas em suas próprias casas, sem qualquer tecnologia de conservação.

7.1.2 Concepção dos Sistemas de Transportes

327. Os investimentos nas áreas de transportes e armazenagem devem ter como horizonte a constituição e manutenção de um sistema capaz de atender as demandas de longo prazo. Assim, inicialmente apresenta-se a concepção norteadora deste sistema e as demandas atuais das quatro RESEXs. Em seguida, enumera-se as atividades e investimentos que serão contempladas por este subprojeto.

328. Os maiores investimentos no transporte terrestre deverão ser na recuperação, abertura e manutenção de varadouros e ramais. Os varadouros são trilhas com cerca de 2,00 m de largura, para a passagem de pedestres, animais carregados e carroças puxadas com tração animal. Em geral os varadouros não são dotados de qualquer estrutura de drenagem e a vegetação baixa é eliminada com ferramentas manuais.

329. Os ramais são estradas vicinais com 4,0 m de largura, para o tráfego de caminhões de até 10 t. São encascalhadas apenas nos trechos de tração crítica (rampas maiores do que 4%) e possuem estruturas de drenagem simples, incluindo bueiros de madeira ou mistos de madeira-gabiões para travessia dos pequenos cursos d'água. Quando necessário, são construídos "pinguelões" que vencem vãos de até 5,0 m com segurança e pontes de madeira mono-via. Com uma manutenção freqüente, estas estradas garantem o tráfego durante o ano todo.

330. A conservação dos ramais deverá ser feita com tratores agrícolas de porte médio, equipados com implementos simples tais como carreta de carga, rolo compactador de 4 t, pá carregadeira e lâmina, e ferramentas manuais (moto-serra, pá, picareta, marreta, "gerica" e compactador a gasolina tipo "sapo").

331. Os investimentos nos sistemas viários terrestres deverão estar compostos por três tipos de intervenções:

- a) aquisição de caminhões para carga de até 10 t, tratores de porte médio com implementos para terraplenagem e veículos utilitários com tração nas quatro rodas (4 x 4) para dar assistência às populações locais;
- b) aquisição de equipamentos e ferramentas para conservação das vias (moto-serra, machado, terçado, talha, guincho, etc);
- c) atividades de conservação das vias, manutenção de veículos e transporte de mercadorias (assistência às populações) durante os primeiros dois anos; estas atividades serão apoiadas em bases decrescentes, cabendo à associação a responsabilidade integral a partir do terceiro ano.

332. Na área de transportes hidroviários, cabem três tipos de intervenção:

- a) aquisição de embarcações de carga (capacidade de 3 t, 6 t e 12 t) com casco de madeira e motor diesel e "voadeiras" (pequenas lanchas de casco de alumínio), usadas para dar assistência às populações locais;
- b) aquisição de equipamentos para desobstrução de canais (moto-serra, machado, terçado, talha, guincho, etc);
- c) atividades de desobstrução de canais, manutenção das embarcações e transporte de mercadorias (assistência às populações) durante os primeiros dois anos; estas atividades serão apoiadas em bases decrescentes, cabendo à associação a responsabilidade integral a partir do terceiro ano.

333. Para o atendimento das demandas de armazenamento da produção será montado um sistema integrado baseado na construção de três tipos de armazéns, sendo eles:

a) **armazém familiar** - guarda a produção de uma ou duas famílias em pequenos paióis, protegendo-a da chuva e do ataque de roedores e insetos; trata-se de uma armazenagem de curto prazo, às vezes menos de uma semana, feita praticamente sem tecnologia;

b) **armazém comunitário** - são de uso geral e diversificado; reúne não apenas a produção de diversas famílias até a formação de um volume suficiente para ser retirado pelo comprador (comerciante, associação, cooperativa), como também, recebe e guarda as mercadorias comercializadas pelas cantinas da associação.

c) **armazém de beneficiamento** - armazena os estoques antes da venda dos produtos finais ao mercado.

334. Os investimentos deste subcomponente priorizam os armazéns do produtor e comunitário, pois o de beneficiamento está contemplado nos investimentos industriais deste subprojeto.

335. Na construção dos armazéns do produtor, cabe ao beneficiado o fornecimento dos materiais básicos; somente os materiais complementares, ou de acesso restrito, serão fornecidos. Nos armazéns comunitários, pretende-se que a associação assuma as construções, repassando a operação deste armazéns para as comunidades beneficiadas.

336. Um elemento importante é a garantia de assistência técnica em todas as áreas. Tratando-se de uma atividade complexa e nova para todas as RESEX e considerando-se o porte dos investimentos na área de transportes e armazenamento, recomenda-se que as associações tenham uma assistência técnica de primeira linha. Assim, num horizonte de longo prazo terão de ser viabilizados recursos para a prestação de assistência técnica por um período mínimo de dois anos, findo os quais cada associação deverá estar preparada para assumir a administração das frotas e da infra-estrutura de transportes e armazenamento, bem como os serviços de manutenção. Ressalte-se, no entanto, que o presente subprojeto não prevê recursos para essa atividade, mesmo porque os investimentos previstos a curto prazo não permitirão suprir todas as necessidades de investimento.

337. Nas áreas de transportes e armazenamento são necessários investimentos diversificados abrangendo serviços, equipamentos, veículos e assistência técnica. A descrição, a seguir, resume as metas a serem atingidas a longo prazo, sendo somente que parte delas serão contempladas por este subcomponente.

7.1.3 Necessidades de Investimento nas Reservas Extrativistas

7.1.3.1 Reserva Extrativista do Alto Juruá

338. A questão do gerenciamento do sistema de transportes e armazenamento da produção e mercadorias assume caráter decisivo para implantação dos armazéns previstos neste Programa. Assim, o gerenciamento comunitário deverá garantir um avanço institucional significativo da associação antes da liberação dos recursos para a construção dos 10 armazéns previstos. Completando a rede de armazenagem, está prevista a construção de 175 armazéns familiares (paióis).

339. Os locais sugeridos para construção dos armazéns são as comunidades de São João do Areial, Caipora e Foz do Breu no rio Juruá, Flexeira no rio Amônia, Fortaleza e Restauração e uma comunidade, a ser definida no centro do rio Tejo.

7.1.3.2 Reserva Extrativista Chico Mendes

340. Os investimentos em transportes nesta RESEX seguem o perfil traçado anteriormente, ou seja, desobstrução dos canais, construção e recuperação de varadouros e ramais e aquisição de veículos, embarcações e equipamentos de manutenção. As estimativas baseiam-se nos dados preliminares disponíveis. A falta de dados definitivos impede, neste momento, o detalhamento da localização precisa dos investimentos em ramais e varadouros.

341. O transporte terrestre deve complementar o fluvial, e suas vias devem se desenvolver, o máximo possível, por terra firme, evitando os cursos d'água e trechos com declives acentuados. Como os dados cartográficos disponíveis são questionáveis, na fase de implantação do Programa haverá necessidade de uma reavaliação, incluindo consultas diretas à população local sobre os melhores traçados.

342. Não existem armazéns comunitários no interior da reserva, sendo a produção familiar estocada em paióis, próximos às casas. Está prevista a construção de 10 armazéns comunitários e 215 armazéns familiares (paióis). A construção destes armazéns segue a sistemática já mencionada para a RESEX Ouro Preto.

7.1.3.3 Reserva Extrativista do Rio Cajari

343. Nos afluentes do baixo e médio rio Cajari, principalmente, é necessária a desobstrução dos canais, envolvendo a remoção de troncos e galharias. Inicialmente este trabalho será intensivo, sendo depois realizadas atividades rotineiras para a conservação do canal de navegação. Nestes serviços serão utilizados equipamentos mecânicos e ferramentas manuais que equiparão as embarcações maiores.

344. No médio e alto rio Cajari, deverão ser recuperados os ramais e varadouros existentes e a abertura de novos. Estas vias serão integradas à BR-156 que cruza a reserva. Na recuperação dos ramais, recomendam-se correções nos traçados, revestimento da via para melhorar a tração em trechos com aclives acentuados e soluções específicas de drenagem, principal problema verificado na maior parte destes ramais. Nas baixadas, prevê-se a construção de aterros para transpor áreas inundáveis.

345. A recuperação/melhoramento atingirá, principalmente os ramais do Aningal, que liga o núcleo de Centro Novo à BR-156, o braço do ramal do Centro Novo, que passando pelos castanhais, liga o rio Cajari à floresta, o ramal da comunidade Sta. Clara, o ramal do Retiro, situado em região de floresta e que alcança a comunidade de Água Branca e o estratégico ramal da Boca do Braço. Este último ramal, além de atender as comunidades de Dona Maria, Boca do Braço e Marinho, permite a interligação dos sistemas de transporte fluvial e terrestre.

346. Para atender as comunidades de Boa Esperança, Marinho, Juruxi e Saudade, todas situadas em região de florestas, serão executados melhoramentos dos ramais existentes, com pequenas variantes, visando evitar declives acentuados e baixadas.

347. Recomenda-se a construção de seis armazéns comunitários nas seguintes comunidades: do Aningal (junto à travessia do Aningal), Centrinho, Centro Novo, Sororoca Alto Alegre-Retiro e Santarém; 120 armazéns familiares (paióis), completam a rede de armazenagem.

7.1.3.4 Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto

348. É necessária a desobstrução do rio Ouro Preto, envolvendo a remoção de troncos e galharias. Inicialmente este trabalho será intensivo, sendo depois realizadas atividades rotineiras para a conservação do canal de navegação. Nestes serviços serão utilizados equipamentos mecânicos e ferramentas manuais que equiparão as embarcações maiores.

349. Deverá ser construído um ramal a partir do último ramal do "Soldado da Borracha", próximo a Baía do Pompeu; este ramal deverá ir até a comunidade de Petrópolis, passando pela comunidade do Concórdio, ambas na margem direita do rio Ouro Preto. Um varadouro deverá ser aberto, ligando este ramal à colocação denominada Ouro Negro. Ao longo de toda a margem esquerda do rio Ouro Preto deverá ser construído um varadouro, interligando as comunidades de Nova Colônia e Toqueiros até um ponto próximo a Baía de Pompeu, onde transposto o rio, atinge-se o ramal que liga a reserva a Guajará-Mirim.

350. Em termos dos armazéns, estão previstos a construção de 30 armazéns familiares (paióis) e quatro armazéns comunitários. As comunidades de Toqueiros, Ouro Negro e Petrópolis são estratégicas para centralizar a produção, respectivamente do baixo, médio e alto rio Ouro Preto. Em terra firme, o armazém comunitário deverá ser construído na comunidade de Concórdio.

7.1.4 Necessidades a Curto Prazo

351. A urgência de se proceder a melhorias no sistema transporte/armazenamento, como forma de auxiliar a viabilização das reservas, torna recomendável selecionar algumas ações prioritárias, que possam ser desencadeadas de imediato.

352. Dessa forma, num quadro de insuficiência de recursos para implantação do sistema completo, este subcomponente irá considerar, em cada reserva, um conjunto de atividades destinadas a proporcionar benefícios, a curto prazo, embora com menor abrangência do que seria desejável.

353. Esse conjunto de atividades prioritárias será discutido com os representantes das comunidades, no início da implantação do Subprojeto RESEX e compreende, em linhas gerais, os seguintes pontos:

- a) limpeza manual de varadouros e ramais, conforme a prática atual, porém aumentando-se sua largura o suficiente para permitir a passagem de carroças, carros-de-bois ou tratores com carretas, para o transporte de produtos desde o local da coleta até os armazéns familiares e, destes, até os armazéns comunitários. A partir destes, o transporte para a usina ou armazém do comprador poderia ser feito por veículo (caminhão ou embarcação) alugado para esse fim, por curto período de tempo. Alternativamente, os próprios tratores e barcos da associação poderiam executar esses serviços, nas épocas de cheias;

- b) limpeza e desobstrução dos rios nos seus trechos mais críticos para a navegação.
- c) aquisição de animais para carga e tração, conforme as características da reserva e o costume local (equinos, asininos, bovinos, bubalinos);
- d) aquisição de embarcações de carga e voadeiras;
- e) aquisição de tratores com carretas.

354. Os ramais, varadouros e trechos de rios a serem melhorados serão definidos em conjunto com as associações, tendo em vista permitir o maior número possível de famílias beneficiadas.

355. Da mesma forma, as quantidades e tipos de veículos, equipamentos e animais serão objeto de discussão, nos primeiros meses de implementação do Subprojeto. Dessa mesma discussão e de forma integrada com o sistema de transporte, será consolidada a proposta detalhada e a localização das unidades de armazenamento a serem construídas.

356. Desde já, porém, podem ser adiantadas algumas características do sistema de armazenamento a ser implantado:

- a) terão basicamente dois tamanhos (pequena e média capacidades), conforme atendam a uma/duas famílias ou a uma comunidade;
- b) os armazéns comunitários serão construídos com madeira extraída e serrada no local, de forma a minimizar o custo de construção. As unidades de menor porte poderão usar outro tipo de material local, como paredes de caules abertos de palmeiras, cobertura de palha, estrutura de madeira roliça, etc.;

357. Esse conjunto de ações imediatas implica em uma exigência muito menor em termos de administração e manutenção, de modo que a necessidade de assistência técnica também será bastante reduzida.

7.2 Comunicação

358. Com assistência técnica e recursos financeiros de projetos nacionais e internacionais, a população das reservas extrativistas se transforma em alvo de propostas de educação, saúde, transporte e comercialização que demandam novas alternativas de comunicação em dois planos: da reserva com a sociedade mais ampla e entre os moradores das RESEX.

359. Em termos mais gerais, a promoção do desenvolvimento sustentável das populações extrativistas necessita de uma base sólida e contínua de fluxo de informações. O deslocamento de lideranças e de técnicos, a difusão de informação atualizada sobre mercado, preços e transporte nas etapas de produção compõem o novo cenário das comunidades extrativistas. A própria implantação do subprojeto RESEX exige um sistema de comunicação, tanto na fase de levantamento de dados para o projeto quanto no gerenciamento. A fiscalização do uso dos recursos naturais, ações de planejamento e controle, melhoria de qualidade de vida das comunidades não se viabilizam sem tal sistema.

360. O fortalecimento político dos sindicatos, cooperativas e associações pressupõe um acompanhamento mais ágil das decisões do governo e do Congresso Nacional, que

subsidiar ações para pressionar por alterações na política econômica. Alternativas à extração do látex e à coleta da castanha e novas formas de produção mais cooperativas são sugeridas em projetos financiados por organismos nacionais e internacionais e entidades ambientalistas. As comunidades passam a sentir, portanto, cada vez mais as necessidades de comunicação e intercâmbio de experiências.

361. As comunidades das reservas, na medida em que se fortalecem, passam a exigir instrumentos para se comunicar entre si. Mas as características geográficas específicas da região, onde rádios e barcos são os meios de comunicação possíveis entre as longas distâncias, impõem formas alternativas ou, pelo menos, mais eficientes de comunicação que, respeitando os valores das populações envolvidas, cumpram esses objetivos.

362. Separadas por quilômetros de mata, utilizando como meio de transporte as vias hidrográficas, essas populações recebem informação externa basicamente através da Rádio Nacional da Amazônia e de emissoras locais, quando há disponibilidade de rádio e de pilhas. Inexiste o serviço dos Correios. As sedes das associações e cooperativas, que surgiram na última década, são os únicos espaços de convivência e fonte irregular de comunicação entre as lideranças seringueiras e as comunidades.

363. É preciso desenvolver formas que facilitem a comunicação dentro das reservas, entre as reservas, entre sua população e outras áreas do país e até do exterior, tendo como princípio o respeito e a integração destas formas à cultura das comunidades extrativistas. Neste sentido, dada a importância da comunicação oral na cultura local, cabe estimulá-la e ampliar os meios para a sua realização. Em termos da proteção ambiental, a existência de um sistema ágil de comunicações poderá ser decisivo e se valerá de uma população residente na área e com conhecimento profundo sobre os processos em curso.

364. A possibilidade de contar com sistemas de saúde, de comércio e de beneficiamento de matéria-prima, supõe a troca de informações entre as reservas já existentes, e no futuro, entre as outras comunidades organizadas. Atualmente essa comunicação é possível basicamente através de barcos. Cabe discutir a viabilidade de utilização de novas tecnologias adaptadas às características da Amazônia. A energia solar poderia ser uma das alternativas para baratear o custo de transmissão de informações. Já existem telefones rurais com essas características. O rádio, utilizado por algumas entidades, parece ser a solução mais adequada, mas é preciso pensar em manutenção, gasto de energia, critérios de utilização, rotinas, e até mesmo na sistematização das informações para permitir o melhor aproveitamento do sistema.

365. No plano interno das reservas, um desafio é ampliar e garantir uma comunicação regular entre as famílias. As distâncias, a dispersão das moradias, as adversidades naturais e a falta de espaços comuns dificultam, ou mesmo impedem, um avanço nesta área. Levando em conta as características da região e os objetivos e diretrizes do Projeto RESEX, parece lógico e recomendável que as intervenções na área de comunicação converjam e interajam de forma crescente com as ações nos campos da educação e dos transportes.

366. Na fase de pré-investimento, havia sido prevista uma atividade para identificar as necessidades de sistemas de comunicação em cada reserva e definir um plano de divulgação de informações sociais, econômicas e ambientais das RESEX, tanto para o público interno (população da própria reserva) quanto o externo. Essa atividade não pôde ser executada na fase prevista e será desenvolvida no início da implantação do subprojeto.

367. Os aspectos a serem levantados incluem: experiências de comunicação em ambientes similares ao das reservas; análise de projetos alternativos de difusão de informações através de profissionais e entidades que atuam em regiões de difícil acesso (Exército, Embratel, Rádio Nacional da Amazônia, ONGs); necessidades básicas e formas de comunicação existentes na comunidade e expectativas da população em relação a esta área. Ao mesmo tempo, serão adquiridos e testados equipamentos já identificados como de possível adequação às características das reservas: rádios receptores de baixo custo que utilizam a energia solar e transmissores-receptores também alimentados por esse tipo de fonte.

368. Os transmissores-receptores serão instalados em locais estratégicos para cobrir toda a área de cada reserva, coincidindo, na maioria das vezes, com as localidades onde existem ou serão instalados postos de saúde, escolas e cantinas. Os aparelhos receptores serão distribuídos a um certo número de famílias para teste, de modo que possa ser avaliada com segurança sua durabilidade nas condições locais. Comprovando-se sua adequação, passariam então a ser comercializados pela associação/cooperativa. Dependendo dos resultados dos estudos a serem executados, novas formas e sistemas de comunicação serão apoiadas pelo subprojeto.

7.3 Educação

369. Num contexto histórico onde as relações sócio-econômicas eram até há pouco profundamente desiguais e hierarquizadas, a educação, de forma geral, recebeu pouca ou nenhuma atenção

370. Nas quatro RESEX, entre 70% e 80% dos indivíduos com sete anos ou mais são analfabetos e entre a população infanto-juvenil (7 a 14 anos) este percentual chega, em alguns casos, a superar os 95%; menos de 45% desta população infanto-juvenil freqüentam a escola. Estes dados mostram o baixo nível educacional, abaixo dos encontrados para os municípios onde as RESEX se localizam, indicando não apenas o limitado acesso à escola, mas um retardamento no ingresso, ou seja, as crianças não entram na escola com sete anos.

371. Baseado em dados preliminares dos levantamentos sócio-econômicos, estima-se que a população em idade escolar (7 a 14 anos) é de aproximadamente 6.165 indivíduos, assim distribuída:

Alto Juruá	1.573
Ouro Preto	207
Chico Mendes	3.428
Rio Cajari	957

372. Com exceção da RESEX Chico Mendes, onde há uma ONG (Centro dos Trabalhadores da Amazônia, CTA) atuando no município de Xapuri, nas demais RESEX o sistema escolar está sob responsabilidade apenas do poder público, com predomínio do poder municipal. O diagnóstico da escola pública revela que a sua inserção na vida das comunidades é inexpressiva, materializada no pequeno número de escolas, na pequena qualificação dos professores, nos currículos inadequados e na falta de equipamentos e materiais.

373. De forma geral, as escolas são em número insuficiente e estão em situação precária. Em termos das instalações, diversas delas não possuem prédio próprio ou estão

subdimensionadas para a clientela potencial; são precariamente equipadas, faltando elementos básicos tais como carteiras, lousas, filtro e instalações sanitárias. A merenda e o material escolar são escassos; não há livros didáticos e de leitura para os alunos e, em alguns casos, nem mesmo para os professores. O funcionamento das escolas é irregular devido ao absenteísmo de alunos e professores, em grande parte decorrente das distâncias, das dificuldades de transporte, de surtos de doenças infecto-contagiosas (gripe, hepatite, sarampo, malária) e do trabalho agro-extrativista.

374. A maioria dos professores são jovens, inexperientes, com uma formação que raramente supera a quarta série, e sem uma orientação e um acompanhamento adequados. Muitos deles são professores leigos e são poucos os que passaram por cursos de capacitação e reciclagem. O exercício das atividades de professor é valorizado socialmente e, na prática, representa a complementação da renda familiar.

375. Considerando que o analfabetismo atinge a população de forma generalizada, a reversão deste quadro só seria possível com um investimento decisivo em "programas educativos dirigidos a todas as faixas etárias, enfatizando o ingresso na escola a partir dos sete anos, assegurando condições de que as crianças e jovens conciliem trabalho e escola, bem como oferecendo oportunidades de escolarização aos adultos".⁷

376. Os programas educacionais a serem propostos devem enquadrar-se em um projeto maior, que vise a estruturação, capacitação e auto-determinação das comunidades das RESEX. Assim, não podem ser vistos nem implementados de forma isolada e estanque aos demais componentes. Pelo contrário, eles devem ser considerados como parte constitutiva de um projeto educativo maior, vinculando a educação com a experiência cotidiana das comunidades, bem como unificando os procedimentos pedagógicos e o desenvolvimento social, econômico e político.⁸

377. A criação das RESEX, das associações e das cooperativas representa novas perspectivas em termos de mudanças das atuais condições de vida. Mais do que isto, a constituição de bases mais participativas e independentes das tradicionais amarras mercantis e clientelísticas, exige e ao mesmo tempo caminhará para um crescente envolvimento de suas populações com a sociedade brasileira. A estruturação interna das RESEX, como a interação de suas comunidades com outras instâncias e esferas, exige uma qualificação dos seringueiros em diferentes níveis. Espera-se que estas populações desenvolvam formas de gestão democrática de suas associações, implementem e desenvolvam novas práticas de conservação de recursos naturais, assumam controle crescente e decisivo da produção e da comercialização, diversifiquem a pauta de produtos explorados, inclusive através da introdução de tecnologias compatíveis com a conservação dos recursos naturais que permitam maior retorno econômico e que melhorem as atuais condições de saúde, nutrição, educação e habitação.

378. Este novo quadro representa intervenções significativas em termos das RESEX e exige uma qualificação que vai muito além da escolarização básica formal. São necessários cursos de organização comunitária, formação de lideranças, capacitação gerencial e contábil,

⁷ CEDI. 1992. Elementos para um diagnóstico educacional da Reserva Extrativista de Alto Juruá. São Paulo, CEDI/Programa de Educação e Escolarização Popular, manuscrito.

⁸ CTA. 1993. Pressupostos e Diretrizes para a Implementação das Ações de Educação e Saúde. Rio Branco, CTA, manuscrito. (versão preliminar).

treinamentos específicos em processos produtivos e extrativistas, etc, enfim, uma atuação em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, para se completar, esta qualificação tem como premissa um conhecimento prévio e básico da leitura, escrita e operações matemáticas.

379. A leitura e a escrita não fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas, ainda que valorizadas e tidas como atributos definidores de status e posição social. A fala e as mensagens radiofônicas são os principais meios de comunicação. Mesmo os que sabem ler e escrever utilizam-nos minimamente, sendo que a leitura e a escrita são consideradas algo externo ao universo das representações da população.

380. A educação formal dos filhos é valorizada pelos pais, sendo vista como potencial propiciador de uma mudança de vida por meio da migração e da integração em outros contextos com maiores oportunidades; a educação não é vista como instrumento para melhoria e/ou mudança da qualidade de vida cotidiana. Daí, resulta a inexistência de uma demanda explícita por educação de adultos, embora o analfabetismo entre estes seja elevado.

381. Dentro deste quadro, o desafio que se impõe é desenvolver um sistema educacional com perspectivas concretas de continuidade após o término da fase de investimentos do Programa Piloto. A ampliação da escolarização básica é vista como condição prévia e necessária para a qualificação política e técnica das populações locais. Ao mesmo tempo, resgatar o papel da escola e atribuir-lhe uma nova dimensão na vida cultural das RESEX é uma forma de preservar a cultura local e difundir valores intrínsecos à proposta de desenvolvimento sustentável.

382. Dada a falta, quase que completa, de recursos humanos especializados locais, haverá a necessidade de se contar com profissionais de fora para, pelo menos no início, coordenar o projeto e montar uma equipe mínima. Entretanto, esta participação externa é transitória e, portanto, desde o início, deve-se priorizar o aproveitamento de profissionais do setor da educação residentes na região, como também, incorporar e capacitar os recursos humanos locais. Estas medidas são apropriadas não apenas em termos da racionalização dos investimentos previstos, como também de garantir a continuidade do programa.

383. O planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das atividades na área educacional devem envolver, obrigatoriamente, a comunidade, por meio dos seus membros e representantes, e o poder público, através dos órgãos competentes. Deve-se priorizar a esfera municipal como principal interlocutor. Espera-se que desde o início o poder público assuma responsabilidades nesta área, e que sua participação seja crescente ao longo do processo. Em alguns estados já se iniciaram os entendimentos com os órgãos competentes.

384. Um elemento-chave no processo educativo é o professor. Levando em conta o despreparo generalizado, o pequeno acompanhamento de supervisão e o isolamento em que vivem, é preciso dedicar particular atenção à sua capacitação. Esta capacitação deve incluir cursos de reciclagem para o aprimoramento do professor em termos substantivos e de técnicas pedagógicas. Aliado a isto, condições concretas devem ser dadas para a realização de uma sistemática e bem estruturada supervisão.

385. Dada a necessidade de investimentos em várias frentes, o programa educacional deverá priorizar algumas linhas, garantindo o contínuo fortalecimento e avaliação das atividades em curso, bem como a ampliação das áreas, em termos substantivos e geográficos, de ação.

386. Ainda que se dê uma maior atenção às primeiras séries, deverá se buscar a ampliação da oferta de educação até a oitava série, permitindo a conclusão do primeiro grau na área das RESEX. O programa de alfabetização de adultos deverá, preferencialmente, ser integrado ao programa mais amplo de capacitação de recursos humanos locais. Para todos os níveis, a longo prazo, deverão ser definidos currículos adaptados à realidade regional, através da redefinição dos conteúdos programáticos, das atividades desenvolvidas, do material didático e do calendário escolar adotado.

387. Em termos do conteúdo programático e das atividades a serem desenvolvidas, deve-se buscar um enfoque mais profissionalizante, estimulando e dando condições concretas para a permanência da população jovem na área das RESEX. Isto seria, predominantemente, nas séries mais avançadas. Já existem discussões e propostas das associações nesta linha, havendo sugestão da criação de escolas com semi-internato e da escola-família extrativista. A tônica desta profissionalização seria em ocupações com capacidade de elevação da renda, agregação de valor aos produtos extraídos nas RESEX, prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos nas RESEX (mecânica, eletricidade, etc), bem como a recuperação, a redefinição e a difusão de uma cultura extrativista e conservacionista (manejo agro-florestal, atividades não predatórias de pesca e caça).

388. Um passo intermediário para a criação destas escolas profissionalizantes é o fomento, de acordo com a demanda, de cursos rápidos versando sobre diferentes tópicos. Dado o baixo custo destes treinamentos, eles poderiam ser iniciados de imediato, permitiriam a difusão destas técnicas e contribuiriam para a formação de monitores para aproveitamento futuro.

389. Quanto ao material didático, prevê-se a elaboração e a distribuição de material, principalmente cartilhas e livros de exercícios, que valorizem e recuperem os valores regionais e a forte ligação destas populações com a natureza. Como forma de integrar as atividades da área de saúde com a escola, temas relacionados à saúde e saneamento deverão ser abordados e incluídos nos materiais didáticos e de leitura. Já existe material deste tipo sendo utilizado na alfabetização de crianças e adultos em diferentes regiões do país, inclusive na Amazônia. Seria importante valer-se destas experiências.

390. As crianças desde cedo envolvem-se no processo produtivo, e isso tem redundado numa frequência irregular e descontinuidade das atividades da escola. Assim, o calendário escolar deverá levar em conta a sazonalidade do ciclo agrícola e a dinâmica das atividades extrativistas, permitindo a compatibilização das atividades produtivas com o estudo. Isto é válido também para o programa de alfabetização de adultos, acrescido da necessidade de realizar-se preferencialmente nos fins de semana.

391. Em termos da estrutura física, dada a situação precária das atuais escolas e o seu número limitado deve-se destinar os recursos atendendo duas linhas de ação: solucionar os problemas emergenciais das escolas existentes e construir novas escolas. Estas edificações deverão estar integradas ao meio físico-social, isto é, o processo construtivo, bem como os materiais e equipamentos utilizados serão simples, de baixo custo e de fácil manutenção; o suprimento da mão-de-obra básica será feito por mutirão.

392. A adoção do sistema de mutirão e de processos construtivos simples e adaptados às condições locais baseia-se em experiências anteriores nas próprias RESEX. As edificações feitas por empresas de construção não se revelaram uma solução adequada. A qualidade ficou aquém do esperado e o elevado custo levou, muitas vezes, à paralisação das obras ou mesmo o seu abandono antes da conclusão. A execução de obras pela

comunidade, em sistema de mutirão, mostrou-se mais viável, pois a qualidade é superior e os custos são menores.

393. Aliado a estas vantagens, a conservação das edificações erguidas com o mutirão é maior; as comunidades consideram-nas parte de seu patrimônio e não pertencentes aos órgãos públicos. Do ponto de vista da organização e estruturação das RESEX, há benefícios adicionais. Entre estes, destacam-se: organização da população a ser aproveitada nas mais diferentes atividades, abertura de espaços para o surgimento de novas lideranças e difusão de conhecimentos técnicos detidos por um número restrito de "mestres" das próprias RESEX permitindo a qualificação de outras pessoas.

394. Os projetos arquitetônicos levarão em consideração as condições climáticas locais, propondo soluções adequadas. Serão utilizados materiais facilmente encontrados nos arredores, tais como a madeira e a palha, barateando os custos e facilitando a manutenção futura. Materiais não encontrados no local só serão utilizados quando imprescindíveis.

7.4 Saúde

395. Assim como na área educacional, o contexto histórico que marcou a ocupação e a exploração das áreas abrangidas pelas RESEX explica a pequena intervenção no campo da saúde. A inclusão deste componente entre as áreas de atuação das associações é parte importante do processo de estruturação das RESEX, como também contribuirá decisivamente para a melhoria das atuais condições de vida das populações envolvidas.

396. A rápida e intensa dinâmica de transformação do ambiente, bem como os movimentos migratórios, contribuíram para o agravamento das condições de saúde das populações tradicionais da Amazônia. Por outro lado, sendo as RESEX áreas de conservação com uma população estável, muitos dos problemas de saúde e saneamento hoje encontrados são passíveis de minimização/controle com a implementação de ações integradas. Dado o generalizado abandono destas populações e a inexistência de uma rede de atendimento no campo da saúde, ações emergenciais deverão ser adotadas.

397. Na área da saúde, a presença dos órgãos públicos competentes é fraca ou inexistente. A Fundação Nacional de Saúde trabalha no controle de endemias. Apenas na RESEX do Rio Cajari há postos de saúde e agentes ou técnicos pagos por órgãos públicos; estes postos, além de insuficientes, não são adequadamente equipados ou supridos. Na RESEX Ouro Preto há postos recentemente construídos, mas que ainda não integram a rede pública. Nas duas RESEX no estado do Acre, Alto Juruá e Chico Mendes, a atenção à saúde é feita por duas ONGs, respectivamente, Saúde sem Limites e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA).

398. Baseado em dados preliminares dos levantamentos sócio-econômicos, estima-se que a população a ser atendida corresponde a aproximadamente 22.252 indivíduos, assim distribuída:

Alto Juruá	5.821
Ouro Preto	775
Chico Mendes	12.017
Rio Cajari	3.639

399. A limitadíssima atuação no campo da saúde impede, inclusive, que se tenha um quadro epidemiológico consubstanciado e suficientemente detalhado das populações residentes nas RESEX. O levantamento do quadro epidemiológico atual, bem como a implantação de um sistema de atualização através de indicadores apropriados, é uma tarefa urgente e deverá ser uma das primeiras atividades do programa nesta área. Este sistema não é apenas prioritário para subsidiar os profissionais e agentes diretamente envolvidos, como também para informar e pressionar as autoridades competentes para um decisivo e crescente envolvimento nas RESEX.

400. Levantamentos de saúde na RESEX do Alto Juruá revelam a presença de doenças potencialmente letais como malária, tuberculose e hepatite e as imunizáveis como tétano e sarampo. De igual modo, verminose, diarreia, problemas de pele, complicações respiratórias e problemas dentários são casos cotidianos. Há muitos casos de hanseníase e leishmaniose; picadas de cobra, aparentemente, são comuns. Dados de mortalidade de uma amostra de 100 famílias (1990), chamam a atenção pelo elevado peso das mortes ligadas à gestação/parto, tais como natimortos, tétano neo-natal e complicações da gravidez/parto.⁹

401. A alimentação do seringueiro está longe de ser rica, nutritiva e variada. A farinha é o principal produto, mas considera-se o "rancho mesmo", a comida de verdade, somente a caça ou o peixe. Grande parte das famílias tem um roçado, cujas culturas principais são a mandioca, a macaxeira, o arroz, o milho e o feijão. Alguns outros produtos, como a batata-doce, cará, banana, melancia, cana e mamão, são plantados em pequena quantidade. Em geral, este roçado não é suficiente para o abastecimento da família durante todo o ano. Os pomares são bastante difundidos, mas pouco diversificados, e o plantio e o consumo de verduras e hortaliças é muito raro.

402. As pessoas referem-se à decrescente presença da caça e piscosidade dos rios e à conseqüente queda no consumo de proteína animal. Os pequenos animais domésticos tais como galinha e porco constituem fontes alternativas, mas são considerados de ordem inferior na cultura local.

403. As condições sanitárias são muito precárias. Pouquíssimas famílias têm privada ou fossa negra. Os porcos, galinhas e outros pequenos animais na maioria das vezes são criados soltos, representando um agravamento adicional das já precárias condições sanitárias. A água para o uso doméstico é retirada dos cursos naturais, sendo raras as famílias que tem poço, fervem-na ou possuem filtro de barro (talha).

404. Considerando o estado atual, as atividades na área de saúde deverão ser abrangentes deverão priorizar ações básicas. Estas ações buscarão elevar o nível de saúde das populações através de um enfoque fortemente preventivo, acoplado a um atendimento curativo básico. O estabelecimento do cronograma e plano de ação deverá contemplar o contínuo fortalecimento das atividades em curso, bem como a ampliação das áreas, em termos substantivos e geográficos, de atuação.

405. Assim como o programa de educação, o de saúde deverá enquadrar-se no projeto maior de estruturação das RESEX, vinculando-se à experiência cotidiana das comunidades e ao desenvolvimento social, econômico e político como um todo. Dois elementos relevantes

⁹ CPI-AC 1990. Dados sobre a Reserva Extrativista do Alto Juruá para o projeto de saúde. Rio Branco, CPI-AC/Trabalho preparado para Saúde Sem Limites (HU), manuscrito; e Lewis, Elizabeth 1993. A review of the Health Unlimited project in western Acre, Brazil. London, manuscrito.

a serem considerados no estabelecimento das ações de saúde que, em alguns casos, implicarão na redefinição de hábitos arraigados e na introdução de novas práticas, são ter como ponto de partida a cultura local e contar com o envolvimento decisivo das comunidades.

406. Dada a falta, quase que completa, de recursos humanos especializados locais haverá a necessidade de se contar com profissionais de fora, pelo menos no início. Entretanto, esta participação externa é transitória e, portanto, desde o início, deve-se priorizar o aproveitamento de residentes na região, como também, incorporar e capacitar os recursos humanos locais. Estas medidas são apropriadas não apenas em termos da racionalização dos investimentos previstos, como também de garantir a continuidade do programa e a constituição de uma gestão autônoma.

407. O planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das atividades na área de saúde devem envolver, obrigatoriamente, a comunidade, por meio dos seus membros e representantes, e o poder público, através dos órgãos competentes. Espera-se que desde o início o poder público seja integrado, e que sua participação seja crescente ao longo do processo. Em alguns estados já se iniciaram os entendimentos com os órgãos competentes.

408. Um elemento-chave neste processo é o agente de saúde. No contexto atual, agravado pelo isolamento em que vivem estas populações com acesso quase nulo a outras fontes de informação, é preciso dedicar particular atenção à capacitação destes agentes. Esta capacitação deve incluir não apenas cursos de formação inicial e reciclagem posterior para o aprimoramento em termos substantivos e técnicos; deve-se criar um espaço para intercâmbio, discussão, avaliação e redirecionamento do programa, contando com a participação dos agentes e dos supervisores. Aliado a isto, condições concretas devem ser dadas para a realização de uma sistemática e bem estruturada supervisão.

409. Ampliando a informação de assuntos e temas relevantes à saúde e irradiando a ação diretamente exercida pelos agentes, materiais educativos, elaborados em conjunto com as comunidades, deverão ser distribuídos e campanhas específicas poderão ser organizadas. Estas atividades integram-se à atuação da escola, por exemplo, ao ampliarem o uso da leitura.

410. No caso das campanhas, um programa de vacinação periódica merecerá redobrada atenção, como forma de controlar endemias e baixar a morbi-mortalidade infantil. Maximizando os recursos disponíveis e ampliando a cobertura, estas campanhas deverão contar com a participação da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e dos órgãos de saúde municipais/estaduais. Na medida que estas campanhas constituem um dos raros momentos para a cobertura completa da área e acesso à dispersa população das RESEX, sistemas de avaliação e monitoramento das condições de saúde deverão ser acoplados a elas. Isto representará uma racionalização de custos e a potencialização das atividades.

411. Estas campanhas, assim como todas as demais atividades previstas, deverão ser compatíveis com a sazonalidade das chuvas e das explorações agrícola e extrativista.

412. Em termos das melhorias sanitárias, a prioridade será a sensibilização e a conscientização da população para a importância da questão, com a ampliação do número de casas com fossas negras e filtros de barro (talha).

413. Os indícios de problemas sérios quanto à saúde da mulher recomendam um cuidado especial nesta área. Além de atender uma necessidade concreta, a maior atenção à mulher

poderá ser um importante instrumento de melhoria das condições de saúde da família como um todo. Ao lado das orientações específicas sobre saúde reprodutiva, a disseminação de conhecimentos gerais poderá contribuir no controle de doenças, na adoção sistemática de cuidados e práticas preventivas e na introdução de uma dieta alimentar mais saudável.

414. Quanto à nutrição, a ênfase recairá na reeducação alimentar, de adultos e crianças, associada a programas que ampliem a oferta de produtos alimentares de melhor qualidade e baixo custo. Através de cursos rápidos e do acompanhamento sistemático dos agentes de saúde, conhecimentos sobre as propriedades dos alimentos, sua combinação balanceada, tecnologias de conservação e aproveitamento de subprodutos não convencionais mas de grande conteúdo protéico/energético, deverão ser difundidos e gradativamente incorporados ao cotidiano das famílias.

415. Entre as atividades para ampliar a oferta de produtos, destacam-se o plantio de hortas, a ampliação dos pomares e a implantação da piscicultura. Já existem experiências bem sucedidas, na RESEX Chico Mendes, de criação de peixes em pequenos açudes e reentrâncias naturais dos igarapés, que deverão ser estendidas às demais RESEX.

416. Incentivo especial será dado ao uso de plantas medicinais que constituem parte importante da cultura regional. Esta é uma forma de resgatar um conhecimento que vem se perdendo nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, constitui alternativa no tratamento de problemas de saúde e complementação/substituição de medicamentos alopáticos, em geral caros e escassos. O plantio de ervas medicinais e outros remédios caseiros nos quintais, bem como a coleta na mata, poderão levar à sua incorporação aos tratamentos de saúde.

417. Em termos de infra-estrutura, há necessidade de ampliação da atual rede em todas as RESEX, assim como equipar os poucos postos que hoje existem. Quanto à construção destes postos, eles deverão estar integrados ao meio físico-social, como anteriormente descrito na parte sobre educação. Dada a dificuldade enfrentada por alguns postos de saúde em manter um estoque mínimo de medicamentos e outros materiais básicos, é importante o aporte de recursos para este fim, até que se consiga, efetivamente, transferir esta responsabilidade para os órgãos públicos competentes.

418. Considerando o isolamento das RESEX em relação aos núcleos urbanos e a relativa dispersão das famílias nos seus limites, prevê-se que recursos sejam alocados para a implantação de meios de transporte para locomoção de doentes e acesso rápido a locais com maiores recursos. Estes meios de transporte poderão facilmente valer-se, parcialmente, da estrutura de transportes dimensionada para o setor produtivo.

7.5 Metas do Componente E

419. Durante a período de investimentos, os recursos aplicados deverão permitir a obtenção dos seguintes resultados:

7.5.1 Transporte e Armazenagem

a) construção de armazéns familiares, utilizando material rústico disponível no local e mão-de-obra dos próprios moradores;

b) construção de armazéns comunitários em locais selecionados, com o uso de tecnologias simples e baratas - madeira tirada e serrada no local, estruturas de madeira roliça, uso do mutirão;

- c) limpeza manual de varadouros e ramais, apenas o necessário para permitir a passagem de carroças, animais de carga e tratores com carretas;
- d) limpeza e desobstrução de rios nos seus trechos mais críticos, conforme a importância da navegação para certas áreas das reservas;
- e) aquisição de animais de carga e tração, para uso dos moradores mais distantes das vias principais de acesso (ramais, varadouros ou cursos d'água);
- f) aquisição de embarcações de carga de pequeno porte;
- g) aquisição de tratores com carretas e implementos.

7.5.2 Educação

- a) envolvimento da comunidade, por meio de seus representantes, e do poder público, através dos órgãos públicos competentes, no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades a serem desenvolvidas na área educacional;
- b) ampliação da escolarização básica, como condição prévia e necessária para a qualificação política e técnica das populações locais. Resgate do papel da escola e atribuição de uma nova dimensão na vida cultural das RESEX, como forma de preservar a cultura local e difundir valores intrínsecos à proposta de desenvolvimento sustentável;
- c) criação e implantação de programas educativos enfatizando o ingresso na escola a partir dos sete anos, assegurando condições de que as crianças e jovens conciliem trabalho e escola;
- d) capacitação de recursos humanos locais desde o início do Programa, com a assessoria do MPES/CIR para que eles progressivamente assumam a gestão das atividades e garantam a continuidade das ações em curso; atenção será dada à reciclagem dos professores e formação de novos;
- e) incorporação e integração da alfabetização de adultos no programa mais amplo de capacitação e formação de lideranças;
- f) busca da definição de currículos adaptados à realidade regional, através da redefinição dos conteúdos programáticos, das atividades desenvolvidas, do material didático e do calendário escolar adotado;
- g) busca de um enfoque e desenvolvimento de atividades mais profissionalizantes, inicialmente através da realização de cursos rápidos em tópicos de configurada demanda/necessidade;
- h) elaboração e adoção de material didático e de leitura, que valorizem e recuperem os valores regionais e a forte ligação destas populações com a natureza;
- i) recuperação, através de ações emergenciais, dos prédios escolares e ampliação da atual estrutura física com a construção de novas escolas.

7.5.3 Saúde

a) envolvimento da comunidade, por meio de de seus representantes, e do poder público, através dos órgãos públicos competentes, no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades a serem desenvolvidas na área educacional;

b) integração do programa de saúde no projeto maior de estruturação das RESEX, vinculando-o à experiência cotidiana das comunidades e ao seu desenvolvimento social, econômico e político como um todo.

c) melhoria do nível de saúde das populações através de um enfoque fortemente preventivo, acoplado a um atendimento curativo básico; estabelecimento do cronograma e plano de ação permitindo o contínuo fortalecimento das atividades em curso;

d) capacitação de recursos humanos locais desde o início do Programa, para que eles progressivamente assumam a gestão das atividades e garantam a continuidade das ações em curso; atenção será dada à formação de novos agentes de saúde;

e) distribuição de material educativo e realização de campanhas específicas para ampliação do conhecimento sobre assuntos e temas relevantes à saúde;

f) implantação de um programa de vacinação periódica como forma de controlar endemias e baixar a morbi-mortalidade; incorporação de um sistema de avaliação e monitoramento das condições de saúde às campanhas de vacinação;

g) melhoria das condições sanitárias, através do incentivo à abertura de fossas e no uso de filtro para água;

h) reeducação alimentar, de adultos e crianças, associada a implantação de programas que ampliem a oferta de produtos alimentares de qualidade e baixo custo.

i) dar incentivo ao uso de plantas medicinais, como forma de resgatar um conhecimento que vem se perdendo nas últimas décadas e de ampliar uma alternativa no tratamento de problemas de saúde e complementação/substituição de medicamentos alopáticos, em geral caros e escassos;

j) ampliação da atual rede de postos de saúde em todas as RESEX, assim como equipamento dos poucos postos que hoje existem; implantação de meios de transporte para locomoção de doentes e acesso rápido a locais com maiores recursos, valendo-se da estrutura de transportes dimensionada para o setor produtivo.

8. Componente F: POLÍTICAS PÚBLICAS

420. As iniciativas e medidas concretas para a estruturação e consolidação das RESEX, propostas neste subprojeto, passam necessariamente pelo planejamento estratégico de ações e a sua inserção num quadro mais amplo que o local, atingindo as esferas regional e nacional.

421. Como já mencionado, o objetivo mais amplo do Programa Piloto nas RESEX é desenvolver metodologias, assim como propor e executar ações que contribuam para uma melhor conceituação e operacionalização de um modelo de desenvolvimento sustentável, entendido de forma ampla, a ser proposto e adotado nas áreas de conservação no País. Entende-se que este é um objetivo bastante ambicioso, mas factível, e que um projeto com três anos de duração não equacionará todas as questões. Portanto, há que se criar mecanismos e implementar ações que garantam a continuidade do programa.

422. Sendo as RESEX uma experiência nova, diversas questões permanecem em aberto e outras tantas deverão surgir ao longo do processo de sua estruturação. Estas questões terão de ser aprofundadas e equacionadas no transcurso do projeto, caminhando-se para a consolidação das RESEX. No campo das políticas públicas, uma das questões candentes diz respeito aos entraves administrativos e aos fatores limitantes na área jurídica.

423. No presente momento, há uma série de questões quanto à incorporação e conformação da proposta de RESEX à atual legislação ambiental e fundiária do País. Por um lado, isto se deve à originalidade da proposta em si; por outro, revela a complexidade do sistema jurídico brasileiro. Assim como em outros países, a legislação ambiental brasileira é nova e está num processo bastante dinâmico de estruturação. Diversas propostas isoladas vêm sendo integradas a um corpo mais sólido e muitos projetos de legislação tramitam em diferentes esferas. Ao lado disso, dada a amplitude da questão sócio-ambiental, legislações de outras áreas, que não especificamente a ambiental, têm uma interferência direta sobre a conservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.

424. Atualmente, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional diversos projetos de lei na área ambiental. Configura-se portanto um quadro bastante dinâmico, no qual estão em pauta diversos temas diretamente relacionados às RESEX, e outros tantos que poderão valer-se da experiência das RESEX para o seu aprimoramento. Um exemplo concreto é a formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), atualmente em discussão no Congresso. Como o próprio nome sugere, esse sistema estabelecerá as diretrizes que definirão a criação, utilização e monitoramento dessas unidades no País, como também a sua integração com as demais unidades e outros sistemas a serem criados sob responsabilidade dos órgãos ambientais brasileiros.

425. O projeto de lei encontra-se no Congresso Nacional desde 1988, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e seu relator ainda recolhe contribuições para o aprimoramento da versão encaminhada pelo Executivo, num complexo processo de consulta às partes interessadas, principalmente entre as instituições e organizações ambientalistas, que tomará ainda um tempo significativo. Há, portanto, uma excelente oportunidade de se aperfeiçoar o projeto de lei, incorporando-se mecanismos que esclareçam ou melhor explicitem alguns dos passos que hoje se tem dificuldade em observar.

426. Além disso, outro projeto de lei foi recentemente apresentado no Senado Federal. O referido projeto de lei instiui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas PRO-RESEX, voltado ao estímulo da implantação e implementação das RESEX inclusive com a

criação de um fundo específico para o desenvolvimento das RESEX. Tal fundo, na concepção do projeto de lei, teria o CNPT como responsável pela execução do Programa de Implantação das Reservas Extrativistas.

427. É de se esperar que um número expressivo de emendas e substitutivos venham a ser apresentados ao projeto de lei em questão, a exemplo do que vem acontecendo com aquele que institui o SNUC. Tais contribuições podem ser decisivas tanto para o aperfeiçoamento dos referidos projetos de lei, no sentido do apoio às RESEX quanto para sua inviabilização, enquanto instrumentos legais.

428. Assim, é necessário investimento em estudos que configurem claramente este quadro em toda a sua complexidade, identificando oportunidades, entraves, melhores formas de encaminhamento e articulando a ação de aliados nas esferas federal, estadual e municipal. Nesse sentido, será necessário contar com o apoio de instituições e organizações que, de maneira tradicional, apóiam os movimentos sociais e de defesa ambiental no âmbito do Legislativo. Tais organizações têm sido, ao longo do aperfeiçoamento do processo legislativo brasileiro, essenciais na conquista de posições mais progressistas no quadro legal, agindo junto a um grupo expressivo de parlamentares e exercendo papel de significativa influência.

429. Concomitantemente, esses estudos caminharão para a proposição de procedimentos no sentido de aperfeiçoar a atual legislação e consolidar um conjunto de leis que melhor reflitam as preocupações com a preservação do meio ambiente e a exploração auto-sustentada nas RESEX.

430. Por outro lado, no plano administrativo verifica-se uma morosidade dos órgãos públicos na implementação dos programas já aprovados e no atendimento de demandas concretas, no cotidiano da administração pública. Este é um fato generalizado com reflexo especial nos órgãos ambientais. Isto se deve, por um lado, ao fato de muitos desses órgãos terem sido criados no período mais recente da reorganização dos executivos federal, estaduais e municipais, não contando, pois, com a tradição de atuação junto aos segmentos da administração pública vinculados à orçamentação; e por outro, como decorrência das novas abordagens que as questões ambientais exigem, principalmente quando contam com componentes sociais significativos.

431. Assim, projetos que exigem, pelas próprias características e natureza, agilidade e flexibilidade, são muitas vezes prejudicados ou mesmo interrompidos e, mais grave, quando se trata de programas de mais longo prazo, dificilmente se vê garantida a continuidade necessária.

432. O subprojeto RESEX, em particular, possui componentes e atividades propostas que demandam um tempo de maturação bastante maior que as intervenções tradicionais nas áreas de meio ambiente e de apoio à produção. Algumas dessas atividades, especialmente as relacionadas à busca de novos produtos, adoção de novas tecnologias e introdução destes produtos nos mercados nacional e internacional, requerem ações de médio e longo prazo, para serem implantados e consolidados eficazmente. Para estas atividades, três anos configura-se como um prazo muito curto, correndo-se o risco de se interromper processos com potencial assegurado, ou perder-se o conhecimento, esforço e resultados já obtidos.

Como mostrado no Componente E, nas áreas de educação e saúde pretende-se caminhar no sentido de desenvolver abordagens e propor ações que contemplem tanto a cultura regional como se mostrem compatíveis com a dinâmica e condições de vida nas RESEX.

Desta forma, as linhas de ação propostas abrem perspectivas concretas de uma interação, diálogo e influência nas políticas públicas de dois setores que vem passando por uma ampla reestruturação nos últimos anos.

433. Com o intuito de permitir a continuidade das ações iniciadas com os recursos do Programa Piloto após o período nominal de três anos, como também, para maximizar as possibilidades de influência em diferentes esferas e áreas de ação, sugere-se a criação de um fundo fiduciário. Esse fundo fiduciário pode ser um mecanismo efetivo para superar diversos constrangimentos de origem financeira e administrativa que têm impedido o desenvolvimento seguro e autônomo de diversos programas. Ele poderá garantir, a longo prazo, recursos financeiros de diferentes fontes, permitindo agilidade na tomada de decisões e efetividade para as ações que demandem maiores prazos de implementação. Constitui, também, um mecanismo sólido para se contrapor às restrições orçamentárias do governo, e resguarda os recursos financeiros de flutuações orçamentárias típicas de agências de governo e de doadores. Este mecanismo também garante e amplia a estabilidade e continuidade dos programas implantados, o planejamento de longo prazo, o treinamento e o recrutamento de pessoal, e todos os benefícios de um programa de promoção do desenvolvimento sustentável.

434. Durante o Programa Piloto pretende-se estabelecer as bases para a constituição desse fundo, os mecanismos para o seu gerenciamento, bem como uma avaliação das fontes factíveis de virem alimentá-lo, ao longo dos próximos anos. Não serão destinados recursos financeiros para sua integralização, e sim para permitir o estudo de sua implementação.

Além disso, será fundamental que se trabalhe na identificação de oportunidades, junto aos programas e projetos existentes, para a articulação de ações que resultem em sinergismo da ação de governo nas diferentes áreas do presente subprojeto. Exemplo disso são os projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico, Pesquisa Dirigida, Controle e Fiscalização, Monitoria, Manejo de Recursos Naturais e Projetos Demonstrativos "A", no âmbito do Programa Piloto assim como os demais programas regionais.

8.1 Metas do Componente F

435. São as seguintes as metas do Componente de Políticas Públicas:

- a) elaboração de estudos sobre as possibilidades de aperfeiçoamento dos instrumentos legais e jurídicos afetos à criação e ao funcionamento das RESEX;
- b) organização de seminários e workshops destinados a discutir as mudanças consideradas necessárias na legislação em tramitação;
- c) estudo das alternativas de estabelecimento de fundo fiduciário destinado ao desenvolvimento das RESEX. Tal estudo deverá incluir o conjunto de necessidades legais, administrativas e institucionais para sua implantação, bem como as diferentes alternativas de seu gerenciamento;
- d) levantamento do potencial de captação de recursos, junto a fontes nacionais e internacionais, para viabilização de fundo fiduciário voltado ao desenvolvimento das RESEX.

9. GERENCIAMENTO DO PROJETO RESEX

436. O gerenciamento é aspecto fundamental à consecução das atividades previstas no presente subprojeto. Essa tarefa inclui um conjunto de atividades desenvolvidas por diferentes instâncias e instituições, fazendo com que se tome imprescindível uma boa organização gerencial que permita a coordenação das diferentes responsabilidades em jogo.

437. Na definição da estrutura de gerenciamento do projeto foi considerada, como elemento fundamental, a capacidade de se implementar a organização gerencial e comunitária das RESEX. Nesse sentido, é de fundamental importância a participação das organizações locais como ponto de apoio e como possibilidade de disseminação de procedimentos administrativos e organizativos do subprojeto. A experiência acumulada por estas organizações no desenvolvimento de atividades junto à comunidade extrativista será fundamental como elemento facilitador na implementação do subprojeto e viabilizador de sua auto-gestão.

438. De acordo com o estabelecido no Componente B do presente subprojeto, estão programadas atividades voltadas ao fortalecimento da estrutura das entidades representativas dos moradores das Reserva Extrativista de forma gradual, através do treinamento, assistência técnica e montagem de um quadro funcional sustentável após os três anos previstos para a implantação do subprojeto RESEX. A premissa daquele Componente, inclusive, foi a da participação das organizações existentes nas Reservas Extrativistas. O subprojeto não incentivará a montagem de estruturas paralelas, considerando-se o risco de superposição de atividades e/ou competências e o desgaste que novas estruturas de decisão poderão acarretar ao processo de estruturação das lideranças locais.

439. No entanto, o gerenciamento do subprojeto não pode ser confundido com o gerenciamento e a administração das intervenções nas RESEX. Estas são de natureza mais complexa e estão voltadas a um conjunto de instrumentos no qual o subprojeto RESEX representa apenas parte. Conforme foi visto nos diagnósticos das várias reservas extrativistas, existem projetos e recursos já viabilizados para estas reservas através de diferentes fontes nacionais e internacionais – bilaterais e multilaterais.

440. Estes diferentes projetos deverão ser gerenciados através da implementação de um Plano Integrado de Intervenção para cada uma das reservas. Este Plano, a ser elaborado nos primeiros meses de implantação do subprojeto, terá como objetivo e decorrência imediata a compatibilização e o ajuste dos vários mecanismos e atividades componentes dos diferentes projetos. Por outro lado, a capacidade de organização das comunidades no sentido de dar efetividade a esse Plano, é objeto específico do subprojeto RESEX, que entende que o melhor apoio a ser viabilizado àquelas comunidades é aumentar sua capacidade de auto-sustentação no que se refere à organização gerencial e da produção.

441. Assim, torna-se necessário que as ações específicas do subprojeto RESEX sejam administradas pela ótica do Programa Piloto, sem que isso signifique um divórcio das ações organizativas no âmbito das reservas extrativistas. Nesse sentido, o fortalecimento do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), é considerado fundamental na gestão do Projeto RESEX. Com uma estrutura pequena e diferenciada dos demais órgãos públicos, mas com representações nacional e regionais, constitui uma esfera privilegiada de discussão e ação, que tem propiciado grandes benefícios para as populações extrativistas. Entre as capacidades do CNPT, destacam-se:

- a) agilidade de ação em diferentes níveis e esferas;

b) interação, a um só tempo, com questões específicas de cada reserva e mais gerais do extrativismo, na medida em que busca viabilizar essa forma de convivência das comunidades com o meio ambiente;

c) articulação das ações do Poder Público Federal com as instâncias de organização das comunidades extrativistas;

d) manutenção de um canal de comunicação com o conjunto dos órgãos e instituições presentes nas reservas extrativistas;

e) identificação de aliados internacionais e nacionais em termos do apoio e difusão das propostas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais extrativistas e viabilização de recursos financeiros de diferentes origens para o desenvolvimento de projetos.

442. No caso específico do subprojeto RESEX, a inserção estratégica do CNPT como um elo privilegiado entre a administração pública federal e a organização comunitária facilitará enormemente o gerenciamento do subprojeto, razão pela qual se recomenda que ele acolha a Unidade de Administração do Subprojeto. Esta unidade deverá ser a primeira atividade implementada do subprojeto e deverá ter seus componentes e seus procedimentos devidamente equacionados por ocasião dos primeiros desembolsos.

443. A estrutura de funcionamento da Unidade de Administração do Subprojeto, mostrada no organograma a seguir, contará com parte dos técnicos da estrutura administrativa do CNPT e com técnicos a serem especificamente contratados para este fim. Terá uma Coordenação Técnica exercida por técnico, com experiência comprovada na administração de projetos, e demais funcionários administrativos de apoio. Esta Gerência será assessorada por um Comitê Consultivo e por uma equipe de monitoramento. Terá, ainda, instâncias regionais, a serem localizadas nos escritórios regionais do CNPT, e instâncias locais a serem instaladas junto às entidades de representação das comunidades extrativistas.

444. A Coordenação Técnica da Unidade de Administração será dirigida por um Coordenador Geral, proposto pelo Chefe do CNPT e referendado pelas comunidades extrativistas, objeto do presente subprojeto. O Coordenador Geral será responsável pela execução, administração e gestão das atividades dos diferentes componentes do subprojeto RESEX e, no que se refere aos procedimentos formais de administração do orçamento do projeto, será responsável junto ao IBAMA para as necessárias tarefas de prestações de contas entre aquela instituição e o Banco Mundial. Além disso, estará a seu encargo a coordenação do Sistema de Informações das Reservas Extrativistas descrito no item deste subprojeto bem como dos Sistemas de Acompanhamento e Avaliação a serem oportunamente equacionados. Seu titular se reportará hierarquicamente ao chefe do CNPT.

445. O Comitê Consultivo encarregado de prestar assessoria à Coordenação Técnica do Subprojeto terá como atribuições: acompanhar, avaliar e re-orientar, se necessário, de forma periódica as atividades do Projeto RESEX. Adicionalmente, poderá propor a contratação, por curtos períodos de tempo, de consultores e técnicos para resolver problemas específicos. Este comitê se reunirá, ordinariamente, a cada seis meses e, extraordinariamente, quando necessário e será composto pelos seguintes membros: um representante da Secretaria Técnica do IBAMA no Programa Piloto; o chefe do CNPT; um representante da Diretoria de Recursos Naturais Renováveis; um representante da Diretoria de Ecossistemas; um representante da Diretoria de Controle e Fiscalização; um representante da Diretoria de Pesquisa e Divulgação; um representante da Diretoria de Administração e Finanças; um

representante da Resex Chico Mendes-Brasília; um representante da Resex Chico Mendes Assis Brasil; um representante da Resex Chico Mendes-Xapun; o presidente da entidade de representação dos moradores da Resex Alto Juruá; o presidente da entidade de representação dos moradores da Resex Rio Ouro Preto; o presidente da entidade de representação dos moradores da Resex Rio Cajari; o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; e um representante do GTA.

446. Os escritórios regionais estarão, a princípio, localizados em Macapá, para interface com a Reserva Extrativista do Rio Cajari, em Porto Velho para interface com a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e em Rio Branco para interface com as Reservas extrativistas Chico Mendes e do Alto Juruá (para esta reserva poderá ser viável a implantação de escritório em Cruzeiro do Sul). Além disso, contará com uma equipe de monitoramento que terá, como característica, o fato de ser móvel, cuidando ao mesmo tempo do assessoramento aos técnicos contratados pelas entidades de representação das comunidades, nas tarefas administrativas exigidas no desenvolvimento do subprojeto.

447. Paralelamente à criação da Unidade de Administração do Subprojeto, serão instalados escritórios das entidades de representação dos moradores das RESEX em localidades próximas às RESEX, que contem com uma mínima infra-estrutura de serviços. Estes escritórios possibilitarão a troca de informações em todos os níveis e se constituirão no mecanismo de vinculação entre as unidades decisórias e as ações em desenvolvimento no interior das reservas. Eles estarão diretamente subordinados à diretoria das entidades de representação e terão por finalidade: a) coordenar e executar as atividades sob responsabilidade das entidades e b) assessorar tecnicamente suas diretorias.

448. Os técnicos integrantes destes escritórios locais serão selecionados pelas entidades de representação dos moradores das RESEX em conjunto com o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS). Apesar de recrutados em função das necessidades específicas, deverão, minimamente, ter conhecimentos técnicos de contabilidade, organização comunitária e organização e comercialização da produção.

449. A equipe de monitoramento será formada por um assistente financeiro, um gerente e dois técnicos, acrescido do pessoal de apoio. Esta equipe deverá ter a mobilidade necessária e estará encarregada de garantir os mesmos procedimentos administrativos no acompanhamento físico e financeiro do subprojeto nas quatro reservas extrativistas e fornecer apoio às atividades de avaliação a serem oportunamente delineadas. Esta equipe deverá se deslocar continuamente entre as instâncias regionais e locais de desenvolvimento do Subprojeto visando garantir a transferência dos conhecimentos necessários à prestação de contas do subprojeto. A mobilidade desta equipe eliminará a necessidade de alocação de pessoal permanente para estas atividades.

Além disso, a estrutura gerencial do subprojeto contará ainda com uma equipe de acompanhamento e avaliação encarregada de examinar, sob a ótica da eficácia, o desenvolvimento das diversas etapas do subprojeto. Esta equipe de acompanhamento e avaliação deverá contar com pelo menos dois técnicos designados pela Coordenação Técnica e com representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros a serem oportunamente designados.

9.1 Sistema de Monitoramento do Projeto

450. O Sistema de Monitoramento do Projeto RESEX permitirá o acompanhamento técnico e financeiro dos projetos participantes além de servir, através de seus módulos de cadastramento, como uma ferramenta de apoio para a elaboração desses.

451. As bases de dados que compõem o núcleo do Sistema de Monitoramento (e do de avaliação), são as seguintes:

a) Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas¹⁰: Armazena os dados cadastrais das pessoas físicas e jurídicas, além de tabelas de referência como a de Países, a de UFs e a de Tipos de Pessoas Jurídicas. Esses dados são usados depois para cadastrar consultores, fontes financeiras, contatos e entidades executoras de projetos, entre outras. Essa base é compartilhada com o Sistema de Informações Básicas.

b) Cadastro/Acompanhamento de Projetos¹¹: Armazena os objetivos e dados técnicos básicos contidos nas propostas dos projetos, assim como os relativos acompanhamento da execução dos mesmos. Os dados cadastrais básicos, contidos nessa base, são compartilhados com o Sistema de Informações Básicas.

c) Acompanhamento Financeiro de Projetos¹²: Armazena os dados relativos à execução financeira dos projetos, tais como controle de liberação de verbas, planos de contas, despesas realizadas e cronogramas de repasse.

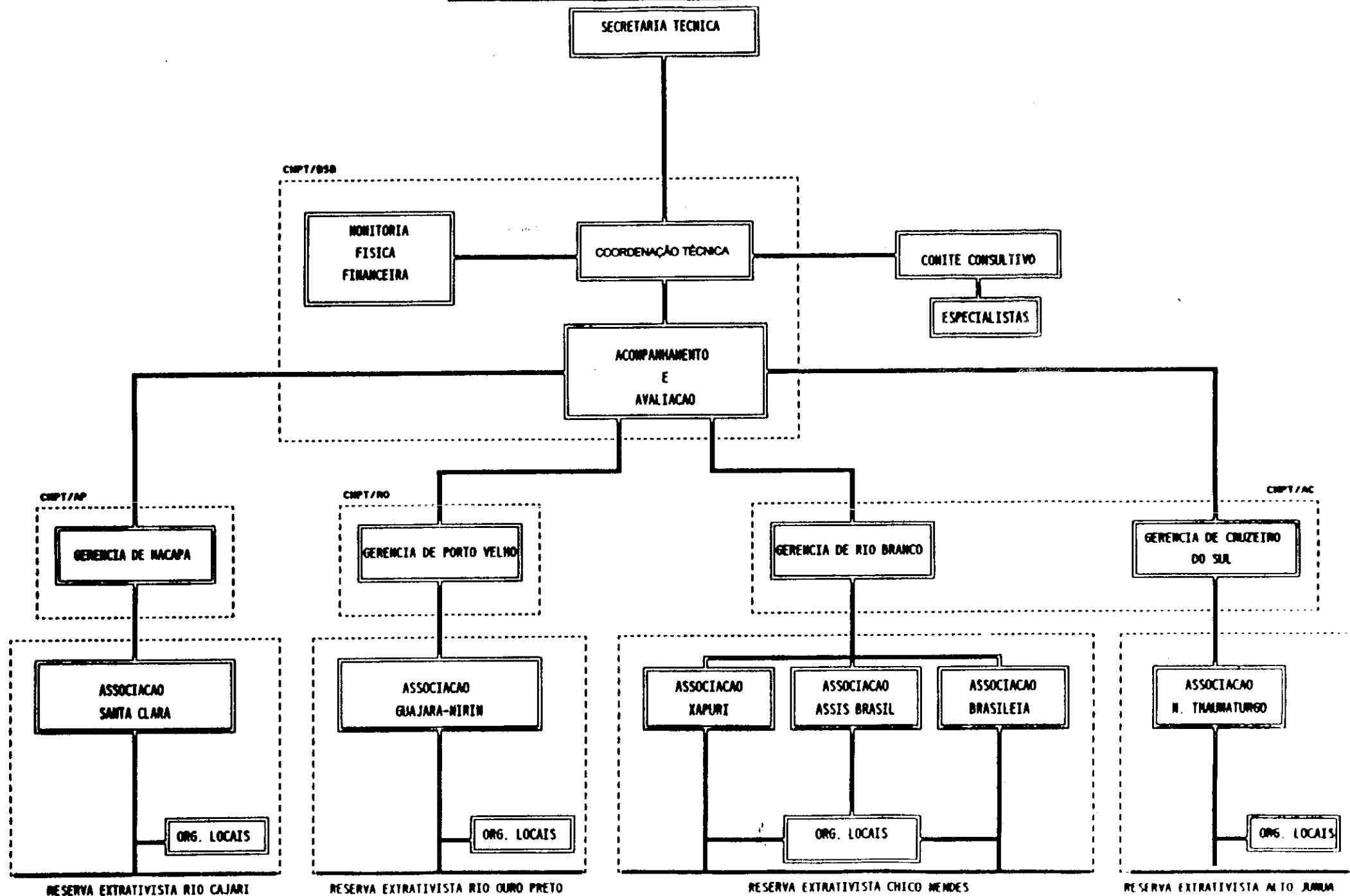
452. Os módulos de cadastramento desse sistema serão espelhos dos formulários a serem elaborados para o subprojeto RESEX, e contarão com facilidades informatizadas de documentação e auxílio para seu preenchimento. As entidades locais que possuírem computador compatível poderão fazer uso desses módulos para a elaboração de suas propostas, podendo as entregar-las às regionais diretamente em disquete ou via modem.

¹⁰ Incluso nos produtos de consultoria de informática contratados pelo Banco Mundial em agosto de 1993.

¹¹ Incluso nos produtos de consultoria de informática contratados pelo Banco Mundial em agosto de 1993.

¹² Incluso nos produtos de consultoria de informática contratados pelo Banco Mundial em agosto de 1993.

ESTRUTURA GERENCIAL DO PROJETO



10. CUSTOS

453. A seguir são apresentadas planilhas de orçamento para cada componente e subcomponente do Subprojeto RESEX. Essas planilhas encontram-se consolidadas no fim do presente item, com valores globais por componente, por reserva e por ano de execução do subprojeto.

454. Deve-se considerar que o valor total dos recursos, tal como apresentado neste subprojeto, não representa o somatório das necessidades nas quatro RESEX, mas restringe-se ao valor da proposta inicial apresentada pelo Governo brasileiro para a reunião dos doadores do Programa Piloto de Genebra e foi posteriormente detalhado e ratificado em missões posteriores do Banco Mundial e dos doadores.

455. Procurou-se, entretanto, propor a utilização dos referidos recursos de forma a privilegiar os aspectos fundamentais da organização comunitária e da produção nessas reservas, fazendo com que as comunidades extrativistas dessas áreas, após os primeiros anos de desenvolvimento do subprojeto, tomem-se capacitadas o suficiente para se habilitarem a novos recursos de outras fontes, que venham atender o conjunto de suas necessidades.

456. As diretrizes utilizadas para a divisão desses recursos entre os vários componentes a serem contemplados pelo subprojeto valeram-se, basicamente, do conhecimento do pessoal técnico do CNPT, das necessidades apresentadas pelos consultores envolvidos no projeto e da assessoria do Conselho Nacional dos Seringueiros.

457. Esse procedimento foi utilizado para os componentes: "Efetivação das Reservas Extrativistas", "Organização Gerencial e Comunitária", "Organização da Produção", "Manutenção dos Estoques de Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade" e "Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica e Social". Para os componentes "Políticas Públicas" e "Gerenciamento do Projeto", estimou-se uma parcela fixa de recursos que, não obstante, teve uma distribuição também ponderada entre as reservas.

458. Chegou-se à seguinte divisão de recursos:

Divisão dos Recursos por Componentes		
Componente	US\$ x (1000.00)	%
Efetivação das Reservas Extrativistas	1,036.98	11.52
Organização Gerencial e Comunitária	1,346.31	14.96
Organização da Produção	2,369.43	26.33
Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade	873.18	9.70
Infra-estrutura Econômica e Social	1,304.10	14.49
Políticas Públicas	270.00	3.00
Gerenciamento/Fortalecimento Institucional	1,800.00	20.00
Total	9,000.00	100.00

Divisão dos Recursos entre as Reservas Extrativistas		
Reserva	US\$ x (1.000.00)	%
Alto Juruá	1.827.00	20.3
Chico Mendes	2.079.00	23.1
Rio Cajari	1.638.00	18.2
Rio Ouro Preto	756.00	8.4
Parte Comum	2.700.00	30.0
Total	9,000.00	100.0

COD.	ATIVIDADE	CUSTOS US\$	ANO 01				ANO 02				ANO 03			
			TRIM. 01	TRIM. 02	TRIM. 03	TRIM. 04	TRIM. 05	TRIM. 06	TRIM. 07	TRIM. 08	TRIM. 09	TRIM. 10	TRIM. 11	TRIM. 12
100	COMPONENTE: EFETIVACAO DAS RESEX													
101	EFETIVACAO DOS PROCESSOS JUDICIAIS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA	140.213,31												
102	DEMARCACAO E SINALIZACAO DAS RESEX	632.100,00												
103	CRIACAO E CONSOLIDACAO DAS ASSOCIACOES DAS RESEX	99.970,50												
104	ELABORACAO DE PLANOS DE UTILIZACAO	53.350,00												
200	ORGANIZACAO GERENCIAL E COMUNITARIA:													
201	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	1.360.727,50												
202	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	541.600,50												
203	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INFORMACOES	159.442,50												
204	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROJETO	1.100.629,00												
300	ORGANIZACAO DA PRODUCAO:													
301	DIVULGACAO DE TECNOLOGIAS PARA PRODUCAO DE SUBSISTENCIA	317.000,00												
302	IMPLANTACAO DE USINAS DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA	403.000,00												
303	APRIMORAMENTO DA TECNOLOGIA DE COLETA LATEX	846.153,00												
304	NOVAS ALTERNATIVAS DE GERACAO DE RENDA (PRODUTOS TRADICIONAIS OU ALTERNATIVOS)	730.533,69												
400	MANTENCAO DE ESTOQUE DE RECURSOS NATURAIS / CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE:													
401	LEVANT. DO POTENCIAL PRODUTIVO DAS AREAS	204.047,50												
402	ESTUDOS DE IMPACTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS SOBRE OS RECURSOS NATURAIS	104.559,00												
403	ORDENAMENTO	68.150,25												
404	ELABORACAO E IMPLANTACAO DE PLANO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	496.403,25												
500	DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA E SOCIAL													
501	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM	694.765,70												
502	IMPL. DE INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICACAO	100.000,00												
503	IMPL. DE SISTEMA BASICO DE EDUCACAO	263.697,00												
504	IMPL. DE SISTEMA BASICO DE SAUDE	254.636,40												
600	PROMOCAO DE POLITICAS PUBLICAS P/AREAS EXTRATIVISTAS	270.000,00												
TOTAL		9 000 000,00												

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 101

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Efetivação de processos jurídicos de regularização fundiária
 RESPONSÁVEL : Procuradoria Jurídica do IBAMA

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Avaliação Judicial:				
a) Peritos				
Chico Mendes	UFIR'S	28,548	0,61	17.377,00
Alto Juruá	UFIR'S	14,892	0,61	9.064,67
Rio Cajari	ações	63	660,87	41.634,81
b) 03 Passagens e 21 Dianas/Reserva				
Chico Mendes	est.	1	5.913,00	5.913,00
Alto Juruá	est.	1	5.913,00	5.913,00
Rio Cajari	est.	1	5.913,00	5.913,00
2. Demarcação de áreas remanescentes				
Chico Mendes	est.	1	24.850,00	24.850,00
Alto Juruá	est.	1	8.371,00	8.371,00
Rio Cajari	est.	1	14.500,00	14.500,00
TOTAL IMPREVISTOS (05%)				133.536,48
TOTAL GERAL (US\$) :				140.213,31

**PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS**

cod 102

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Demarcação e sinalização das RESEX				
RESPONSÁVEL : Processo licitatório				
	DATA INICIO:	DATA FIM		
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
Obras:				
- Demarcação de linha seca, implantação de marcos, placas de sinalização (indicativas e proibitivas), pontos de rastreamento por satélite e pontos geodésicos.				
a) Alto Juruá	km	500	700,00	350.000,00
b) Rio Cajari	km	420	600,00	252.000,00
TOTAL				602.000,00
IMPREVISTOS (05%)				30.100,00
TOTAL GERAL			(US\$):	632.100,00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod. 103

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Criação e consolidação das associações das RESEX
RESPONSÁVEL : Conselho Nacional de Seringueiros / Associações de moradores

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Criação e consolidação de associações/encontros comunitários				
a) Ajuda de custos dos Promotores em organização comunitária:				
Chico Mendes	mês	6	300,00	1.800,00
Alto Juruá	mês	4	300,00	1.200,00
Rio Ouro Preto	mês	2	300,00	600,00
Rio Cajari	mês	4	300,00	1.200,00
b) Encontros comunitários/ajuda de custos participantes				
Chico Mendes (1.838 famílias)	dias	3.676	5,00	18.380,00
Alto Juruá (865 famílias)	dias	1.730	5,00	8.650,00
Rio Ouro Preto (123 famílias)	dias	246	5,00	1.230,00
Rio Cajari (615 famílias)	dias	1.230	5,00	6.150,00
c) Material de consumo (mat.escritório, combustível, lubrif.)				
Chico Mendes	est.	1	5,000	5,000,00
Alto Juruá	est.	1	5,000	5,000,00
Rio Ouro Preto	est.	1	2,000	2,000,00
Rio Cajari	est.	1	4,000	4,000,00
d) Material permanente para mobilização/consolidação da associação				
-Barcos incluindo motor para:				
Chico Mendes	und	2	5,000	10,000,00
Alto Juruá	und	2	5,000	10,000,00
Rio Ouro Preto	und	2	5,000	10,000,00
Rio Cajari	und	2	5,000	10,000,00
TOTAL				95.210,00
IMPREVISTOS (05%)				4.760,50

TOTAL GERAL (US\$) : 99.970,50

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATMISTAS

cod.104

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Elaboração de planos de utilização
 RESPONSÁVEL : Associações de moradores / IBAMA-CNPT

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Viagens de coordenação e acompanhamento técnico				
a) Passagens BSB/P.Velho/R.Boo/C.Sul/Mac/BSB	unidade	4	1,500.00	6,000.00
b) Diárias de campo	dias	28	50.00	1,400.00
2. Encontros comunitários:				
a) Ajuda de custos comunidade e lideranças				
Chico Mendes	dias	3,676	5.00	18,380.00
Alto Juruá	dias	1,730	5.00	8,650.00
Rio Ouro Preto	dias	246	5.00	1,230.00
Rio Cajari	dias	1,230	5.00	6,150.00
b) Material de consumo (combustível e lubrificantes)				
Chico Mendes	est.	1	3,000	3,000.00
Alto Juruá	est.	1	2,500	2,500.00
Rio Ouro Preto	est.	1	1,500	1,500.00
Rio Cajari	est.	1	2,000	2,000.00
TOTAL				50,810.00
IMPREVISTOS (05%)				2,540.50
TOTAL GERAL			(US\$) :	53,350.50

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.201A

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Fortalecimento Institucional				
RESPONSÁVEL : CNS / Associações / Entidades locais				
	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1.Fortalecimento da infra-estrutura das Associações de RESEX				
a)Infra-estrutura de comunicação :				
-Linhas telefônicas:				
Ass. Chico Mendes (A.Brasil, Brasileira, Xapuri, S.Madureira)	und.	4	1,650.00	6,600 00
Ass. Alto Jurua (C Sul)	und.	1	1,650.00	1,650 00
Ass. Ouro Preto (Guajara, P.Velho(02))	und.	3	1,650.00	4,950 00
Ass. Cajari (Macapa)	und.	1	1,650.00	1,650 00
-Radio fonia urbana+treinamento:				
Resex Chico Mendes (A.Brasil, Brasileira, Xapuri, Senna M.R. Bco.(0	und.	6	4,600.00	27,600 00
Resex A.Jurua (Thaumaturgo, C.Sul)	und.	2	4,600.00	9,200 00
Resex O.Preto (Guajara, Pto.Velho)	und.	2	4,600.00	9,200 00
Resex R.Cajari (Macapá (02))	und.	2	4,600.00	9,200 00
-Radio fonia rural+paineis solares+bateria+instalação+treinamento:				
Resex Chico Mendes	und.	10	4,500.00	45,000 00
Resex A.Jurua	und.	8	4,500.00	36,000 00
Resex O.Preto	und.	6	4,500.00	27,000 00
Resex R.Cajari	und.	8	4,500.00	36,000 00
-Aparelhos de fax:				
Ass. Chico Mendes (A.Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	1,400.00	4,200 00
Ass. Alto Jurua (C Sul)	und.	1	1,400.00	1,400 00
Ass. Ouro Preto (Guajara, P.Velho)	und.	2	1,400.00	2,800 00
Ass. Cajari (Macapa)	und.	1	1,400.00	1,400 00
b)Infra-estrutura de transporte:				
-Veiculos				
Resex Chico Mendes (A.Brasil, Brasileira, Xapuri, R. Bco)	und.	4	26,700.00	106,800 00
Resex A.Jurua (C.Sul)	und.	1	26,700.00	26,700 00
Resex O.Preto (Guajara, P.Velho)	und.	2	26,700.00	53,400 00
Resex R.Cajari (Macapá)	und.	1	26,700.00	26,700 00
-Barcos (voadeiras c/ motor)				
Resex Chico Mendes (A.Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	6,500.00	19,500 00
Resex A.Jurua (C.Sul)	und.	2	6,500.00	13,000 00
Resex O.Preto (Guajara(02))	und.	2	6,500.00	13,000 00
Resex R.Cajari (Macapá)	und.	2	6,500.00	13,000 00
c)Infra-estrutura fisica				
-Sedes das associações (área estimada 80m2)				
Resex Chico Mendes (A.Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	5,600.00	16,800 00
Resex A.Jurua (C.Sul)	und.	1	5,600.00	5,600 00
Resex O.Preto (Guajara)	und.	1	5,600.00	5,600 00
Resex R.Cajari (Sta Clara)	und.	1	5,600.00	5,600 00
			TOTAL	529,550 00
			IMPREVISTOS (05%)	26,477 50
			TOTAL GERAL	(US\$) : 556,027.50

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.2018

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Fortalecimento Institucional				
RESPONSÁVEL : CNS / Associações / ONG's / IBAMA-CNPT				
DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
d) Equipamento e material permanente				
- Móveis (mesas, arquivos, estantes, cadeiras)				
Ass. Chico Mendes (A. Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	1.500,00	4.500,00
Ass. Alto Jurua (C. Sul)	und.	1	1.500,00	1.500,00
Ass. Ouro Preto (Guajara Mirim)	und.	1	1.500,00	1.500,00
Ass. Cajari (Sta. Clara)	und.	1	1.500,00	1.500,00
- Maq. escrever				
Resex Chico Mendes (A. Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	500,00	1.500,00
Resex A. Jurua (Thaumaturgo, C. Sul)	und.	2	500,00	1.000,00
Resex O. Preto (Guajara, Pto. Velho)	und.	2	500,00	1.000,00
Resex R. Cajari (Sta. Clara)	und.	1	500,00	500,00
- Micro computador c/ impressora				
Resex Chico Mendes (A. Brasil, Brasileira, Xapuri, R. Bco)	und.	4	2.350,00	9.400,00
Resex A. Jurua (C. Sul, M. Thaumaturgo)	und.	2	2.350,00	4.700,00
Resex O. Preto (Guajara Mirim)	und.	1	2.350,00	2.350,00
Resex R. Cajari (Sta. Clara)	und.	1	2.350,00	2.350,00
- Calculadora				
Ass. Chico Mendes (A. Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	100,00	300,00
Ass. Alto Jurua (C. Sul, M. Thaumaturgo)	und.	2	100,00	200,00
Ass. Ouro Preto (Guajara, P. Velho)	und.	2	100,00	200,00
Ass. Cajari (Sta. Clara)	und.	1	100,00	100,00
e) Acessórios de escritório				
Ass. Chico Mendes (A. Brasil, Brasileira, Xapuri)	und.	3	200,00	600,00
Ass. Alto Jurua (C. Sul, M. Thaumaturgo)	und.	2	200,00	400,00
Ass. Ouro Preto (Guajara, P. Velho)	und.	2	200,00	400,00
Ass. Cajari (Sta. Clara)	und.	1	200,00	200,00
2. Apoio aos escritórios de coordenação do projeto das Associações (Xapuri, A. Brasil, Brasileira, M. Thaumaturgo, Guajara M, Sta. Clara)				
a) Salários				
- Assessor técnico	mês	216	800,00	172.800,00
- Pessoal de apoio	mês	216	200,00	43.200,00
b) Diárias e passagens	estimado/mês	216	150,00	32.400,00
c) Material de consumo	estimado/mês	216	100,00	21.600,00
d) Serviços de terceiros	estimado/mês	216	100,00	21.600,00
3. Apoio à equipe permanente das associações				
a) Salários				
- Gerente geral (Businessman, Produção, Comercialização)	mês	216	1.200,00	259.200,00
- Técnico em contabilidade	mês	216	500,00	108.000,00
- Secretária	mês	216	200,00	43.200,00
- Contador local	mês	216	175,00	37.800,00
TOTAL				774.000,00
IMPREVISTOS (05%)				38.700,00
TOTAL GERAL			(US\$) :	812.700,00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 202A

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Treinamento de recursos humanos RESEX Alto Juruá				
RESPONSÁVEL : Associação Juruá/CNS/CNPT				
	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Treinamento em organização comunitária				
a) Consultoria em org. comunitária (acompanhamento)				
. Honorários	dias	108	80.00	8,640.00
. Passagens (Parte proporcional do trajeto completo nas RESEX)	unidade	9	500.00	4,500.00
. Diárias	dias	74	40.00	2,960.00
. Material de consumo	estimado	1	2,000.00	2,000.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	99	80.00	7,920.00
. Diárias	dias	65	40.00	2,600.00
2. Treinamento em administração				
a) Consultoria eventual em administração				
. Honorários	dias	46	80.00	3,680.00
. Passagens	unidade	11	500.00	5,500.00
. Diárias	dias	47	40.00	1,880.00
. Material de consumo	estimado	1	2,780.00	2,780.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	4	80.00	320.00
3. Treinamento em Org. da Produção e comercialização				
a) Consultoria em org. da prod. e comercialização				
. Honorários	dias	125	150.00	18,750.00
. Passagens	unidade	10	500.00	5,000.00
. Diárias	dias	100	40.00	4,000.00
. Material de consumo	estimado	1	4,900.00	4,900.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	29	150.00	4,350.00
. Diárias	dias	29	40.00	1,160.00
4. Treinamento em administração financeira				
a) Consultoria em administração financeira				
. Honorários	dias	142	80.00	11,360.00
. Passagens	unidade	8	500.00	4,000.00
. Diárias	dias	95	40.00	3,800.00
. Material de consumo	estimado	1	5,500.00	5,500.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	30	80.00	2,400.00
. Diárias	dias	30	40.00	1,200.00
TOTAL				109,200.00
IMPREVISTOS (05%)				5,460.00
TOTAL GERAL			(US\$) :	114,660.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.202B

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Treinamento de recursos humanos RESEX Rio Ouro Preto				
RESPONSÁVEL : Associação Guajara Mirim/CNS/CNPT				
DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Treinamento em organização comunitária				
a) Consultoria eventual em org. comunitária				
. Honorários	dias	135	80.00	10.800.00
. Passagens	unidade	9	500.00	4.500.00
. Diárias	dias	100	40.00	4.000.00
. Material de consumo	estimado	1	2.100.00	2.100.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	99	80.00	7.920.00
. Diárias	dias	65	40.00	2.600.00
2. Treinamento em administração				
a) Consultoria eventual em administração				
. Honorários	dias	46	80.00	3.680.00
. Passagens	unidade	11	500.00	5.500.00
. Diárias	dias	47	40.00	1.880.00
. Material de consumo	estimado	1	2.780.00	2.780.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	4	80.00	320.00
3. Treinamento em Org. da Produção e comercialização				
a) Consultoria em org. da prod. e comercialização				
. Honorários	dias	125	150.00	18.750.00
. Passagens	unidade	10	500.00	5.000.00
. Diárias	dias	100	40.00	4.000.00
. Material de consumo	estimado	1	4.900.00	4.900.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	29	150.00	4.350.00
. Diárias	dias	29	40.00	1.160.00
4. Treinamento em administração financeira				
a) Consultoria em administração financeira				
. Honorários	dias	142	80.00	11.360.00
. Passagens	unidade	8	500.00	4.000.00
. Diárias	dias	95	40.00	3.800.00
. Material de consumo	estimado	1	5.500.00	5.500.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	30	80.00	2.400.00
. Diárias	dias	30	40.00	1.200.00
TOTAL				112.500.00
IMPREVISTOS (05%)				5.625.00
TOTAL GERAL			(US\$) :	118.125.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.202C

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Treinamento de recursos humanos RESEX Rio Cajari				
RESPONSÁVEL : Associação Cajari/CNS/CNPT				
	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1 Treinamento em organização comunitária:				
a) Consultoria eventual em org. comunitária				
.Honorários	dias	108	80.00	8.640.00
.Passagens	unidade	9	500.00	4.500.00
.Dianas	dias	74	40.00	2.960.00
.Material de consumo	estimado	1	2.000.00	2.000.00
b) Cursos de treinamento				
.Honorários	dias	99	80.00	7.920.00
.Dianas	dias	65	40.00	2.600.00
2 Treinamento em administração				
a) Consultoria eventual em administração				
.Honorários	dias	46	80.00	3.680.00
.Passagens	unidade	11	500.00	5.500.00
.Dianas	dias	47	40.00	1.880.00
.Material de consumo	estimado	1	2.780.00	2.780.00
b) Cursos de treinamento				
.Honorários	dias	4	80.00	320.00
3 Treinamento em Org. da Produção e comercialização				
a) Consultoria em org. da prod. e comercialização				
.Honorários	dias	125	150.00	18.750.00
.Passagens	unidade	10	500.00	5.000.00
.Dianas	dias	100	40.00	4.000.00
.Material de consumo	estimado	1	4.900.00	4.900.00
b) Cursos de treinamento				
.Honorários	dias	29	150.00	4.350.00
.Dianas	dias	29	40.00	1.160.00
4 Treinamento em administração financeira				
a) Consultoria em administração financeira				
.Honorários	dias	142	80.00	11.360.00
.Passagens	unidade	8	500.00	4.000.00
.Dianas	dias	95	40.00	3.800.00
.Material de consumo	estimado	1	5.500.00	5.500.00
b) Cursos de treinamento				
.Honorários	dias	30	80.00	2.400.00
.Dianas	dias	30	40.00	1.200.00
TOTAL				109.200.00
IMPREVISTOS (05%)				5.460.00
TOTAL GERAL			(US\$) :	114.660.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.202D

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Treinamento de recursos humanos RESEX Chico Mendes				
RESPONSÁVEL : Associações Xapuri, Assis Brasil, Brasileira (RES)				
DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Treinamento em organização comunitária:				
a) Equipe permanente de apoio à Org. Comunitária				
. Honorários (02 pessoas)	mês	72	800.00	57,600.00
. Passagens	estimado	1	3,920.00	3,920.00
. Diárias	estimado	1	4,500.00	4,500.00
. Material de consumo	estimado	1	15,500.00	15,500.00
2. Treinamento em administração				
a) Consultoria eventual em administração				
. Honorários	dias	123	80.00	9,840.00
. Passagens	unidade	11	500.00	5,500.00
. Diárias	dias	123	40.00	4,920.00
. Material de consumo	estimado	1	8,490.00	8,490.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	12	80.00	960.00
3. Treinamento em Org da Produção e comercialização				
a) Consultoria em org. da prod. e comercialização				
. Honorários	dias	169	150.00	25,350.00
. Passagens	unidade	13	500.00	6,500.00
. Diárias	dias	139	40.00	5,560.00
. Material de consumo	estimado	1	4,900.00	4,900.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	29	150.00	4,350.00
. Diárias	dias	29	40.00	1,160.00
4. Treinamento em administração financeira				
a) Consultoria em administração financeira				
. Honorários	dias	112	80.00	8,960.00
. Passagens	unidade	8	500.00	4,000.00
. Diárias	dias	95	40.00	3,800.00
. Material de consumo	estimado	1	5,500.00	5,500.00
b) Cursos de treinamento				
. Honorários	dias	30	80.00	2,400.00
. Diárias	dias	30	40.00	1,200.00
TOTAL				184,910.00
IMPREVISTOS (05%)				9,245.50
TOTAL GERAL			(US\$) :	194,155.50

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 203

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Implantação de sistema de informações
 RESPONSÁVEL : CNPT

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Implantação de infra-estrutura				
a) Equipamento				
-Micro-computador 486	unidade	5	2.000.00	10.000.00
-Servidor 486	unidade	1	3.500.00	3.500.00
-Notebook 386	unidade	4	2.500.00	10.000.00
-Impressora Laser HP4M	unidade	1	3.300.00	3.300.00
-Impressora LQ1170	unidade	5	1.000.00	5.000.00
-Monitor colondo SVGA	unidade	4	450.00	1.800.00
-Estabilizador de voltagem 1.5KVA	unidade	6	55.00	330.00
-No-Break inteligente	unidade	1	900.00	900.00
-Placa de rede NE2000	unidade	6	120.00	720.00
b) Software para informatização:				
-Processador de textos Word Perfect 5.2	unidade	1	500.00	500.00
-Sistema Gerenciador de banco de dados, versão rede	unidade	1	5.600.00	5.600.00
-Sistema gerenciador de banco de dados, versão monousuário	unidade	1	1.680.00	1.680.00
-Sistema de Ref. de acervos e gestão de acervos	unidade	4	4.500.00	18.000.00
c) Custos de pessoal:				
-Manutenção de equipamentos	custo/ano	3	2.000.00	6.000.00
-Instalação de rede novell com seis pontos c/ material	estimado	1	2.700.00	2.700.00
-Tecnico em informática	mês	36	800.00	28.800.00
-Tecnico em sistema de inf. geográficas	mês	36	800.00	28.800.00
-digitador	mês	36	500.00	18.000.00
2. Treinamento (WP, uso de rede, uso de sist de inf., Windows)				
-Honorários	horas	186.00	20.00	3.720.00
-Passagens Bsb/P. Velho/R. Bco/C. Sul/Macapá/BSB	unidade	1	1.500.00	1.500.00
-Dianias	dia	20	50.00	1.000.00
TOTAL				151.850.00
IMPREVISTOS (05%)				7.592.50
TOTAL GERAL			(US\$) :	159.442.50

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 2044

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Gerenciamento do Projeto				
RESPONSÁVEL : Associações / CNS / CNPT				
DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Escritórios Locais do CNPT (R. Bco, C. Sul, Pto. Velho, Macapa)				
a) Salários				
-Coordenador Regional do Projeto	mês	144	900.00	129.600.00
-Assessor Financeiro	mês	144	800.00	115.200.00
-Técnico de campo	mês	144	900.00	129.600.00
-Secretaria	mês	144	250.00	36.000.00
b) Passagens				
- R. Branco/Brasília/R. Branco	unidade	6	1.000.00	6.000.00
- P. Velho/Brasília/P. Velho	unidade	6	940.00	5.640.00
-Cruzeiro do Sul/Brasília/Cruzeiro do Sul	unidade	6	1.100.00	6.600.00
-Macapá/Brasília/Macapa	unidade	6	1.000.00	6.000.00
c) Diárias				
-Diárias de cidade	dia	96	50.00	4.800.00
-Diárias de campo	dia	1.008	20.00	20.160.00
d) Material de consumo (combustível, lubrific., mat. escritório, etc)				
-Esc. Rio Branco	estimado/mês	36	200.00	7.200.00
-Esc. Porto Velho	estimado/mês	36	200.00	7.200.00
-Esc. Cruzeiro do Sul	estimado/mês	36	200.00	7.200.00
-Esc. Macapa	estimado/mês	36	200.00	7.200.00
e) Serviços de terceiros p. física e jurídica				
-Esc. Rio Branco	estimado/mês	36	100.00	3.600.00
-Esc. Porto Velho	estimado/mês	36	100.00	3.600.00
-Esc. Cruzeiro do Sul	estimado/mês	36	100.00	3.600.00
-Esc. Macapa	estimado/mês	36	100.00	3.600.00
TOTAL				502.800.00
IMPREVISTOS (02%)				10.056.00
TOTAL GERAL			(US\$) :	512.856.00

**PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS**

cod 204B

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Gerenciamento do Projeto				
RESPONSÁVEL : Associações / CNS / CNPT				
	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
2.Unidade de acompanhamento e avaliação do CNS/Regionais				
a)Ajuda de custos				
-RESEX Chico Mendes	mês	36	400.00	14,400.00
-RESEX Alto Jurua	mês	36	400.00	14,400.00
-RESEX Rio Ouro Preto	mês	36	400.00	14,400.00
-RESEX Rio Cajari	mês	36	400.00	14,400.00
b)Passagens				
Pto Velho/R. Bco/C. Sul/Macapa/Brasilia/Pto.Velho	unidade	12	1,500.00	18,000.00
c)Diarias de cidade	dia	24	40.00	960.00
d)Material de consumo	estimado/mês	144	100.00	14,400.00
3.Unidade de acompanhamento e avaliação do CNPT/Central				
a)Salarios				
-Assessor técnico	mês	36	1,500.00	54,000.00
-Assessor Financeiro	mês	36	1,500.00	54,000.00
b)Passagens				
Brasilia/Pto.Velho/R. Bco/C. Sul/Macapa/Brasilia	unidade	12	1,500.00	18,000.00
c)Diarias				
-Diarias de cidade	dias	192	60.00	11,520.00
-Diarias de campo	dias	480	40.00	19,200.00
4.Monitoramento Físico Financeiro				
-Responsavel Monitoramento Físico	dia	36	1,700.00	61,200.00
-Responsável em Monitoramento Financeiro	dia	36	1,700.00	61,200.00
5 Coordenação Geral				
a)Salarios				
-Coordenador Geral	mês	36	2,300.00	82,800.00
-Secretaria	mês	36	500.00	18,000.00
b)Passagens Brasilia/P.V./R. Bco/C. Sul/Macapá/Brasilia				
	unidade	6	1,500.00	9,000.00
c)Diarias				
	dia	240	80.00	19,200.00
d)Serviços terceiros				
	estimado/ano	3	18,000.00	54,000.00
e)Material de consumo				
	estimado/mês	36	300.00	10,800.00
6.Comitê Consultivo				
a)Passagens para todos os integrantes do comitê	total/reunião	7	4,500.00	31,500.00
b)Diarias	total/reunião	40	80.00	3,200.00
c)Material de consumo	est./reunião	7	300.00	2,100.00
d)Peritos especialistas	est./ano	3	18,000.00	54,000.00
TOTAL				654,680.00
IMPREVISTOS (02%)				13,093.00
TOTAL GERAL			(US\$) :	667,773.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.301

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Divulgação de tecnologias para produção de subsistência				
RESPONSÁVEL : Empresas de Assistência Técnica e Extensão R				
	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1 Fomento e desenvolvimento de sistemas agroflorestais				
RESEX Chico Mendes				
a) Consultoria	estimado	1	3,000.00	3,000.00
b) Diárias de campo	estimado	1	7,000.00	7,000.00
c) Material de consumo (combustível, mat. escritório, etc)	estimado	1	2,500.00	2,500.00
d) Serv. Terc. Pessoa Física	estimado	1	3,000.00	3,000.00
e) Serv. Terc. Pessoa Jurídica	estimado	1	2,000.00	2,000.00
RESEX Alto Juruá				
a) Consultoria	estimado	1	2,000.00	2,000.00
b) Diárias de campo	estimado	1	5,000.00	5,000.00
c) Material de consumo (combustível, mat. escritório, etc)	estimado	1	2,500.00	2,500.00
d) Serv. Terc. Pessoa Física	estimado	1	2,500.00	2,500.00
e) Serv. Terc. Pessoa Jurídica	estimado	1	2,000.00	2,000.00
RESEX Ouro Preto				
a) Consultoria	estimado	1	2,000.00	2,000.00
b) Diárias de campo	estimado	1	4,000.00	4,000.00
c) Material de consumo (combustível, mat. escritório, etc)	estimado	1	2,000.00	2,000.00
d) Serv. Terc. Pessoa Física	estimado	1	2,000.00	2,000.00
e) Serv. Terc. Pessoa Jurídica	estimado	1	1,500.00	1,500.00
RESEX Rio Cajari				
a) Consultoria	estimado	1	2,000.00	2,000.00
b) Diárias de campo	estimado	1	4,000.00	4,000.00
c) Material de consumo (combustível, mat. escritório, etc)	estimado	1	2,500.00	2,500.00
d) Serv. Terc. Pessoa Física	estimado	1	2,500.00	2,500.00
e) Serv. Terc. Pessoa Jurídica	estimado	1	2,000.00	2,000.00
2 Apoio a outras atividades e experiências piloto de fomento a produção de subsistência				
	estimado	1	245,904.76	245,904.76
			TOTAL	301,904.76
			IMPREVISTOS (05%)	15,095.24
			TOTAL GERAL (US\$) :	317,000.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.302

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Implantação de usinas de beneficiamento de castanha
 RESPONSÁVEL : Associações Cajari e O.Preto

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1.Implantação de usina na RESEX Rio Ouro Preto				
a)Equipamento e material permanente	global	1	100,000.00	100,000.00
b)Obras e instalações	global	1	40,000.00	40,000.00
c)Capital de giro	global	1	70,000.00	70,000.00
d)Serv.Terc.Pessoa Fisica	global	1	20,000.00	20,000.00
2 Implantação de usina na RESEX Rio Cajari				
a)Equipamento e material permanente	global	1	100,000.00	100,000.00
b)Obras e instalações	global	1	40,000.00	40,000.00
c)Capital de giro	global	1	70,000.00	70,000.00
d)Serv.Terc.Pessoa Fisica	global	1	20,000.00	20,000.00
TOTAL				460,000.00
IMPREVISTOS (05%)				23,000.00
TOTAL GERAL			(US\$) :	483,000.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 303

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Aprimoramento de tecnologia de coleta de latex
 RESPONSÁVEL : Associações de Reserva Extrativista

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1 Distribuição de Kit para coleta de latex (C Mendes=1 900 , A Jurua=900 , O Preto=130 , R Cajari=700)				
-600 tijelas plásticas	und.	3630	80.00	290.400.00
-600 bicas	und.	3630	28.00	101.640.00
-02 sacos encauchados	und.	3630	13.00	47.190.00
-01 cabrita	und.	3630	3.00	10.890.00
-05 lâminas	und.	3630	15.00	54.450.00
-01 balde de aluminio	und.	3630	14.50	52.635.00
-01 estopa	und.	3630	2.50	9.075.00
-01 bacia de aluminio	und.	3630	30.00	108.900.00
-02 terçados	und.	3630	13.50	49.005.00
-05 bandejas plásticas	und.	3630	10.00	36.300.00
-02 litros de ácido acético	litros	3630	3.00	10.890.00
-01 vasilhame plástico	und.	3630	9.50	34.485.00

TOTAL	805.860.00
IMPREVISTOS (05%)	40.293.00
TOTAL GERAL (US\$) :	846.153.00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 304

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : **Novas alternativas de geração de renda**
 Responsável: Associações/CNS/Entidades locais/Emp. especializad

	DATA INICIO.	DATA FIM.		
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST. UNIT.	SUB-TOTAL
1 Implantação de pequenos empreendimentos visando o beneficiamento de produtos tradicionais e/ou alternativos nas Reservas extrativistas.				
2 Desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica visando a implantação dos empreendimentos acima mencionados				
3 Desenvolvimento de atividades de marketing e inserção de produtos extrativistas no mercado	estimado	1	695.746 37	695.746 37

TOTAL	695.746 37
IMPREVISTOS (05%)	34.787 32
TOTAL GERAL (US\$) :	730.533.69

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATATIVISTAS

cod 401

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Levantamento do potencial produtivo das áreas

RESPONSÁVEL : ONG's / Associações/Int.de pesquisa locais

DESPESA	DATA INICIO.		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST UNIT.	SUB-TOTAL
1 Desenvolvimento de estudos e levantamentos				
a) Consultoria e salarios				
-Especialista em Rec florestais	dias	200	200.00	40.000.00
-Eng Florestal	dias	200	150.00	30.000.00
-Eng Assistente	dias	200	100.00	20.000.00
-Botânico	dias	110	150.00	16.500.00
-Técnico Programador	dias	150	80.00	12.000.00
-02 coletores de material botânico	dias	400	35.00	14.000.00
-Preparador de sicas do material botânico e mateiro	dias	200	35.00	7.000.00
-Digitador	dias	100	50.00	5.000.00
b) Material permanente				
- Fitas para medir diâmetro	und	8	45.00	360.00
-Global position equipment	und	2	1.750.00	3.500.00
-Clinômetros	und	2	150.00	300.00
-Bússolas	und	2	50.00	100.00
-binóculos	und	3	80.00	240.00
-Espingardas para coleta de material botânico	und	3	200.00	600.00
-Podões para coleta de material botânico	und	2	300.00	600.00
-Prensas	est	2	300.00	600.00
-Mat. para subir nas árvores	est	2	500.00	1.000.00
-Redes/cochões/barracas para acampamento	est	2	1.200.00	2.400.00
-Material para cozinha	est	2	300.00	600.00
-Micro-computador com impressora	est	1	10.000.00	10.000.00
-Software	est	2	3.000.00	6.000.00
c) Material de consumo				
-Mapas	est	1	800.00	800.00
-Insumos para computador (diskettes, papel, etc.)	est	1	250.00	250.00
-Cadernos de campo	est	1	200.00	200.00
-100 litros de álcool para guardar mat.botânico	litros	4	50.00	200.00
-Munição	est	1	200.00	200.00
-Pastas para herbarium	est	1	200.00	200.00
-Combustivel e lubrificantes	est	1	2.000.00	2.000.00
d) Transporte e comunicação				
-Telefone, Fax, correio	est	1	400.00	400.00
-Passagens terrestres	est	1	300.00	300.00
e) Diarias				
-Diarias de campo	dias	600	30.00	18.000.00
f) Serviços de terceiros				
-Impressão de mapas e relatórios	est	1	1.000.00	1.000.00
TOTAL				194.350.00
IMPREVISTOS (05%)				9.717.50
TOTAL GERAL			(US\$) :	204.067.50

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 400

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Estudos de impacto das atividades produtivas sobre os Rec.naturais

Responsável : ONG's / IBAMA CNPT

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT	SUB TOTAL
1 Execução dos estudos				
a) Consultoria				
Supervisor	dias	90	150,00	13.500,00
Pesquisador Senior	dias	90	100,00	9.000,00
Esp Aspectos legais	dias	90	100,00	9.000,00
Esp Meio Físico	dias	90	100,00	9.000,00
Esp Meio Biótico	dias	90	100,00	9.000,00
Esp Manejo/Usos	dias	90	100,00	9.000,00
b) Despesas Operacionais				
Reprodução e comunicação	est		3.000,00	
c) Viagens				
Passagens (Bsb/P. Velho/R Bco/C. Sul/Macapá/Bsb)	und	18	1.500,00	27.000,00
Dianias de cidade	dia	36	80,00	2.880,00
Dianias de campo	dia	180	40,00	7.200,00
d) Apoio administrativo	est	1	4.000,00	4.000,00

TOTAL	:	99.580,00
IMPREVISTOS (05%)	:	4.979,00
TOTAL GERAL	(US\$) :	104.559,00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 403

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Ordenamento
 RESPONSÁVEL : Ent. de pesquisa locais/IBAMA CNPT/Associação

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB TOTAL
1.Elaboração de mapas temáticos e ordenamento				
a)Consultoria	est	1	20,000.00	20,000.00
b)Diarias				
Diarias de cidade	dias	20	40.00	800.00
Diarias de campo	dias	60	80.00	4,800.00
Ajuda de custos motoristas e barqueiros	dias	60	20.00	1,200.00
c)Material de consumo				
Papel poliester	rolo	5	123.00	615.00
Penas finas	und.	30	23.00	690.00
Penas grossas	und.	30	22.00	660.00
Lapis dermatográfico	und	30	23.00	690.00
Formulario contínuo	caixa	2	20.00	40.00
Filme 36 poses	und.	15	10.00	150.00
Mat.escritório	est.	1	200.00	200.00
Mat.bibliográfico	est.	1	100.00	100.00
Imagens satélite (por bandas)	quadrante	20	300.00	6,000.00
Imagem satélite colorida	quadrante	10	500.00	5,000.00
d)Serviços de terceiros				
Copias heliográficas	metro	132	5.00	660.00
Passagens	und.	6	1,500.00	9,000.00
Aluguel de aeronave	horas	20	550.00	11,000.00
Aluguel barcos	dias	15	150.00	2,250.00
Revelação de filmes	rolos	15	15.00	225.00
Aluguel de automóvel	dias	15	55.00	825.00
TOTAL				64.905.00
IMPREVISTOS (05%)				3,245.25
TOTAL GERAL	(US\$) :			68,150.25

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.404

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Elaboração e implantação de plano de monitoramento ambiental				
RESPONSÁVEL : ONG's/Ent. de pesquisa locais/IBAMA CNPT				
	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB TOTAL
1.Elab.e Implant. do plano na RESEX Rio Cajari				
Realização de 03 campanhas/ano para vegetação,fauna e ictiofauna				
a)Material permanente				
material de campo e imagens satélite	estimado	1	12,000.00	12,000.00
b)Passagens	unidade	78	500.00	39,000.00
c)Diarias	dia	900	30.00	27,000.00
d)Serviços de terceiros	estimado	1	12,000.00	12,000.00
e)Consultoria(vegetação,fauna e ictiofauna)	mês	15	1,500.00	22,500.00
2.Elab.e Implant. do plano na RESEX Ouro Preto				
Realização de 03 campanhas/ano para vegetação,fauna e ictiofauna				
a)Material permanente				
material de campo e imagens satélite	estimado	1	10,000.00	10,000.00
b)Passagens	unidade	78	500.00	39,000.00
c)Diarias	dia	900	30.00	27,000.00
d)Serviços de terceiros	estimado	1	8,000.00	8,000.00
e)Consultoria(vegetação,fauna e ictiofauna)	mês	13	1,500.00	19,500.00
3.Elab.e Implant. do plano na RESEX Alto Juruá				
Realização de 03 campanhas/ano para vegetação,fauna e ictiofauna				
a)Material permanente				
material de campo e imagens satélite	estimado	1	12,000.00	12,000.00
b)Passagens	unidade	78	500.00	39,000.00
c)Diarias	dia	900	30.00	27,000.00
d)Serviços de terceiros	estimado	1	12,000.00	12,000.00
e)Consultoria(vegetação,fauna e ictiofauna)	mês	19	1,500.00	28,500.00
4.Elab.e Implant. do plano na RESEX Chico Mendes				
Realização de 03 campanhas/ano para vegetação,fauna e ictiofauna				
a)Material permanente				
material de campo e imagens satélite	estimado	1	15,000.00	15,000.00
b)Passagens	unidade	78	500.00	39,000.00
c)Diarias	dia	900	30.00	27,000.00
d)Serviços de terceiros	estimado	1	21,265.00	21,265.00
e)Consultoria(vegetação,fauna e ictiofauna)	mês	24	1,500.00	36,000.00
TOTAL				472,765.00
IMPREVISTOS (05%)				23,638.25
TOTAL GERAL			(US\$) :	496,403.25

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 501

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Transporte e armazenagem
 RESPONSÁVEL : Associações C.Mendes,A.Jurua, R.Cajan / CNS

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM.	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB TOTAL
1 Infra estrutura e equipamento para todas as RESEX				
a)Armazens				
Armazens familiares	und.	540.00	200.00	108.000.00
Armazens comunitários	und	30.00	3.000.00	90.000.00
b)Transportes				
Limpeza e abertura de varadouros simples (1.5m)	km	1.200.00	75.00	90.000.00
Limpeza de ramais	km	80.00	600.00	48.000.00
Desobstrução de nos	km	610.00	35.00	21.350.00
c)Veiculos				
Tratores	und	3.00	60.000.00	180.000.00
Embarcações 3t	und.	4.00	20.000.00	80.000.00
d)Equipamento básico de conservação(motoserra,ferramentas)	estimado	1.00	18.000.00	18.000.00
e)Animais de carga	estimado	1.00	26.331.62	26.331.62

TOTAL	:	661,681.62
IMPREVISTOS (05%)	:	33,084.08
TOTAL GERAL	(US\$) :	694,765.70

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 502

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Sistema básico de comunicação
 RESPONSÁVEL : Associações / CNS/IBAMA CNPT

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1 Desenho do sistema e execução de experiencias piloto				
a) Consultoria	estimado	1.00	20.178 00	20.178 00
b) Equipamentos				
Radio receptores a batena solar	unidade	351.00	60 00	21.060 00
Equipamentos de radio amador	unidade	12.00	4.500 00	54.000 00

TOTAL	:	95.238 00
IMPREVISTOS (05%)	:	4.762 00
TOTAL GERAL	(US\$) :	100.000 00

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 503

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Implantação de sistema básico de educação
 Responsável : CNS/Associações/Entidades locais/ IBAMA CNPT

	DATA INICIO:		DATA FIM:	
DESPESA	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1 Treinamento de monitores comunitários de educação				
a)Despesas de pessoal	H/H	14.000	4.00	56.000.00
b)Passagens	est	1	8.000.00	8.000.00
c)Diarias	dia	120	35.00	4.200.00
d)Mat. de consumo	global	1	5.000.00	5.000.00
e)Equipamento	global	1	2.000.00	2.000.00
f)Serv.Terc.Pessoa Fisica	est	1	6.000.00	6.000.00
g)Serv.Terc.Pessoa Juridica(incluindo edição apostilas)	est	1	13.841.85	13.841.85
2.Construção de escolas				
a)Obras.Escolas de 80m2 incluindo equipamento básico	und	20	3.500.00	70.000.00
3.Produção de cartilhas adaptadas de educação				
a)Serviços de produção de cartilhas	und	4.000	6.00	24.000.00
b)Consultoria	mês	3	1.500.00	4.500.00
4.Apoio aos Monitores Comunitários de educação				
a)Ajuda de custos (50 monitores)	mês	576	100.00	57.600.00

TOTAL	:	251.141.85
IMPREVISTOS (05%)	:	12.556.05
TOTAL GERAL	(US\$) :	263.697.90

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod 504

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

SUBCOMPONENTE : Sistema básico de saúde
 RESPONSÁVEL : Associações/CNS/Entidades locais/IBAMA CNP

DESPESA	DATA INICIO.		DATA FIM.	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB-TOTAL
1. Treinamento dos agentes comunitários				
a) Despesas de pessoa	h/h	16000	4.00	64,000.00
b) Passagens	est.	1	8,000.00	8,000.00
c) Diárias	dias	100	35.00	3,500.00
d) Mat. de consumo	global	4	2,000.00	8,000.00
e) Equipamento	global	4	2,000.00	8,000.00
f) Serv. Terc. Pessoa jurídica	est.	1	9,839.43	9,839.43
2. Construção de postos de saúde				
a) Obras. Postos de 60m2 incluindo equipamento básico	und	10	4,500.00	45,000.00
b) Insumos para atendimento de saúde	estoque	15	2,000.00	30,000.00
3. Apoio aos Agentes comunitários de saúde				
a) Ajuda de custos (50 agentes)	mês	576	100.00	57,600.00
TOTAL				233,939.43
IMPREVISTOS (05%)				11,696.97
TOTAL GERAL			(US\$) :	245,636.40

PROGRAMA PILOTO PARA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
 PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO
 SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

cod.600

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Valores em US\$)

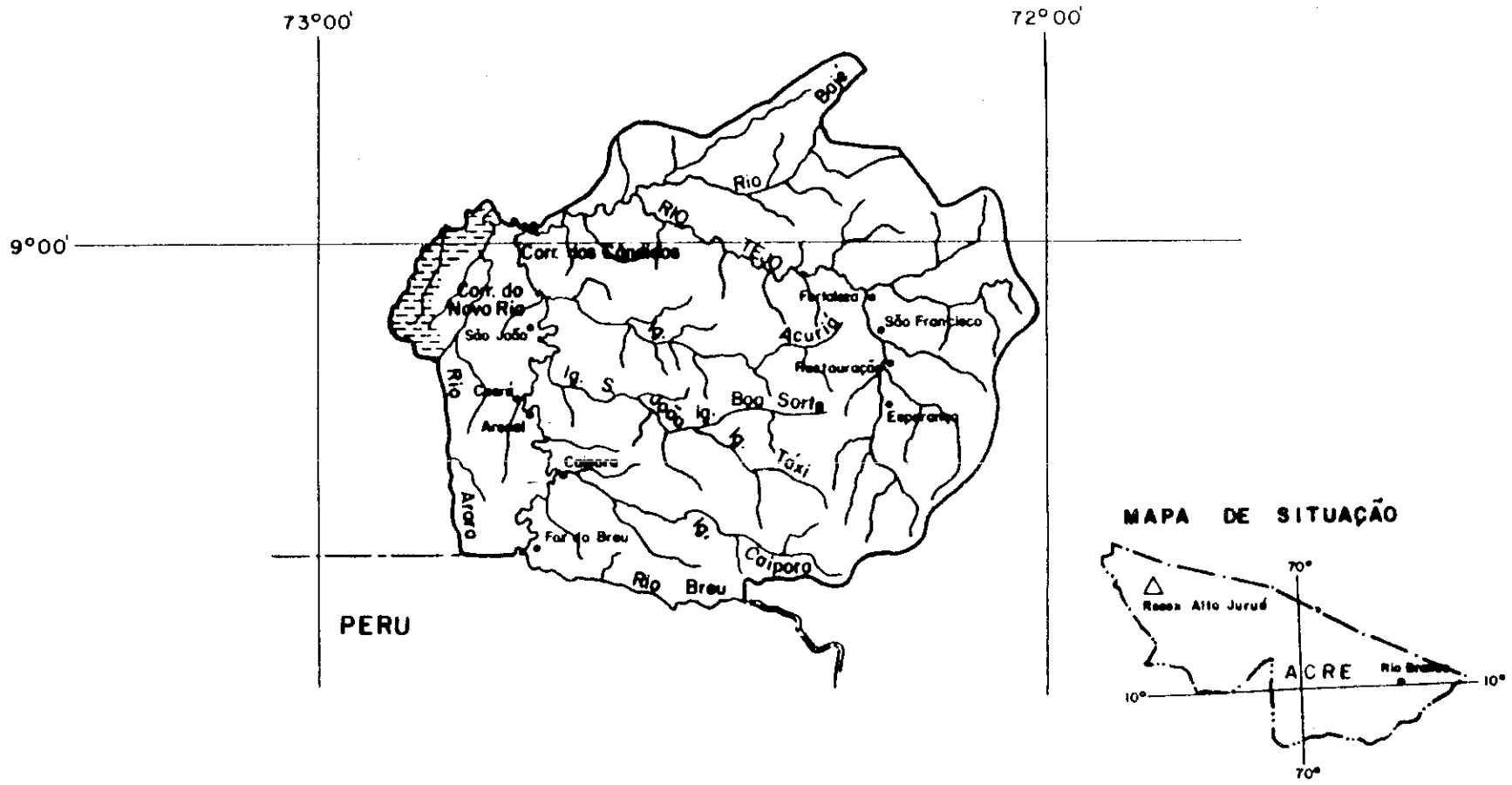
SUBCOMPONENTE : Promoção de políticas públicas para áreas extrativistas
 Responsável : CNS/ONG's/ IBAMA CNPT

DESPESA	DATA INICIO:		DATA FIM:	
	UNIDADE	QUANT.	CUST.UNIT.	SUB TOTAL
1.Realização de seminários, workshop's, reuniões e estudos que visem subsidiar a proposta e implantação de diretrizes políticas orientadas à promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas de Reserva Extrativista	estimado	1	257.144,00	257.144,00

TOTAL	:	257.144,00
IMPREVISTOS (05%)	:	12.856,00
TOTAL GERAL	(US\$) :	270.000,00

11. ANEXOS

RESERVA EXTRATIVISTA ALTO JURUÁ

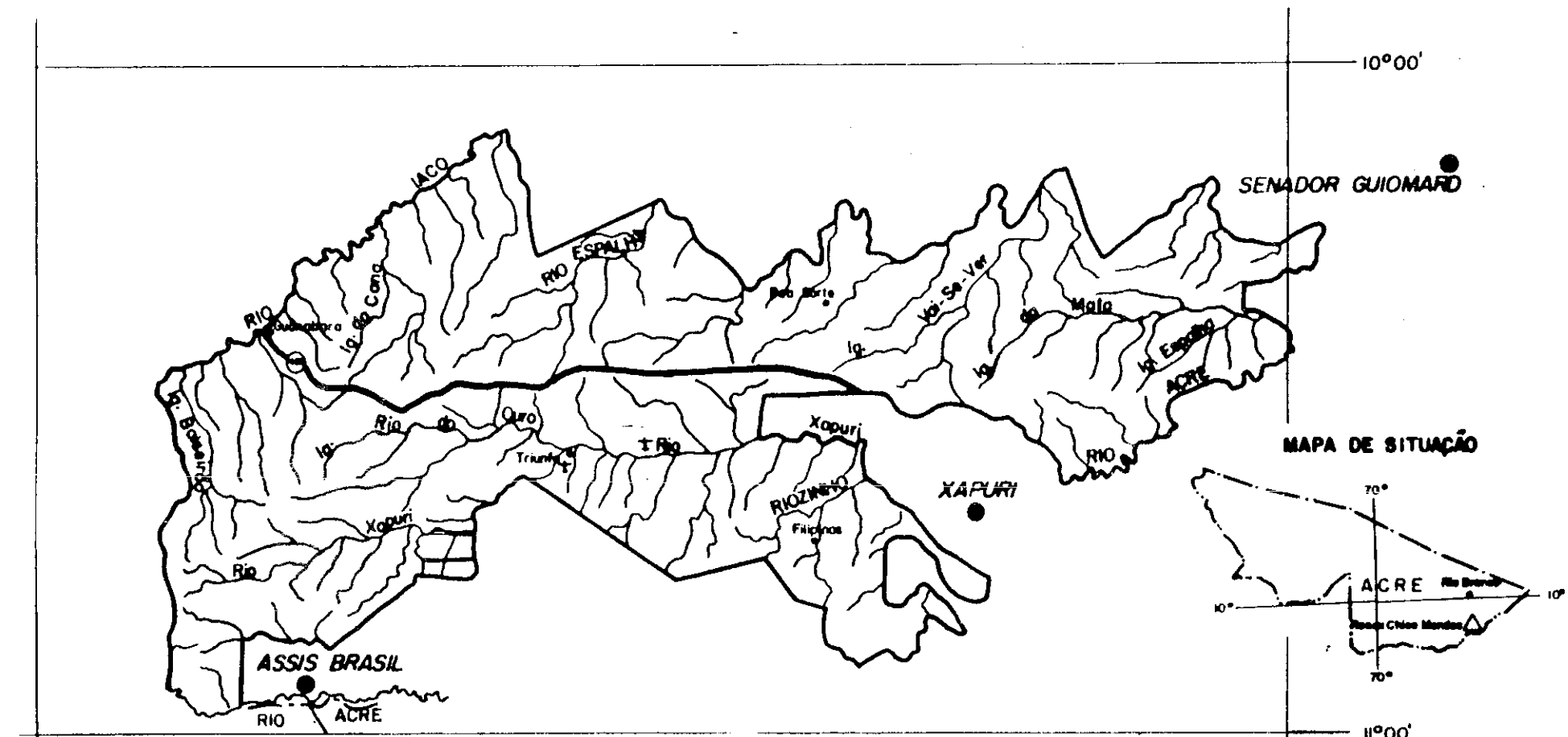


- CONVENÇÕES:**
- RIOS
 - LIMITE DA RESERVA
 - LIMITE INTERNACIONAL
 - CIDADES
 - POVOADOS
 - RODOVIA

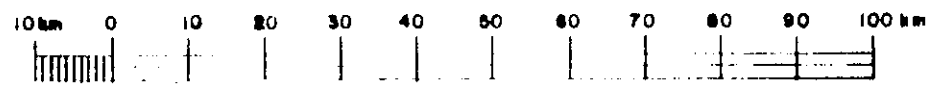


ESCALA - 1:1.000.000

RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

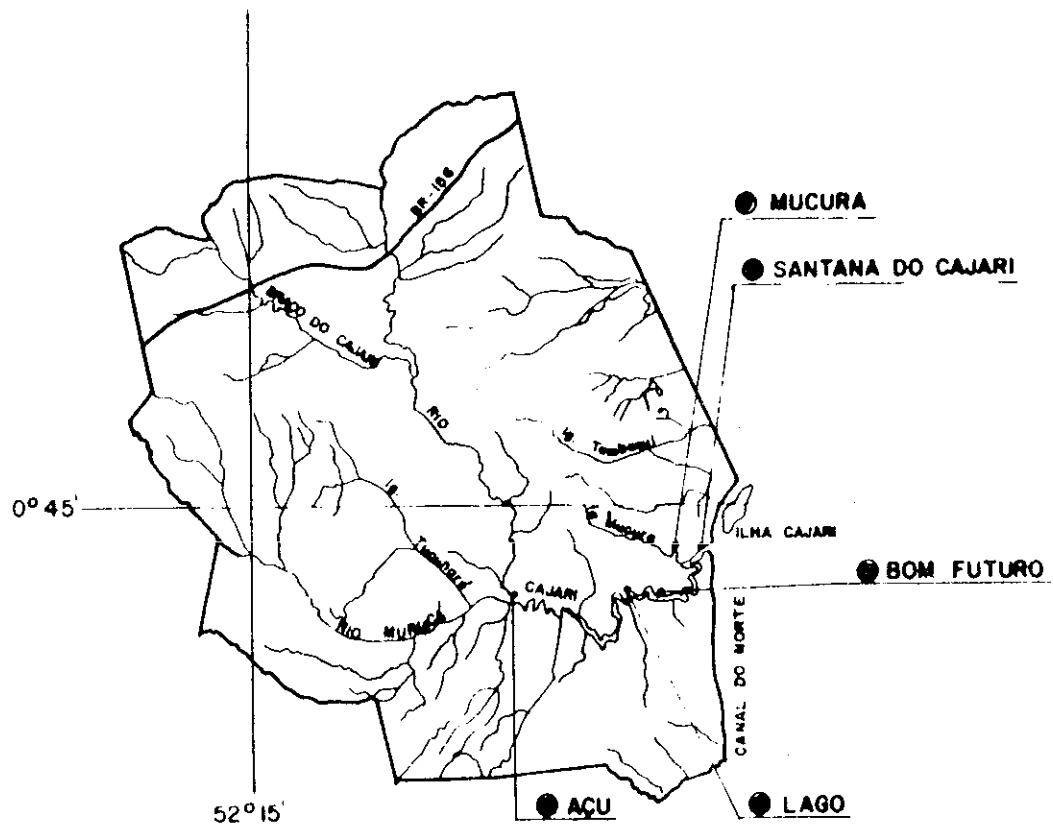


- PERU BOLÍVIA
- CONVENÇÕES:
- RIOS
 - LIMITE DA RESERVA
 - LIMITE INTERNACIONAL
 - CIDADES
 - POVOADOS
 - RODOVIA

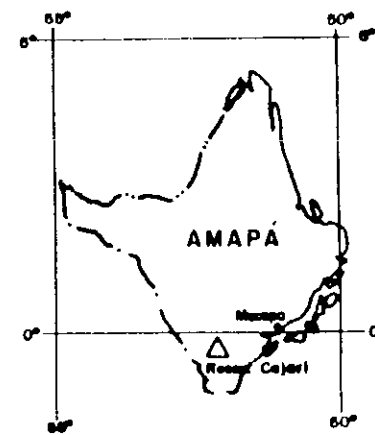


ESCALA - 1:1.000.000

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI



MAPA DE SITUAÇÃO



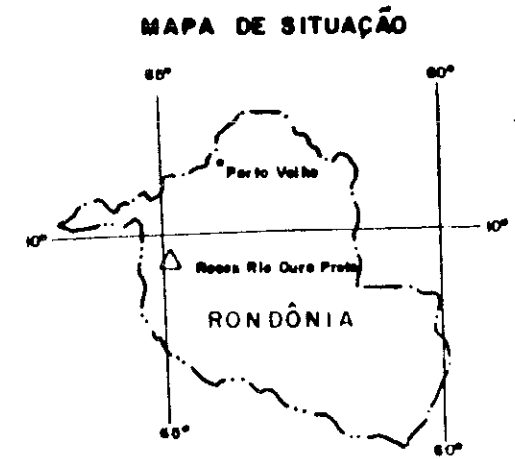
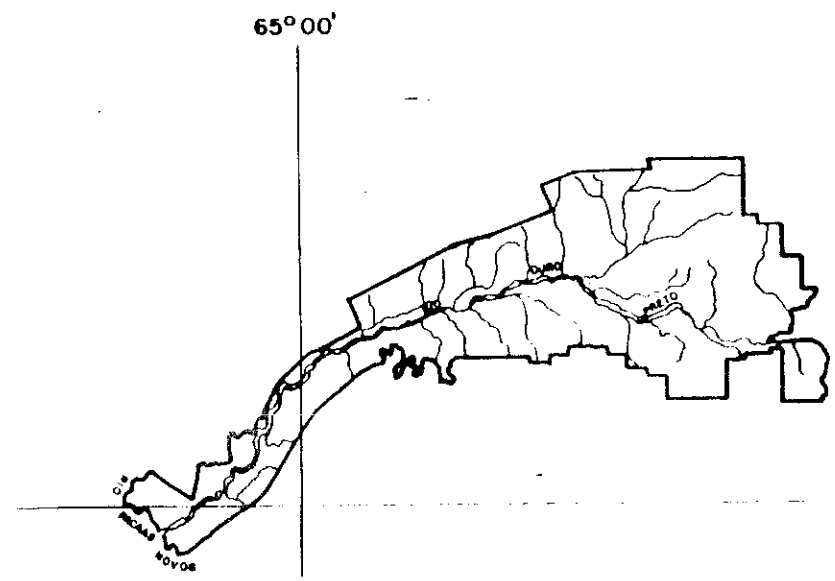
CONVENÇÕES:

- RIOS
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE INTERNACIONAL
- CIDADES
- RODOVIA



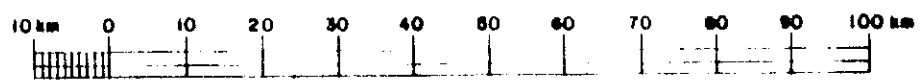
ESCALA - 1:1.000.000

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO



CONVENÇÕES:

- RIOS 
- LIMITE DA RESERVA 
- LIMITE INTERNACIONAL 
- CIDADES 
- RODOVIA 



ESCALA - 1:1.000.000

120

**PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
SUB-PROGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS
PROJETO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO**

SUBPROJETO RESERVAS EXTRATIVISTAS

Memória da 1ª Reunião do Grupo de Apoio à Coordenação

CEDI - P. I. B.
DATA
COD. KW D 02 107

Nos dias 16 e 17 de agosto de 1993, reuniram-se nas dependências do Centro de Treinamento do IBAMA em Brasília, as seguintes pessoas do Grupo de Apoio à Coordenação do Subprojeto Reservas Extrativistas, do Projeto de Unidades de Conservação de Uso Direto, do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras: Marília Cerqueira e Eulália do IBAMA/Secretaria Técnica do Programa, Mary Allegretti do IEA, convidada do IBAMA, Jorg Zimmermann, Vitor Bellia, Atanagildo Matos do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa da Reserva Extrativista Chico Mendes, Miguel Von Bher, Carlos Aragon e Rinaldo Mancin do IBAMA/CNPT e Johnny Sydenstricker, Donald Saweyer e Bruno Pagnoccheschi do Instituto Sociedade, População e Natureza.

A pauta, cumprida na íntegra, tratou de discussões com respeito as bases conceituais do extrativismo, do projeto em questão bem como da definição de estratégias para a execução do subprojeto Reservas Extrativistas. Além disso, foi reelaborado o roteiro do subprojeto e avaliada a factibilidade de virem a ser desenvolvidas suas atividades e componentes, a tempo de serem avaliados pelas missões do Banco Mundial previstas para os meses de novembro de 1993 e janeiro de 1994.

Como resultados, destaca-se:

1. O objetivo geral, as estratégias e os objetivos específicos foram rearranjados em formas mais coerentes, sem, entretanto, perderem suas premissas e propósitos iniciais.
2. O roteiro proposto para o subprojeto, aprovado durante a missão do Banco Mundial em março de 1993 e revisto pelo ISPN no corrente mês, foi rearranjado, em decorrência de uma nova lógica de conjunto imprimida ao subprojeto e em função das necessidades específicas levantadas na presente reunião. O novo roteiro com respectivos comentários faz parte desta Memória.
3. Ficou estabelecido que, em função da preemência das datas acordadas, os diversos componentes do Grupo de Apoio trabalharão o roteiro acordado em três momentos distinto: a) Esquema Geral, para 27 de agosto próximo; b) Primeira Versão, para 06 de setembro próximo e c) Segunda Versão, para 15 de setembro próximo.
4. Ficou também acertado apoio específico dos componentes do Grupo, devidamente assinalados nos comentários do roteiro do trabalho, a serem viabilizados em diferentes datas, segundo as necessidades de desenvolvimento do trabalho.

A seguir, apresenta-se os resultados detalhados dos tópicos discutidos:

I Revisão dos Objetivos e Estratégias:

Objetivo Geral: Testar modelos apropriados de gerenciamento econômico social e ambiental aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, na administração dos recursos naturais renováveis, através da co-gestão entre Governo e sociedade.

Estratégia do Projeto: Viabilizar geração de renda, equidade social e difusão de experiências para influir no modelo regional de desenvolvimento, tendo como base a conservação dos recursos naturais.

Objetivos Específicos:

1. Fortalecer a organização produtiva e comunitária.
2. Desenvolver tecnologias de subsistência e inserção no mercado.
3. Desenvolver infra-estrutura econômica e social.
4. Manter os estoques de recursos naturais e conservar a biodiversidade.

II Revisão e Comentários sobre o Roteiro de Trabalho

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Nesse item serão descritos os procedimentos e entendimentos que cercaram a definição do projeto bem como sua inserção no conjunto das ações do Governo brasileiro no rumo da sustentabilidade dos sistemas de exploração dos recursos naturais da Amazônia brasileira. Conterá uma descrição da região em grandes números sócio-econômicos e ambientais bem como seus rebatimentos nos entornos imediatos das reservas em questão. Deverá conter, ainda, uma relação das principais intervenções governamentais na região onde estão localizadas as reservas extrativistas objeto do projeto, além de uma pesquisa sobre os mais expressivos financiamentos de entidades bilaterais, multilaterais e/ou não-governamentais do país e do exterior.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Neste item deverão ser descritas as premissas acerca das Reservas Extrativistas, a sustentabilidade de seus processos de exploração dos recursos naturais, a sustentabilidade pós projeto etc. Deverão ser caracterizadas as quatro reservas objeto do projeto, em termos de localização, área, ambiente, população etc. Além disso, deverão ser exploradas as interfaces com outras unidades de conservação, do ponto de vista de suas concepção e propósito, bem como sob o enfoque gerencial e administrativo.

2.1 Componente A: **Efetivação das Reservas Extrativistas**

Necessário discussão jurídica para verificar riscos inerentes aos instrumentos de criação e regulamentação das Reservas Extrativistas. Sugestão: workshop para definição envolvendo Benatti, Manuel Eduardo Camargo, Procuradoria Geral da República, da Procuradoria do IBAMA e CNS. IBAMA viabilizará workshop, através do CNPT. Falta verificar com Benatti se os Termos de Referência dos estudos de pré-investimento contemplam a questão dos Recursos Naturais e modelos de Concessão de Uso.

2.1.1 Demarcação e Sinalização das Reservas Extrativistas

Existem elementos na proposta projeto de dezembro de 1992 que podem auxiliar a elaboração desse item.

2.1.2 Criação das Associações

Neste item será descrito o processo formal de criação de associações de extrativistas, seus aspectos técnicos e jurídicos, regimentos, normas etc. O CNPT e o CNS deverão fornecer os elementos para o desenvolvimento do item.

2.1.5 Planos de Utilização

Deverão ser descritos nesse item as iniciativas das associações e/ou sindicatos com relação aos planos de utilização, principalmente com relação aos aspectos regulamentatórios da questão. Deve-se considerar as questões formais (outorga da concessão de uso) e informais (sistemas locais de apoio à fiscalização oficial), além do papel do CNPT como elemento intermediador dos conflitos e interesses.. Ainda com relação a esse item, é necessário refletir sobre como será possível estabelecer um plano de utilização que contenha atividades que, hoje, a legislação não

comporta. Exemplo disso é a caça de subsistência. Talvez o mais factível seja considerar um plano formal e um informal, regulamentando algumas atividades através dos estatutos da Associação.

2.1.5 Concessão de Uso

Trata-se de descrever o processo formal da concessão de uso da parte do IBAMA e da parte das associações dos extrativistas, com vistas a instruir os processos em tramitação e a ilustrar esta questão para outras populações extrativistas em processo de organização.

2.1.6 Cadastramento

Trata-se de propor a organização do processo de cadastramento da população extrativista que irá se beneficiar da concessão de uso da reserva.

2.1.7 Licença de Utilização

Neste item deverá ser definido o processo e os critérios de licenciamento dos trabalhadores extrativistas junto às associações beneficiadas com a concessão de uso da reserva extrativista.

2.2 Componente B: **Organização Gerencial e Comunitária**

Trata-se do ponto chave de todo o processo extrativista. Implica no fortalecimento da capacidade de organização e gerenciamento no sentido de fazer com que haja participação das comunidades. Envolve formação, comunicação, organização comunitária, instrumentos de gestão, administração de projetos, cooperativas, cantinas, comunicação, sistema de informação e divulgação.

Para desenvolver esse item podemos contar com o Relatório preliminar do IAC das quatro reservas e dos órgãos co-gestores. Incluir, no desenvolvimento desse item, a questão do crédito às atividades produtivas nas reservas extrativistas, destacando e discutindo as alternativas de participação do CNPT nesse tema. Estudos no sentido de flexibilizar e adaptar os mecanismos de crédito existentes deveriam ser propostos para a fase de implementação do projeto.

2.2.1 Diagnóstico da Dinâmica Organizacional

Trata-se de elaborar o diagnóstico da forma como se desenvolveram as ações de organização das comunidades

extrativistas das reservas em questão. Para tanto, será possível contar-se com o apoio de Jorge Zimmermann, Júlio Barbosa e Atanagildo.

2.2.2 Fortalecimento Institucional

Para este item e seus componentes, será possível contar-se com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros, do CNPT, das Associações e, no que diz respeito às necessidades de obras de engenharia, com o consultor responsável pelos estudos de pré-investimento de engenharia.

2.2.2.1 Apoio ao fortalecimento das Associações

Este item se refere ao dimensionamento das ações necessárias para dotar as associações de extrativistas, incumbidas de procederem à utilização das reservas, de capacidade gerencial e operacional de forma a lhes permitir o pleno desempenho de suas atribuições.

2.2.2.2 Apoio ao fortalecimento e adequação do CNPT

Este item deverá considerar as diversas alternativas de participação do CNPT como apoio ao gerenciamento do projeto. Entre elas, deverão ser destacadas aquelas vinculadas aos aspectos de difusão e disseminação das experiências exitosas desenvolvidas no âmbito do projeto, junto às demais populações extrativistas do país. Tal disseminação, em muitos casos, se dará de forma imediata ou quase simultânea ao desenvolvimento do projeto, o que exigirá uma dinâmica particular no gerenciamento do conjunto das atividades do CNPT.

2.2.2.3 Apoio ao fortalecimento dos órgãos co-gestores

Elementos já definidos na versão de dezembro de 92, espalhados nos vários itens: Transporte, Comunicação e Fortalecimento.

2.2.3 Treinamento de Recursos Humanos

Há elementos para o desenvolvimento deste item no relatório preliminar do IAC. É possível esperar-se maiores detalhes para o relatório final, a tempo de desenvolver o item.

2.2.4 Sistema de Informações

Há elementos no documento de projeto de dezembro de 92. Deverá ser dimensionada a base de dados a ser estabelecida. Isso poderá ser feito junto ao IEA, que mais dados tem sobre

extrativismo. Deverá ser uma base de dados integrada.

2.2.4.1 Desenvolvimento de Sistema de Informações Básicas

Há estudos de pré-investimentos, a cargo de Fausto Alvim, que poderão fornecer os elementos essenciais para o desenvolvimento desse item. Além disso é possível contar-se com o apoio de Jorg Zimmermann

2.2.4.2 Definição dos equipamentos e software necessários

Idem ao comentário anterior

2.2.4.3 Divulgação e documentação

Idem ao comentário anterior

2.3 Componente C: **Organização da Produção**

2.3.1 Tecnologias de subsistência

Trata-se de procurar formas de se incrementar as tecnologias adotadas para a produção de alimentos e bens de consumo básicos.

2.3.2 Beneficiamento de produtos tradicionais

2.3.2.1 Implantação de usinas de beneficiamento de castanha

O material de base para o desenvolvimento deste item já existe. Trata-se do Projeto Castanha da ECOTEC e do CSE, para o Estado do Acre e para a reserva do Rio Cajari.

2.3.2.2 Utensílios básicos de coleta e beneficiamento de borracha

O material de base para a elaboração desse item consta da proposta preliminar do projeto de dezembro de 92.

2.3.3 Beneficiamento de produtos alternativos (palmito, cupuaçú, fármacos etc)

As informações referentes ao desenvolvimento deste item devem ser obtidas a partir dos resultados do trabalho da ECOTEC, contratados como atividades de pré-investimento. Espera-se poder contar com os resultados, ao menos preliminares, a tempo de se redigir o item. A idéia é que, durante os três primeiros meses de desenvolvimento do projeto, as atividades referentes às alternativas produtivas

sejam detalhadas, podendo vir a ser implantadas a partir do quarto mês.

2.3.4 Inserção no mercado

Neste item deve-se estabelecer os parâmetros para o desenho das estratégias mais adequadas de inserção dos produtos tradicionais e alternativos das reservas extrativistas nos mercados existentes bem como o estudo da incorporação de novos mercados àqueles existentes.

2.4 Componente D: **Manutenção dos Estoques de Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade**

2.4.1 Levantamento do Potencial Produtivo das RESEX

Para a elaboração deste item será necessário contar-se com o aporte das informações a serem geradas pela atividade de pré-investimento a cargo do Instituto IDEAS, além dos elementos do trabalho de Impacto Ambiental, a cargo do ISPN. Deve-se também levar em consideração os itens 1, 2 e 6 do Anexo E do Aide Memoire da missão do Banco Mundial de março de 1993.

2.4.2 Estudos de Impacto das Atividades Produtivas sobre os RN

Trata-se de desenvolver a especificação dos estudos necessários à mitigação dos eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades produtivas efetivas e potenciais das reservas extrativistas. Para tanto, os resultados do estudo de Impacto Ambiental, a cargo do ISPN serão fundamentais. Deve-se levar em consideração, adicionalmente, os itens 3 e 4 do Anexo E do Aide Memoire da Missão do Banco Mundial de março de 1993.

2.4.3 Ordenamento

A questão primordial deste item diz respeito à necessidade de se imprimir conteúdo técnico e científico às limitações e/ou oportunidades, do ponto de vista ambiental e legal, de exploração a serem consideradas na elaboração dos planos de utilização das reservas extrativistas. Deve-se discutir as metodologias a serem adotadas para tais limitações e oportunidades e a forma como se poderia estabelecer comunicabilidade entre estes estudos e as necessárias revisões a que estarão sujeitos os planos de utilização.

2.4.4 Plano de Monitoramento Ambiental

Deve-se estabelecer as premissas para os planos de monitoramento a serem estabelecidos para as quatro reservas extrativistas. Os subsídios serão os resultados do estudo de Impacto Ambiental, a cargo do ISPN. Deve-se levar em consideração os itens 3, 4 e 6 do Anexo E do Aide Memoire da Missão do Banco Mundial de março de 1993.

2.5 Componente E: **Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica e Social**

2.5.1 Transporte e Armazenagem

Por razões estratégicas e específicas das reservas extrativistas em questão, os estudos de transporte e armazenagem deverão ser desenvolvidos em conjunto. Os elementos para a elaboração deste item deverão emanar dos estudos de pré-investimento a cargo de Vítor Bellia.

2.5.2 Comunicação

As atividades de pré-investimento programadas para Comunicação tiveram que ser canceladas em função das dificuldades geradas pelo atraso na assinatura e liberação de recursos por parte do Banco Mundial. Os únicos elementos disponíveis para a elaboração desse item dizem respeito ao sistema de rádio amador, para o qual existe experiência levada à cabo em Xapurí e no Alto Juruá. Além disso, existe um projeto em execução com o apoio da "Amigos da Terra", cuja interação com o presente projeto deverá ser explorada. Jorg Zimmermann procurará quem possa retomar a organização deste item e o ISPN tentará, junto ao Banco Mundial a realocação dos recursos para seu contrato, com apoio de Marília Cerqueira.

2.5.3 Produção e Distribuição de Energia

A questão deveria partir de um levantamento das necessidades atuais e potenciais de utilização de energia para, então, se discutir as alternativas de suprimento e se verificar as possibilidades de reprodução dos sistemas já experimentados nas reservas. Nesse sentido, existem experiências consistentes: no Seringal Cachoeira, de geração de energia a baixo custo, a partir de roda d'água. No caso de energia solar, as experiências estão mais consolidadas. É necessário proceder-se a levantamento dessas possibilidades nas diversas áreas, o que poderia ser feito dentro da fase de desenvolvimento do projeto.

2.5.4 Desenvolvimento de Modelos Adequados de Educação

Os elementos básicos para a formulação desse item encontram-se disponíveis para as reservas de Alto Juruá e Chico Mendes. O CTA deverá ser consultado para confirmar esses dados bem como para fornecer aqueles referentes às reservas de Rio Ouro Preto e Rio Cajari. Consultar também o CTA sobre necessidade de se elaborar diagnóstico sobre educação

2.5.4.1 Inserção no sistema municipal de educação

2.5.4.2 Monitores comunitários de educação

2.5.4.3 Construção de escolas ou Centros de Educação

2.5.4.4 Produção de cartilhas adaptadas

2.5.5 Saúde

Os elementos básicos para a formulação desse item encontram-se disponíveis para as reservas de Alto Juruá e Chico Mendes. O CTA deverá ser consultado para confirmar esses dados bem como para fornecer aqueles referentes às reservas de Rio Ouro Preto e Rio Cajari. Necessário consultar Projeto Saúde e Alegria para subsídios adicionais.

2.5.5.1 Estabelecimento de sistema de atendimento comunitário de saúde e de referência ao SUS

2.5.5.2 Construção de postos de saúde

2.5.5.3 Estabelecimento de sistema de controle sanitário de fontes de abastecimento de água

Tema não coberto por nenhum dos projetos de pré investimento. Necessário considerar as articulações com estados e municípios para efetivação desse sistema. Quais as alternativas de se monitorar qualidade? que parâmetros considerar? que laboratórios locais utilizar? Não há garantias de que se venha a ter elementos que permitam o desenvolvimento desse item a nível de projeto.

2.5.5.4 Montagem de sistema de abastecimento de insumos de saúde

Há elementos na proposta de projeto de dezembro de 1992

2.5.6 Nutrição

Além dos comentários específicos apontados a seguir, deve-se considerar o aproveitamento de subprodutos não convencionais, a exemplo do uso de incrementos, a base de

folhas e/ou farinhas, de grande conteúdo protéico na dieta alimentar.

2.5.6.1 Tecnologia de conservação de alimentos e nutrição

Não existe nada programado para a elaboração desse item. Será necessário entrosamento com as EMATER que, segundo consta, contam com experiência em cursos de treinamento à respeito. O CNPT poderá programar e organizar cursos, buscando para isso o apoio dos técnicos que apoiam a EMATER. Não há garantia de que se venha a contar com os elementos necessários ao desenvolvimento do tema, a nível de projeto.

2.2.4.2 Organização de sistemas de abastecimento comunitário

É possível obter-se alguns elementos a partir dos resultados das atividades de pré-investimento a cargo da ECOTEC. Deve-se pensar na possibilidade desse item ser tratado junto com item "Suprimento de Cantinas Comunitárias".

2.6 Componente F: **Políticas Públicas**

Trata-se de transformar aquilo que existe de exitoso nas RESEX, em normas que possam ser adotadas em outras localidades, respeitados limites e factibilidade. Consta, basicamente de examinar e explorar as duas vertentes: de dentro para fora, como dito acima, e de fora para dentro, ou seja, que experiências exitosas, no âmbito das políticas públicas, ocorrem fora da realidade do extrativismo que possam vir a ser adaptadas/implementadas, principalmente no que se refere às políticas econômicas. Necessário o mapeamento das políticas públicas que possam se mudados por políticas mais gerais. Além disso se faz necessário elencar as ações governamentais que impedem o desenvolvimento dos vários componentes do extrativismo. Considerar que a influência sobre setor público é fundamental. Considerar também que a questão tem a ver com outros componentes e dinâmicas regionais, como o processo de desmatamento etc. Ressaltar que o setor público não assimila propostas de mudança por desconhecimento, portanto, torna-se necessário programa de treinamento voltado à sensibilização de funcionários/técnicos. Ênfase necessárias às políticas econômicas. A base deste trabalho será os trabalhos existentes sobre políticas públicas e extrativismo, e o resultado dos estudos de pré-investimento em curso para o subprojeto FLONAS. O item poderá contar com leitura crítica de Mary Allegretti.

- 2.6.1 Mapeamento das políticas governamentais que favorecem e/ou dificultam a implementação do Projeto RESEX, com ênfase nos aspectos econômicos.
- 2.6.2 Estabelecimento de propostas de treinamento do setor público para assimilar as propostas desenvolvidas nas RESEX.
- 2.6.3 Formulação de novas políticas econômicas e sociais baseadas nas experiências positivas do Projeto RESEX, para beneficiar um número maior de pessoas a nível regional.
- 2.6.4 Estudos sobre benefícios e custos de sistemas alternativos para compensar comunidades em troca de serviços de monitoramento e controle de acesso às florestas

No espírito do item 9, da página 12 do Aide Memoire da missão do Banco Mundial de março de 1993.

2.7 Componente G: **Pesquisa e Difusão de Resultados**

2.7.1 Pesquisa

Neste item será prevista a necessidade de identificação dos estudos e pesquisas específicos para serem encaminhados para os setores e/ou projetos e/ou componentes pertinentes, no âmbito do Programa Piloto, ou não. Deve-se, entretanto, prever algum recurso para as pesquisas/estudos voltados à solução de problemas emergenciais das reservas extrativistas.

2.7.2 Difusão de Resultados

A difusão dos resultados deve compreender todos os segmentos do projeto, produtivos ou não. Deve ainda incluir a sistematização das informações, experiências e dos resultados.

3. **CUSTOS**

3.1 Componente A

3.2 Componente B

3.3 Componente C

4. **GERENCIAMENTO DO PROJETO**

4.1 Implantação do Sistema de Gerenciamento do Projeto

4.1.1 Implantação da Unidade de Administração do Projeto

4.1.2 Implantação do Sistema de Monitoramento do Projeto

4.1.3 Implantação do Sistema de Supervisão do Projeto

ANEXOS

Mapas

Modelo de Convênios

Modelo de Licitações